FICHA DE META DADOS – CEDIM 2019/2	
Nome da Pasta	BISCHOFE_BRASILIENS_A-K_101.1
Autor/Instituição	Institut für Brasilienkunde (Bibliothek)
Número de Documentos	1
Quantidade e tipo de documentação	1 caderno que contém recortes de jornais, páginas e notas sobre Bispos no Brasil. Total de páginas: 83
Dia/ Mês/Ano	1977-1980
Formato	Ofício
Resumo	Produzido pelo Institut für Brasilienkunde estes cadernos reúnem matérias veiculadas na imprensa brasileira e alemã, entre os anos 1977-1980, sobre os Bispos no Brasil e a comunidade eclesiástica da Igreja Católica. Este conjunto documental também contempla algumas declarações sobre a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB).
Palavras-Chave	Igreja; Bispo; CNBB; Brasil; Declarações.
Notas explicativas	A contagem de páginas obedece à regra: sempre a partir da primeira após a capa, sendo esta a "01".

	Lista das páginas em língua estrangeira: 01, 60, 61, 71, 73, 78 e 79.

03
Bibliothek

Bischöfe Brasiliens

A - K

1977 - 80

CEDIM

Institut für Brasilienkunde
KI-BR 101.1
Bibliothek
03.10.10

Liste von Brasilianischer Bischöfe

Mit groszen Buxhstaben sind die am mesiten vorkommen.

Albuquerque	Feira de Sabt'Ana
Allgayer	Porto Alegre - Aux.
Almeida	Sâo Paulo -Aux.
Andrade	Vitoria de Conquista
Alves	Palamares
Angelico	Sâo Paulo- Aux.
Araújo, José	Palmeiras dos Indios- Al.
Araújo, Serafim	Belo Horizonte, Aux.
ARNS, Paulo Evaristo	São Paulo
CAMARA, Helder	Olinda e Recife.
Camara, Miguel	Maceió
Calheiros	Volta Redonda.
Carvalheira, A	Joâo Pessoa.
CASALDALIGA, Pedro	São Felix de Araguaia.
Castro José	Própria
Chemello Jaime	Pelotas
Cintra	Petrópolis
Coasta , Resende	Belo Horizonte.
Duarte,Luciano	Aracajú.
Fernandes, Geraldo	Londrina.
Fragoso	Crateus.
Giambelli	Guama- PA
Grechi	Acre e Purus.
Harrachan	Concieçâo de Araguaia.
Hummes, Claudio	Santo André
Kloppenburg, B	Salvador- Aux.
Koaik	Paracicaba
Kunz	Porto Alegre -Aux.
Legal	Itapava- SP
LORSCHEIDER, Aloísio	Fortaleza.
LORSCHEITER, Ivo	Sant'Angelo
Mayer, Castro	---
Matos	Bonfim
Mongiani,	Roraima.
Motta	
Navarro	Rio de Janeira -Aux.
Neto d'Angelo	Pouso Alegre.
Padim	Bauru
Penxido	Juiz de Fora.
Pinto de Castro	Rio de Janeiro- Aux.
Pires	Joâo Pessoa.
Pünder	Coroatá - MA
Ribeiro, A.	Belo Horizonte -Aux.
Romer, — Rio de Janeiro	Rio de Janeiro -Aux.
Sales Santos	Gioania.
SCHERER, Vicente	Porto Alegre.
Schmitz, Q	Teofilo Otoni.
SIGAUD,	Diamantina.
Silva, Celso	Conquista.
Souza, Rodrigues,	Juazeiro.
Tepe	Ilheus.
Vieira, B	Uberaba.
VILELA, Brandâo	S.Salvador da Bahia.
Weberbergen	Barreira -BA
Kráuter	Xingu-
Vidal	----

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchiv

Zeitung	Datum	Nummer

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchiv

Zeitung	Datum	Nummer

JORNAL DO BRASIL □ Quarta-feira, 16/2/77 □ 1º Caderno

Arcebispo destaca o serviço da Igreja pelo bem comum

São Paulo — "Eu gostaria que o Brasil inteiro ficasse sabendo que a Igreja quer exatamente o que o Governo da República quer: o bem do país. Agora, nem sempre esse bem é bem entendido. Um dia a história do Brasil, no futuro, ainda vai demonstrar o quanto o Brasil deve à Igreja", disse ontem o Arcebispo de São Luís, Dom João José da Motta e Albuquerque.

Em nome dos bispos que estão reunidos na XV Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no Bairro de Itaici, em Indaiatuba, São Paulo, Dom João José da Motta e Albuquerque disse também que "a verdade nem sempre é grata, mas é ela que deve ser dita, sempre e sempre bendita, é claro".

COMPROMETIMENTO

A anexação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) à CNBB é considerada pelo prelado de Abaeté, de Tocantins, Dom Angelo Frosi, um "compromisso do episcopado brasileiro no acompanhamento pastoral das populações indígenas". A vinculação será decidida por uma comissão de bispos, reunida com a diretoria do Cimi e a Comissão Episcopal de Pastoral.

Essa vinculação foi mais uma vez explicada, por Dom Amaury Castanho, Bispo-Auxiliar de Sorocaba, como uma tentativa de frear os pronunciamentos intempestivos do Conselho. "A linguagem usada nesses pronunciamentos não foi sempre a linguagem pastoral que a assembléia estava esperando e prejudicou o diálogo, que seria travado em benefício do próprio índio. O próprio presidente do Cimi, Dom Tomas Balduino, reconheceu isso e se comprometeu a passar a falar as mesmas verdades, mas com uma roupagem mais pastoral. Aqui dentro nem sempre há a radicalização que lá fora dizem existir".

LINGUAGEM VIRIL

Segundo Dom Amaury Castanho, a linguagem exigida pelos bispos, ou seja a linguagem pastoral, "não é melíflua, mas viril. E justa, sem exagerar para mais nem para menos. Mas sempre ungida de amor, sem fechar as portas para o diálogo e sempre tutelando os direitos de quem os tem".

— E' preciso que a Igreja se interesse pelo problema do índio e encontre os melhores caminhos para sua solução. Ninguém, neste país, pode dizer que o índio está sendo tratado de acordo com a necessária dignidade. E a mensagem de Cristo inclui a libertação plena do homem. No Brasil há 150 mil índios a exigir a palavra da Igreja. Mas nossa preocupação é também com sua evangelização — afirmou o Bispo.

CNBB desaprova mas compreende publicação

Ante a publicação, na íntegra, pelo jornal **A Folha de S. Paulo**, do texto da segunda redação do documento que está sendo preparado sobre As Exigências Cristãs de uma Ordem Política, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) manifestou desaprovação, surpresa e compreensão, de acordo com os três bispos escalados ontem para a entrevista coletiva à imprensa.

O documento deverá ser ainda alterado e a CNBB não decidiu se vai-lhe dar divulgação oficial. Segundo o Prelado de Abaeté de Tocantins, Dom Ângelo Frosi, a entrega do documento e sua divulgação significam "uma falta de respeito à soberania da assembléia. Considerando-se o espírito de co-responsabilidade que deve existir entre pessoas que participam de uma reunião assim, é algo que não deveria ter acontecido".

DESAPROVAÇÃO

O Arcebispo de São Luis, Maranhão, Dom José da Motta e Albuquerque, disse que, "como a grande maioria dos bispos presentes à reunião, eu não aprovei o gesto. Mas minha primeira reação, como a de quase todos, foi de surpresa. Depois, **post facto**, também como a maioria de meus colegas, passei a agir com compreensão e senti que tudo era muito natural, tendo sido inclusive muito honesto da parte dos jornalistas o fato de frisarem que aquele era um documento em elaboração, que estava sendo redigido".

Eu sei também, como a maioria, que não houve qualquer malícia e que os jornalistas não quiseram ofender a Igreja — prosseguiu. Mas o texto não é definitivo. E' inclusive a segunda redação. Para um jornalista, dentro de sua visão própria, acho que era um belo tesouro e que eles não poderiam deixar de explorar. Era como se eu estivesse escrevendo uma carta e a deixasse cair e alguém a tomasse do chão e a divulgasse. Há, em reuniões como a nossa, documentos que servem de base para reflexão. E muitas vezes são jogados fora.

Aquilo que saiu nos jornais não é um documento da CNBB. E' um projeto que pode terminar num documento e pode até não terminar em nada. Ou mesmo terminar num documento que sirva apenas de reflexão entre os bispos, sem divulgação — concluiu Dom João José.

ALTERAÇÃO

O Bispo-Auxiliar de Sorocaba, São Paulo, Dom Amaury Castanho, acha que a maioria dos bispos se opôs à publicação do texto e que isso poderá inclusive alterar sua votação (do que discorda o Arcebispo de São Luis, segundo quem, "publicado ou não, a votação não vai se alterar, pois os bispos estão agindo com muita independência e serenidade").

"Agora, diante de um fato consumado como esse, só posso dizer que podemos tirar algum resultado positivo. Afinal, formamos um episcopado maduro. Os mais jovens têm 40 anos de idade e, portanto, mais de 20 anos de sacerdócio. Além disso, a Igreja não escolheria para chefiar suas dioceses pessoas pueris. Nosso episcopado está acima de artigos ou veiculações em televisão e acompanhamos a cobertura desta assembléia em dois grandes placares, com recortes de sete jornais diários de grande circulação" — disse Dom Castanho.

Segundo ele, o benefício da divulgação é despertar todo o país para o assunto. "E também, se o texto final for divulgado, todos poderão acompanhar o enriquecimento que já houve da primeira para esta redação divulgada. O enriquecimento acontecerá da segunda para a terceira que, com quase certeza, virá a público, mas pode até não vir".

O Prelado de Abaeté de Tocantis, também considerando o fato como consumado, acha positivo que se mostre "o processo de democracia na assembléia, para ajudar na compreensão de que os bispos estão procurando coisas melhores para o nosso país e que a Igreja questiona, reflete."

PRESENÇA DA IMPRENSA

O Bispo-Auxiliar de Sorocaba, São Paulo, revelou que há dois meses a CNBB enviara para os bispos um questionário perguntando, entre outras coisas, se eram favoráveis à presença de jornalistas credenciados nas reuniões de plenário e grupos de estudos. Ele e o Arcebispo de São Luis disseram que votaram a favor, mas a maioria votou pelo fechamento da reunião, apesar de a presença de jornalistas haver recebido grande votação.

Dom João José da Motta e Albuquerque contou que Dom Aloísio Lorscheider comunicou aos bispos a publicação da segunda redação do documento e pediu da assembléia um voto de confiança para que assuma as medidas necessárias, ponderando-as bem. "Antes mesmo que terminasse a palavra confiança foi saudado com uma ruidosa salva de palmas, que lhe valeu como voto quase unanime", comentou.

Por ocasião do 25º aniversário da CNBB, reunidos em sua 15a. assembléia-geral, os bispos do Brasil como pastores do povo de Deus, sentem-se no direito e no dever de fazer chegar sua palavra a esse mesmo povo e a todos que, em virtude de suas responsabilidades maiores, são chamados a construir uma Nação mais justa, mais fraterna e por isso mesmo mais cristã.

Referendando e explicando a mensagem da Comissão representativa da CNBB na sua "Comunicação Pastoral ao Povo de Deus", fomos buscar na Sagrada Escritura e em documenos pontifícios e conciliares inspiração para nossas reflexões e para a apreciação de nossa realidade. Pastores da Igreja, desejamos que nossa palavra seja fraterna, clara e justa, na enunciação de princípios que possam facilitar e orientar o encaminhamento de soluções cristãs para os problemas de nosso país, que amamos como cidadãos e nos propomos servir como bispos.

A salvação inaugurada por Cristo: "O próprio Verbo encarnado quis participar da comunidade humana... O seu reino já está presente em mistério aqui na terra. Chegando o Senhor, ele se consumara". (G.S., nºs 298, 320).

1 — Comunicando-se aos homens de muitas maneiras, Deus o fez principalmente através de seu próprio filho, que se tornou nosso irmão. (HB 1, 1-2). O mistério da encarnação confere a todos os homens, sem discriminação, uma dignidade nova e inalienável, pela qual somos chamados a um destino eterno, prefigurado na ressurreição de Jesus.

2 — Pela presença de Cristo na história humana, toda ela assume o sentido deste modo, a única ordem real. A partir dela, todo mal e pecado ou consequência do pecado e todo bem e fruto da graça. Toda ação humana tem, assim, uma referência objetiva à salvação.

A MISSÃO DA IGREJA

"No campo social a Igreja sempre teve sua dupla preocupação: iluminar os espíritos... E entrar na ação para difundir as energias do Evangelho". (Oct. Adv., nº 48).

3 — Jesus mandou que a Igreja anunciasse a salvação. Em plenitude ela será vivida na casa do pai. Mas já deve começar aqui na terra a manifestar os seus frutos pelo amor e pela fraternidade. No desempenho de sua missão, a exemplo de Jesus, a Igreja tem que se comprometer com todos os homens, especialmente com os pobres (MT 11,5).

4 — Anunciando a salvação, a Igreja se orienta pelos critérios da fé. Mostra o sentido último do homem e do mundo à luz da ressurreição de Cristo, manifestação definitiva do sentido da história para a Igreja. A fé deve ordenar toda a vida do homem e todas as suas atividades, também as que se referem à ordem política.

5 — A ordem política está sujeita à ordem moral. A Igreja, iluminada pela fé, procura definir sempre com maior clareza as exigências que da ordem moral decorrem para a ordem política. Nós, pastores, temos consciência de não exorbitar de nossa missão, quando proclamamos estas exigências e exortamos os leigos cristãos a assumirem sua função específica na construção da sociedade de acordo com estes princípios.

6 — Não nos arrogamos uma posição de juízes arbitrários e superiores diante das realidades temporais, cuja autonomia foi reafirmada pelo Vaticano II. Sabemos que não nos compete agir diretamente sobre as estruturas. Mas competenos iluminar e formar as consciências. Temos, entretanto, a convicção de cumprir um dever e prestar um serviço, explicitando as contradições entre a realidade e as exigências e principalmente alertando para os riscos, estimulando o que há de bom e positivo, e encorajando o esforço de todos, particularmente daqueles que, por posição e influência, têm maiores responsabilidades na realização de modelos cada vez mais adequados àquelas exigências.

"Diversos modelos de uma sociedade democrática já foram experimentados. Nenhum deles satisfaz plenamente a busca contínua". (Oct. Adv. nº 24).

7 — Nenhum modelo ou sistema é perfeito ou definitivo. Todos são provisórios e questionáveis. Os regimes que se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas, além daquelas por eles mesmos outorgadas, tornam impossível o diálogo autêntico.

A Igreja se recusa, assim a aceitar a denúncia de intromissão indébita ou de subversão, quando no exercício da missão evangelizadora questiona aspectos de um sistema ou o mesmo sistema, que vise a constituir-se na própria razão de ser do Estado.

8 — A Igreja não se atribui funções que não lhe competem, nem propõe estratégias ou modelos alternativos, mas sugere alguns princípios básicos, que contribuam para o aperfeiçoamento dos modelos. Entretanto, ela não aceita que a fé seja instrumentalizada a serviço de uma ideologia, nem que o cristianismo seja reduzido a um fenômeno cultural, em nome de cujos valores se pretenda falar para justificar doutrinas e ideologias ou sistemas.

O HOMEM SER SOCIAL

"Ser social, o homem constrói o seu destino numa série de grupos particulares... que reclamam uma sociedade mais ampla... a sociedade política" (Oct. Adv. Nº 24).

9 — O homem criado por Deus, é um ser natural social. Precisa associar-se a seus semelhantes para criar os bens indispensáveis a seu desenvolvimento normal.

10 — Alguns destes bens são garantidos ao homem pelo grupo familiar ou sociedade doméstica, outros lhe são garantidos pelas mais diversas formas de associações ou de instituições por ele livremente criadas para responderem a suas necessidades de natureza econômica, social, cultural e religiosa.

A ORIGEM DA SOCIEDADE POLÍTICA

11 — Além destas necessidades específicas, os indivíduos, as famílias, as instituições experimentam urgência de caráter mais geral como a necessidade de paz, baseada na justiça, de segurança, de ordem e de estímulo para o desempenho normal de suas atividades em vista do bem comum.

12 — Para atender a essas urgências de caráter mais geral, os homens se associam em comunidades mais amplas e criam a sociedade política, representada pelo Estado, responsável, sim, pelo bem comum geral ou pelo público dos indivíduos, das famílias, das instituições.

13 — O Estado, como organização da autoridade política, é uma instancia relativamente tardia na história da evolução da humanidade. Muito antes de ele existir, já existiam pessoas humanas, famílias e instituições com deveres e obrigações definidas e com direitos naturais e inalienáveis.

DEVERES DO ESTADO

"O poder político... deve ter como finalidade a realização do bem comum no respeito às legítimas liberdades dos indivíduos, das famílias e dos grupos subsidiários" (Oct. Adv. Nº 46).

14 — Não é o Estado que outorga esses direitos às pessoas, famílias, e instituições. Muito ao contrário, são elas que incumbem o Estado do dever de promover a realização de um bem comum que isoladamente não poderiam alcançar, o que constitui portanto, a própria razão de ser do Estado.

15 — No nível dos fins, o Estado se subordina à pessoa que como sujeito de direitos naturais inalienáveis, é centro e o fim da sociedade. No nível da execução dese fim as pessoas se subordinam ao Estado que dispõe de autoridade para urgir a colaboração de todos no esforço comum. Em virtude dessa autoridade, que tem sua justificação nos planos de Deus, por ser o homem "Por sua natureza intima, um ser social" (G. S. nº 238), o Estado pode tudo aquilo é só aquilo que é exigido para a realização do bem comum. E' na promoção de te bem comum que reside toda a fonte de autoridade e de direito do Estado.

16 — É dever do Estado respeitar, defender e promover os direitos das pessoas, das famílias e das instituições. Toda ação exercida sobre elas pelo Estado deve fundar-se no direito que lhe confere a sua responsabilidade pelo bem comum.

17 — É desse direito que o Estado tira a força de sua autoridade. Toda força que decida fora do direito é violência. Um estado de direito se caracteriza, pois, por uma situação na qual as pessoas, as famílias e as instituições têm possibilidades concretas e garantias jurídicas eficazes de gozar, defender e reivindicar legalmente os seus direitos.

18 — O Estado tem também o dever de respeitar o direito divino da Igreja de anunciar o Evangelho e não pode ter a pretensão de constituir-se árbitro da fidelidade da Igreja à doutrina por ela anunciada.

Deveres das Pessoas para com o Estado — "Entre os deveres de todos os cidadãos é preciso lembrar o dever de prestar à nação os serviços exigidos pelo bem comum." (G. S. nº 453).

19 — Em correlação com os seus direitos e na medida em que eles são assegurados pelo Estado, as pessoas e os grupos têm também deveres cívicos e morais para com a comunidade política representada pelo Estado: tais deveres se exprimem

"Exigências Cristãs de uma Ordem Política"

em todas as justas prestações exigidas pelo Estado para a realização do bem comum.

Não pode, porém, o Estado, impor deveres que neguem os direitos fundamentais da pessoa humana.

O Bem Comum — "O bem comum compreende o conjunto das condições de vida que permitam aos homens, às famílias, e às instituições conseguir a própria perfeição. (G.S. nº 446).

20 — O Estado não pode se substituir às instituições, limitar suas iniciativas que não firam o bem comum e nem eliminá-las arbitrariamente. Sem a mediação das instituições, as pessoas ficam expostas ao arbítrio do Estado. E' por isso que os regimes totalitários ou destroem as instituições ou as reduzem à condição de meras transmissoras das exigências e da ideologia do sistema.

21 — O bem comum é conjunto de condições concretas que permitam a todos atingir níveis de vida compatíveis com a dignidade Humana; assim a característica essencial do bem comum é precisamente que seja comum a todos níveis de vida compatíveis com a dignidade Humana; assim a característica essencial do bem comum é precisamente que seja comum a todos, sem discriminações culturais, sociais, raciais, religiosas, econômicas e partidárias.

A Marginalização como Negação do Bem-Estar. Não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos". (Pop. Progr. nº 33).

22 — A existência, em alta escala, do fenômeno da marginalização é a prova mais evidente da não realização do bem comum; a marginalização tende a crescer na medida em que as grandes decisões são tomadas em função dos interesses de classes ou grupos dos quais um sistema espera sua própria consolidação e não em função dos interesses de todo o povo.

23 — A marginalização se manifesta através de uma situação que favorece a uma minoria, beneficiária privilegiada do despojamento, da paciência e da miséria da maioria. Ser marginalizado é pertencer a essa maioria, sem possibilidade de emergir dela senão na medida tolerada por um regime. Ser marginalizado é ser mantido fora, à margem, é receber um salário injusto, é ser privado de instrução, de atendimento médico, de crédito, a passar fome, é habitar em barracos sórdidos, é ser privado da terra por estruturas agrárias injustas. Ser marginalizado é não poder participar livremente do processo de criatividade que força a cultura original de um povo, mas massificado pela imposição dos padrões que interessam ao regime. Ser marginalizado é não dispor de representatividade eficaz, para fazer chegar aos centros decisórios as próprias necessidades e aspirações; é ser contemplado, não como sujeito de direitos, mas como objeto de favores outorgados na medida necessária à redução das reivindicações, é ser manipulado pela propaganda que confirma a autoconfiança de um sistema, encobrindo as condições reais da população. Ser marginalizado é não ter direito à participação.

"Uma dupla aspiração do homem se exprime cada vez mais vida, na medida em que ele se desenvolve sua informação e educação: aspiração à igualdade do homem e de sua liberdade" (Oct. Adv. nº 24).

24 — Estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e econômico é um dever primordial do Estado. Tal participação constitui um dos elementos essenciais do bem comum, e uma das formas mais fundamentais da aspiração nacional. A educação do povo é um pressuposto necessário para a participação ativa na ordem política.

25 — A participação supõe e exige o direito de se reunir e de constituir associações, bem como o de conferir "a essas associações, a forma de que a seus membros pareça mais idônea à finalidade almejada". (P. In T. n.º 23).

26 — A participação política é uma das formas mais nobres do compromisso a serviço dos outros e do bem comum. A despolitização do povo, ao contrário, e especialmente dos jovens, pela qual são reduzidos à condição de simples espectadores, ou de atores de uma participação meramente simbólica, prepara e consolida a alienação da liberdade da Nação nas mãos da tecnocracia de um sistema.

27 — A participação deve ser exercida e aceita com lealdade, mesmo quando, explicitando os anseios do povo e suas necessidades prementes, desempenha a sua função crítica.

28 — A participação, embora diversificada, não pode ser discriminatória, aberta sem restrições a certos grupos e categorias sociais e limitada para outras categorias, como por exemplo a dos estudantes, intelectuais, artistas, operários, lavradores e líderes populares.

29 — Por outro lado, a liberdade de discussão dos grandes problemas nacionais é uma forma fundamental de participação nas sociedades políticas, bem como ordenadas. Só essa liberdade garante o direito à oposição a esta liberdade. O próprio direito de pensar gera suspeitas de ameaça à ordem pública, tornando-se objetivo de ação repressiva. Assim, uma censura arbitrária, nesse campo, não tem justificativas na exigência do bem comum e gera rapidamente a perda de credibilidade da parte do Estado como poder legal.

30 — Só um povo convocado a participar do processo de seu desenvolvimento aceita com dignidade os sacrifícios exigidos, os quais de outra forma, geram questões sociais, com agravamento do estado de violência e repressão.

31 — A participação se exercita através do uso responsável da liberdade, que é um direito inalienável e um dever para todos. Este uso não se confunde com a permissividade, que deve ser coibida precisamente em nome da liberdade visto como a permissividade precipita os homens e as famílias em formas degradantes de escravidão moral.

A Segurança — "Trata-se de construir um mundo no qual a liberdade não seja uma palavra vã" (Pop. Progr. nº 47)

32 — A segurança é um elemento indispensável do bem comum, na medida em que garante externamente as justas prerrogativas da soberania do país contra interferências indébitas de outras nações e garante internamente a tranquilidade pública, a sequência normal da vida da Nação e o gozo dos direitos fundamentais das pessoas, das famílias e das instituições.

33 — A Igreja não contesta o fato de que um Estado moderno elabore uma doutrina de segurança nacional. Tal doutrina não colide com o ensinamento da Igreja, quando a segurança leva de fato à verdadeira paz, como mensagem positiva de colaboração entre os homens, quando a segurança define seus objetivos através do exercício da participação nacional e não apenas como atribuição de grupos determinados. Quando, enfim, a segurança vier a responder plenamente aos imperativos da ordem democrática.

34 — Ligada à realização do bem comum, a segurança é essencialmente um imperativo moral de sobrevivência da Nação, que lhe clama a cooperação de todos os cidadãos. Entretanto, quando, por força desse imperativo, o Estado restringe arbitrariamente os direitos da pessoa, subverte o próprio fundamento da ordem moral e jurídica, é que a segurança se reduz a um mecanismo de violência, opressão e de terror.

35 — A segurança não deve ser o privilégio dos sistemas. E uma responsabilidade do Estado a serviço de todos. Por isso não pode sacrificar direitos para garantir interesses.

36 — A segurança como bem de uma nação é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura nas medidas arbitrárias de repressão sem possibilidade de defesa, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos aviltantes, em verdadeiros atos de sadismo, praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e quase impune.

37 — A segurança, como garantia não de uma nação, mas de um sistema, acabaria por constituir-se em fonte única de direito, criando, alternando e derrocando normas jurídicas em função dos interesses do próprio sistema. Aprofunda-se, assim, um perigoso distanciamento entre o Estado e a Nação, entre o Estado identificado com um sistema e a nação não participante, ou cuja participação é tolerada na medida em que sirva para fortalecer o sistema. Esse distanciamento está na origem de todos os regimes totalitários de direita ou de esquerda, que são a própria negação do bem comum.

Os Regimes de Exceção — "Da ordem jurídica desejada por Deus deriva o direito inalienável do homem a uma segurança jurídica protegida contra toda intrusão arbitrária" (Pio XII, Natal, 1942).

38 — Toda sociedade política atravessa momentos de crise, que podem ameaçá-la gravemente de desintegração. A superação de tais momentos exige, por vezes, regimes de exceção, destinados a reconstituir as condições normais de funcionamento de toda a sociedade. Na lógica mesma destas condições está escrita a necessidade de que a exceção não se torne permanente e ilimitada.

39 — Tais regimes de exceção tendem entretanto a prolongar-se indefinidamente quando se inspiram numa visão da ordem social concebida como a vitória constante sobre uma guerra subversiva ou uma incessante revolução interna. Perde-se assim, de vista, o objetivo de buscar no sucesso do desenvolvimento integral, os direitos os meios desde proteção indispensáveis contra os riscos que ameaçam a ordem pública.

O Desafio ao Desenvolvimento — "O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral. (Pop. Pror. nº 14)

40 — Para os países subdesenvolvidos, pode-se dizer que a resposta ao desafio do desenvolvimento resume as exigências concretas do bem comum, em determinado momento histórico. Tal resposta implica, obviamente, um processo de mudança sujeito, entretanto a imperativos éticos e que subordinam o desenvolvimento ao objetivo fundamental do mais ser do homem e de todos os homens.

41 — O desenvolvimento que responde às exigências do bem comum e o desenvolvimento integral, não apenas econômico, mas social. A experiência demonstra que quando os planos governamentais são decorrência de planos puramente econômicos, eles não se traduzem necessariamente em desenvolvimento social. O crescimento econômico a qualquer preço determina a concentração da renda em áreas geográficas limitadas e em estratos restritos da população, gerando assim, dentro da mesma ação, contrastes de riqueza e de miséria que são por si próprias uma afronta à justiça e à equidade.

42 — A promoção do desenvolvimento constitui como um imperativo moral que obriga a todos da mesma forma que as exigências do bem comum. Ninguém pode furtar-se a essa obrigação por egoismo, pusilanimidade ou por compromissos escusos por interesses externos.

43 — O desafio do desenvolvimento impôs sacrifícios que, salvo, em casos excepcionais, não são assumidos espontaneamente pela nação. Nestas condições um regime autoritário, que defere ao Poder Executivo maior iniciativa e rapidez de decisão, pode atender melhor às urgências do bem comum. Para que tal regime, porém, não sucumba ao risco de evoluir para regime totalitário é indispensável que se preserve e se respeite a liberdade e a dignidade dos outros poderes, do Legislativo e do Judiciário, no desempenho de suas funções constitucionais. Não pode o exercício da função dos membros destes poderes ficar na dependência exclusiva do beneplácito do Poder Executivo.

44 — Todo o desenvolvimento tem um preço social, mas é uma exigência indeclinável que esse preço seja justo, seja equitativamnte distribuido e socialmente destinado. Tal preço não é justo quando não há equivalência, quando o valor da prestação de cada um no esforço comum e o valor de sua participação na riqueza criada. Não equitativamente distribuido quando recai mais pesadamente sobre a grande maioria desfavorecida. Não é socialmente destinado quando, se traduzir em vantagens proporcionais para promover as condições de vida do povo, dá ensejo à formação de castas e classes privilegiadas.

45 — O desenvolvimento integral que responde às exigências do bem comum não se mede apenas pelo crescimento quantitativo de valores mensuráveis; ele se mede também e principalmente por valores qualitativos não contábeis. Um povo se desenvolve quando cresce em liberdade e em participação, quando tem seus direitos respeitados e ao menos dispõem de recursos primários de defesa, expressos no habeas-corpus; quando dispõem de sistemas que disciplinam e asseguram mecanismos de controle à ascendência do Executivo; quando pode contar com o respeito à representação das comunidades intermédias e ao direito de auto-organização das instituições sociais, como os Partidos, os sindicatos e as universidades; quando seu direito à informação e à circulação das idéias não é limitado por formas arbitrárias de censura; quando pode escolher com liberdade aqueles os quais delegue o exercício da autoridade. Desenvolver-se é participar com equidade nos resultados da colaboração de todos, é poder viver na paz e na fraternidade, é poder alimentar esperanças fundadas de um futuro sempre melhor.

46 — Todas as nações do mundo são hoje solidárias num destino comum: ou estimulando formas sempre mais sofisticadas de consumo em benefício de elites irresponsáveis e permitindo a exploração predatória da natureza, caminham para um colapso global, ou decidindo aceitar formas de realização humana a níveis de consumo mais austeros e mais igualitários, garantem a sobrevivência da humanidade. Assim as decisões políticas não podem ser ditadas por ambições imperialistas, nem se inspirar exclusivamente nas exigências de um egoismo nacionalista que perdesse de vista os imperativos de uma justiça supranacional.

Tópicos

JB 17.11.72

Mortalidade

Vai-se admitindo (até por serem vãs as tentativas em contrário) a quase pitoresca descoordenação entre os Serviços Públicos Estaduais e os Municipais, nas mais diversas áreas da atribulada saga fluminense chamada fusão. Quando, porém, essa confusão se reflete sobre a saúde (ou antes, sobre os índices de mortalidade) da população, há que dar aos problemas a prioridade que efetivamente têm.

E' o caso dos números agora conhecidos sobre a incidência, no Município, da campanha de vacinação contra a tuberculose lançada pela Secretaria Estadual e que ficou 50% aquém do proposto (que estava longe, aliás, de cobrir o necessário). Daí o fato de a tuberculose atacar ainda, por exemplo, 10% da população em idade escolar, daí os índices abaixo de qualquer classificação da mortalidade infantil em nosso Estado.

As autoridades municipais queixam-se de falta de verbas, de carência de pessoal, de inexistência de vacinas. A população queixa-se de que, por vícios burocráticos ou outras ineficiências primárias, seus filhos continuem a morrer à míngua de cobertura sanitária.

Menor, melhor

O Brasil bem merece ganhar uma história de suas Constituições, através da qual ficasse bem nítida a repetição de alguns erros políticos. Não terá sido por escassez de Constituições que o Brasil usufruiu da descontinuidade legal que trunca o nosso período republicano. O Presidente da Câmara dos Deputados saiu de um encontro com o Presidente da República e fez o seu lance: uma nova carta política depurada dos aspectos acidentais, depurada do casuísmo.

A verdadeira revolução constitucional proposta pelo Deputado Marco Maciel é uma volta à concepção original, para efeito de definição de áreas: a organização do Estado, a definição dos Poderes e os limites onde começa e acaba cada um deles, e, por fim, os direitos e garantias individuais. Só matéria constitucional no documento político básico. Para efeito de duração, o casuístico é temporário e perecível. Ao contrário do que parece e a experiência demonstra, uma Constituição só pode durar mais à medida que se amarre menos ao transitório.

Deus e Cesar

O Bispo de Feira de Santana informou a seus diocesanos que, se não conseguirem reunir com suas esmolas a quantia necessária para o pagamento de uma dívida trabalhista a um ex-servente do templo, este seria posto em leilão. A dívida referida foi confirmada por sentença judicial. O templo em causa é a igreja do Senhor dos Passos uma das de mais antiga e de tradicional devoção daquele povo. Ouvido sobre o caso, o Cardeal-Arcebispo Primaz da Bahia declara que "existindo distinção entre o valor moral e o jurídico" deve dar-se mais valor ao moral, sem excluir o jurídico.

Vistas as coisas desta forma pelas autoridades religiosas, compete então às civis a instituição de providência jurídica que salvaguarde esse valor moral que é o patrimônio religioso da diocese. E caberá a ambos os prelados refletir sobre os riscos de contradição moral entre posições teóricas que tomam na vanguarda da defesa dos trabalhadores e o fato concreto de considerar "ingrato" um serventuário que apenas pede se lhe pague o que um tribunal diz que lhe compete.

A. Albuquerque

Bispo quer que público seja crítico

Allgayer

05. Juli 1978

Porto Alegre O bispo Auxiliar de Porto Alegre, D Urbano Allgayer, disse ontem que para elevar a qualidade cultural dos meios de comunicação social é necessário que público tenha senso crítico. "As crianças, os adolescentes e os jovens devem ser orientados para não absorverem quaisquer programas ou publicações sem condições de os avaliarem", disse.

Dom Urbano entende que a Igreja reconhece os meios de comunicação social como elementos de Evangelização, mas acha que só devem ser usados como "instrumentos complementares". Disse que "não raro, os meios de comunicação propagam a violência, o erotismo, a desagregação da família, não constroem nem humanizam, mas destroem."

Almeida

Arcebispo sagra o primeiro jesuíta brasileiro a ser bispo hoje, em São Paulo

São Paulo — D Luciano Pedro Mendes de Almeida, carioca de 45 anos, será o primeiro jesuíta a ser sagrado Bispo no Brasil e a trabalhar numa diocese. A cerimônia será hoje, às 17h, na Catedral Metropolitana, tendo como consagrante o Cardeal Arcebispo D Paulo Evaristo Arns. O jesuíta será Bispo titular de Torre de Proconsular e auxiliar de São Paulo.

— Diante das angústias e aspirações do mundo em que vivemos, peço a Deus a graça de atuar na conversão dos homens, do egoísmo ao verdadeiro amor, sem conformismo inoperante nem a impaciência dos violentos, para que as estruturas da convivência humana correspondam cada vez mais a dignidade dos filhos de Deus e sejam anúncio da felicidade que Deus nos reserva. (Trecho da mensagem que o jesuíta lerá após a sagração.)

ATRIBUIÇÕES

Durante quatro anos, desde 1965, D Luciano foi assistente especial do Padre Pedro Arrupe, Superior Geral dos Jesuítas no Brasil. Ainda por designação daquele sacerdote, durante três meses participou dos trabalhos da Congregação Geral reunida em Roma. No Brasil, como elemento do Superior Geral coube a ele a tarefa de entrosar as quatro províncias da Ordem, promovendo melhor colaboração no sentido da unidade de pensamento e do trabalho sacerdotal comum.

Ao assumir a Arquidiocese, Dom Luciano recebe novas atribuições na sua atividade religiosa. E nessa missão, atenderá às prioridades pastorais da Igreja em São Paulo, que são o desenvolvimento de unidades eclesiais de base, a promoção humana no mundo do trabalho, atividade em favor da defesa dos direitos humanos e do trabalho com os marginalizados, além dos cuidados especiais numa ação cristã nas regiões da periferia da cidade.

— Cada Bispo Auxiliar — disse — recebe uma tarefa em nível arquidiocesano: educação, família, meio do trabalho, juventude, etc. A mim caberá, com a colaboração de uma comissão, detectar quais os grupos que influem na vida de uma cidade, discernir a mensagem desses grupos e as ideologias que as sustentam, em vista de uma pastoral da Igreja cada vez mais adaptada à realidade local.

BIOGRAFIA

Dom Luciano é irmão do professor Candido Antônio, secretário-geral da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz no Brasil e diretor das Faculdades Candido Mendes, do Rio de Janeiro. Seu avô, Candido Mendes de Almeida, foi um dos fundadores do JORNAL DO BRASIL e o seu pai, com o mesmo nome, foi quem montou as oficinas do jornal, na década de 20.

Nascido no Rio de Janeiro, está com 45 anos de idade. Foi incluído numa lista de nomes escolhidos pelo Cardeal Arns e apresentados à apreciação do Papa. Fez seus estudos no Colégio Santo Inácio e entrou para a Companhia de Jesus em 1947. Após os primeiros estudos na Ordem, formou-se em Filosofia em Nova Friburgo, onde lecionou por dois anos. Cursou Teologia em Roma (Universidade Gregoriana) e ordenou-se em 5 de julho de 1958, Ano Mariano. Destinado para o Pontifício Colégio Pio Brasileiro em Roma, doutorou-se em Filosofia. Especializou-se na França e retornou à Itália para missões sacerdotais.

De volta ao Brasil, lecionou Filosofia em Nova Friburgo. De 1966 a 1973 esteve em São Paulo, lecionando na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira e na Faculdade de Engenharia Industrial, de São Bernardo do Campo. Foi escolhido pelo Superior Geral dos Jesuítas para Delegado Interprovincial até 1974, responsável pelo apostolado social e pelos meios de comunicação e de formação em três províncias do Brasil. Desde 1970 dirigiu o curso de espiritualidade para jesuítas e participou, em 1974, da última assembléia da Companhia de Jesus (32a. Congregação Geral), na qual foi eleito secretário. É o vice-presidente da Conferência Nacional dos Religiosos.

OS JESUÍTAS

A ordenação de Dom Luciano veio destacar a Companhia de Jesus em São Paulo. No Brasil a ordem é composta por 950 sacerdotes, distribuídos em quatro áreas: Sul, Centro, Nordeste e Bahia/Norte. São Paulo, com 350 jesuítas, está integrada ao Centro, que compreende os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás.

Especificamente em São Paulo existem oito regiões que abrangem aproximadamente 300 paróquias. Das duas regiões Leste, uma é comandada por Dom Angélico Sandalo Bernardino, e a outra será dirigida por Dom Luciano. Essa área tem sob sua jurisdição os Bairros de Belém, Vila Prudente, Vila Formosa e São Mateus, abrangendo 51 paróquias.

— Fundada por Inácio de Loiola, a ordem existe para a defesa e proteção da fé, colocando-se à disposição do Papa para as tarefas mais urgentes a serviço da Igreja — disse Dom Luciano Pedro Candido Mendes. Atualmente são muitos jesuítas trabalhando no setor da educação e da ação social. Desde o início eles se reservaram para as missões nas regiões onde a Igreja não possuía hierarquia constituída.

Segundo o Bispo Auxiliar hoje ordenado, "já nos tempos do fundador da Companhia, os jesuítas vieram para o Brasil. No ano passado a Ordem, reunida em Roma, imprimiu aos 30 mil jesuítas de todo o mundo uma dimensão de revisão e renovação.

— De acordo com os documentos oficiais, a missão atual dos jesuitas, à luz do Sínodo de 1971, é o serviço da fé e a promoção da Justiça, num desejo de levar a atitude evangélica até a colaboração na transformação das estruturas injustas da convivência humana".

Os outros dois Bispos jesuitas que trabalham em nosso país — D Angelo Rivatti e D Henrique Froelich — têm jurisdição nas Prelasias de Marajó (Pará) e Diamantino (Mato Grosso), localidades onde o clero é missionário na maior parte das suas atribuições.

30. April 1981 1f

Dom Luciano diz que falta de condições de vida leva mulheres a fazer o aborto

Brasília — O secretário da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — Dom Luciano Mendes de Almeida disse na Comissão de Saúde da Câmara que muitas vezes o comportamento moral dos que habitam as periferias urbanas é turvado pela prática de aborto voluntário, mas na maioria das vezes o fato ocorre devido à falta de condição de vida e à consciência de certas mulheres de não poderem gerar mais uma vida.

Dom Luciano fez uma exposição da Campanha da Fraternidade, este ano, sob o tema Saúde para Todos e não deixou de salientar como principais causas da desnutrição e da frágil saúde do brasileiro a política econômica, o subdesenvolvimento sócio-cultural e distúrbios ecológicos.

CARÊNCIA ALIMENTAR

Para ele, a atual política econômica, com salários dispares, onde a maioria ganha salários mínimos, gera a carência alimentar e, conseqüentemente, a desnutrição. Tudo isto, unido à falta de educação sanitária e de resistência física, causa um alto índice de tuberculose e doença de Chagas.

Considerou a figura do médico uma "presença luxuosa que não atinge as zonas rurais e periféricas", condenando também a má distribuição de enfermeiros, médicos e postos de saúde no Brasil. "A Campanha da Fraternidade este ano" — observou — "tentará incutir um novo conceito nacional sobre valorização de saúde.

O fumo, o álcool e o tóxico foram citados por Dom Luciano como fatores agravantes da saúde brasileira, e em face de tais argumentações a Campanha da Fraternidade levará às Comunidades de Base algumas fórmulas que permitam minimizar o vício, sejam através de conferências, filmes ou **video-tapes**.

Almeida

Folha de S. Paulo

5/8/82

D. Luciano estranha carta dos posseiros

BRASÍLIA — O secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, disse ontem que "estranha" o teor da carta enviada pelos posseiros presos em Belém ao presidente da República, "uma vez que ela contraria a verdade dos fatos e a índole simples e honesta dos posseiros".

Essa carta foi divulgada no final da semana passada em Belém pelo tenente-coronel Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o "major Curió", e nela os posseiros pedem perdão ao presidente Figueiredo, responsabilizando principalmente o padre Aristides Camio, condenado a 15 anos de prisão, pela emboscada ocorrida no ano passado, no Araguaia, contra policiais federais e agentes do Getat.

"Analisando o teor da carta assinada pelos posseiros — afirmou dom Luciano — externo minha compreensão para com eles, cujos sentimentos respeito, aguardando solução humanitária, mas não é possível, no entanto, deixar de estranhar o teor da carta."

Disse ainda estranhar a participação do "major Curió" nos acontecimentos. "A mesma estranheza — afirmou — envolve a mediação insistente e não justificada de quem na primeira fase do processo visitou repetidas vezes os presos, como consta do depoimento, sempre pela madrugada. De fato, consta a presença do major Curió desde o início do caso, procurando inculpar os padres através do depoimento dos posseiros."

PANFLETOS

D. Luciano lamentou a divulgação, em várias partes do País, de publicações "deformando os fatos e gerando confusão por causa da assinatura falsa, atribuindo-as a pessoas e editores conhecidos pela sua idoneidade. Isto obriga a todos a um maior discernimento crítico e mostra também as intenções escusas que estão na raiz das publicações".

A última publicação, sob o título de "Anticristo", foi distribuída nas igrejas de São Paulo, sob forma de cordel. Creditado à Editora Vozes, esse panfleto faz críticas a dom Paulo Evaristo Arns, aos missionários franceses Aristides Camio e Francisco Goriou e a dom Pedro Casaldáliga.

Amaral
Sergipe
Pernambuco

Bispo critica Governo por causa da pílula

VB 2/8/77

Aracaju — O Bispo-Auxiliar de Sergipe, Dom Edvaldo Gonçalves do Amaral, condenou, ontem, o programa do Ministério da Saúde que prevê a distribuição de pílulas anticoncepcionais para controle da gravidez de alto risco. Disse que "admiro que o Governo tenha mudado a posição do nosso país que, até a última reunião internacional sobre o problema, era contrária a qualquer programa estatal de controle da natalidade, por considerá-lo nocivo aos interesses nacionais".

Lembrou, ainda, que até há pouco tempo, o Brasil estava interessado num aumento da população para preencher os imensos vazios geográficos do território nacional e fornecer mão-de-obra para o desenvolvimento da população para Igreja propugna uma maternidade responsável e teme que a distribuição indiscriminada de pílulas ou dispositivos anticoncepcionais abra as portas a uma devastadora permissividade moral".

O Bispo salientou que o Ministério da Saúde pode estar muito bem intencionado, mas, "às vezes, as expressões criadas acobertam, na prática, o desencadear de problemas mais sérios e mais profundos, que escapam ao controle de seus iniciadores". Sobre a situação da mulher pobre no Nordeste, Dom Edvaldo Amaral disse que ela não está preparada, emocional e fisicamente, para usar a pílula:

"A mulher nordestina precisa, antes de tudo, é de educação e, depois, assistência médica, prevenção das doenças, formação para a maternidade e o puerpério. Distribuir pílulas, mesmo sob bonitos títulos, é muito fácil, mas não resolve nada".

O Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, Jair Soares, disse ontem que está pronto para iniciar imediatamente a execução do Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco, pois o Rio Grande do Sul dispõe de médicos em todos os municípios, condição estabelecida pelo Ministério da Saúde para ministrar pílulas às mulheres "que corram perigo de vida com sucessivas gestações."

Também a Bahia, segundo o Secretário de Saúde Ubaldo Dantas, começará ainda este ano o programa, na área de Salvador, que possui a infra-estrutura necessária para o Programa de Assistência Materno-Infantil. Informou que distribuirá pílulas a cerca de 500 mulheres por mês, número que aumentará em 1978, quando a medida for estendida ao interior do Estado.

ETICA

Goiania — O Arcebispo desta Capital, D Fernando Gomes dos Santos, lamentou o anunciado plano de distribuição gratuita de anticoncepcionais pelo Ministério da Saúde, "sem maiores considerações éticas, biológicas e sociais".

"Ontem foi a dissolução do casamento civil. Hoje a violação do direito à concepção. Amanhã será a legalização do aborto com suas consequências contra a vida, as normas da convivência humana, a violação pura e simples do direito de ser livre, a realizar a nossa razão de existir", disse D Fernando, em nota distribuída ontem.

JB 20.10.77

Andrade,
Vitoria da Conquista

Bispo de Conquista nega-se a depor e sugere que CPI verifique problema de perto

Salvador — O Bispo de Vitória da Conquista, Dom Climério Almeida Andrade, enviou ofício a CPI que apura a *grilagem* de terras na Bahia, recusando-se a prestar depoimento, por considerar que "nada mais tenho a acrescentar sobre os conflitos de terras na diocese". Ele sugeriu que a CPI fosse verificar *in loco* o drama dos posseiros. Dom Climério deveria depor no dia 26 próximo.

Considerando que o problema em sua região já foi esgotado em documento por ele subscrito, o Bispo de Vitória da Conquista acrescentou que não vê, "nas atuais circunstancias, quais as consequências práticas e efetivas que pudessem advir deste confronto, em favor dos humildes lavradores espezinhados e defraudados nos seus direitos humanos". O ofício foi destinodo ao presidente da CPI, Deputado Jairo Azi (Arena).

SUGESTÃO

Segundo Dom Climério Andrade, se a CPI tem real interesse em conhecer o caso, para dar-lhe uma solução justa e honrosa. seria preferivel que, ao invés de depoimentos de terceiros, ela se pusesse em contato direto com os posseiros, "visitando-os para analisar melhor o teor de seus dramas". Ele alegou ainda que sua agenda está totalmente cheia até o final do mês. O Deputado Jairo Azi não informou se vai exigir a presença do Bispo no dia marcado para o seu depoimento.

O Bispo de Juazeiro, Dom José Rodrigues, confirmou que virá hoje a Salvador para um encontro com o Cardeal e Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela. Esclareceu que tratará de "assuntos corriqueiros" e não especificamente sobre ameaças de morte de que teria sido vitima por parte de fazendeiro local. "Só posso informar — concluiu — que, no momento a situação é de calma em toda a cidade e que as ameaças não mais existem".

NO MARANHÃO

São Luis — Os ex-Governadores José Sarney e Pedro Neiva de Santana, o presidente do INCRA, Lourenço Vieira da Silva — que foi Secretário de Agricultura na gestão dos dois — e o Senador Alexandre Costa (Arena) serão convocados para depor sobre a venda ou distribuição de terras devolutas no Estado, na CPI constituida na Assembléia Legislativa.

A CPI foi proposta pelo MDB e teve o apoio da bancada da Arena, liderada pelo Governador Nunes Freire, que também prestará depoimento. A Comissão tem prazo de 90 dias para concluir seus trabalhos e as investigações vão envolver também os problemas fundiários da ilha de São Luis, cujas terras, ocupadas irregularmente, são reclamadas pela União. No Maranhão existem cerca de 4 milhões de hectares *grilados*, a maior parte concentrada na região pré-Amazônica.

FAIXA DE RODOVIAS

Brasília — A Comissão de Justiça da Camara aprovou ontem, por seis votos a cinco, projeto do Deputado Jáder Barbalho (MDB-PA) que reduz de 100 para 25 quilômetros a faixa de terras devolutas, em cada lado das rodovias federais situadas na Amazônia Legal, declaradas como indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacionais. A votação foi precedida de intensos debates, de vez que o relator Altair Chagas (Arena-MG) dera parecer contrário.

613178
Mov.

O bispo dos operários

"Eu não sei ser bispo, estou aprendendo a ser bispo com meu povo. Eu sou aprendiz da vida"

"A gente fica imaginando um Bispo como um príncipe, não é mesmo? Gordo, de batina e chapéu vermelho, daqueles que dão anel pra beijar na crisma. Pelo menos era assim, no meu tempo lá no nordeste. Mas aqui que eu conheci do outro tipo de bispo, esse mesmo o dom Angélico. Ele não me conhece não, mas sempre que eu estou aí no clube de mães ou cruzo com ele, ele me cumprimenta, não anda de batina não, veste igual um homem, e todo mundo fala muito bem dele. Diz que é um bispo do povo". Dona Maria Cristina, moradora de São Miguel Paulista, casada com um ferramenteiro, ex-operária metalúrgica, define com um sorriso de satisfação uma das figuras mais carismáticas da Igreja em São Paulo.

Nascido há 42 anos num lugarejo próximo a Piracicaba, Saltinho, no interior de São Paulo, dom Angélico Sândalo Bernardino ordenou-se em 1959 em Riberão Preto. Trabalhou por lá mesmo, como vigário na catedral e mais tarde como responsável pela Pastoral Operária e pároco de Vila Carvalho, na periferia da cidade.

pendência nacional e da elevação do padrão de vida dos trabalhadores. Leia, assine e divulgue Movimento; em defesa das liberdades democráticas, da independência nacional e da elevação do padrão de vida dos trabalhadores. Leia, assine e divulgue Movimento; em defesa das liberdades democráticas, da independência nacional e da elevação do padrão de vida dos trabalhadores.

A voz pausada, os olhos vivos detrás dos óculos, dom Angélico é realmente a imagem dos novos bispos da igreja. Sua casa não é nenhum palácio, apenas uma construção sóbria atrás da Igreja de São Miguel Paulista, na pobre Zona Leste de São Paulo, uma região onde só há bairros operários. Ganhando cinco mil cruzeiros por mês, o salário dos bispos, dom Angélico até ri da imagem que ainda existe sobre a riqueza e o luxo dos bispos: "o bispo gordo, morando num palácio, comendo muito bem, é uma imagem que já acabou. A igreja como qualquer organismo vivo tem suas fases de quase estagnação. Mas como organismo vivo que é desperta e se renova. Muitas vezes, na ânsia de combater o comunismo os bispos e padres acabaram defendendo foi a propriedade de poucos, em detrimento do direito de muitos".

Dom Angélico talvez seja uma das pessoas que melhor conheçam os intrincados e abandonados bairros da zona leste. Boa parte de seu tempo é gasto percorrendo constantemente as paróquias, as vilas, as casas de seu povo.

"De vez em quando ele aparece de surpresa, sozinho, "afirma o pároco do Jardim Penha, no setor da Ponte Rasa, "fica por ali, olha as flores do jardim da igreja, conversa com o pessoal, visita casas e às vezes o pessoal nem sabe que ele é bispo, que ele é padre. A gente vê que ele se preocupa com o povo como um igual, como povo também.

Um pouco apressado porque há muito trabalho para fazer durante a tarde, e principalmente um pouco tímido para falar dele mesmo, dom Angélico conta que acorda todo dia às 6,30 da manhã e logo cumpridas suas obrigações litúrgicas, sai a visitar seu povo: "o contato direto com o povo é muito importante, pois sem que a gente veja e sinta diretamente as alegrias e as dores de nosso povo é impossível entendê-lo. O povo, extraordinário e sofrido povo, está aberto a quem queira caminhar com ele".

Na verdade, esse compromisso para com os trabalhadores, essa profunda preocupação pastoral com os deserdados, tem, além de uma profunda identificação com o evangelho, outra raiz profunda: "meus pais moravam na roça, eram trabalhadores braçais. Mais tarde tiveram que se mudar para a cidade e se tornar operários metalúrgicos. Por isso meu compromisso como padre trabalhando com a pastoral operária é um compromisso também de raiz, de classe social. E meu trabalho é um serviço à população, é também uma procura, pois eu não sei ser bispo, estou aprendendo a ser bispo com meu povo. Sou aprendiz da vida". **(Murilo Carvalho)**

Angelico - S. Paulo

Dom Acácio: Missa fora de civismo

Alves
Palmares

O bispo da Diocese de Palmares, dom Acácio Rodrigues Alves, informou, ontem, que não existe nenhum problema de desobediência do frade alemão Paulo Severino, da paróquia de Sirinhaém, argumentando que tinha reunido todos os párocos de sua Diocese e os orientado no sentido de estabelecerem um horário conveniente para o povo quando da realização de missas.

Explicou o bispo que a preocupação da Igreja é não misturar movimentos cívicos com religiosos. No caso das celebrações da Independência do Brasil, ficou acertado que nas missas realizadas em horários determinados pela conveniência das igrejas e do povo, seriam feitas orações pela Pátria.

Essas determinações da Diocese de Palmares foram motivadas pelo incidente ocorrido com o padre Vito Miracapillo, de Ribeirão, que foi acusado de não oficiar uma Missa de ação de graças pela Independência do Brasil, no dia 5 de setembro de 1980, por não considerar suficientemente independente o povo brasileiro, ato esse que culminou com seu enquadramento no Estatuto dos Estrangeiros e posterior expulsão do País.

Mais notícias na página A-7

Recife, sexta-feira, 4 de setemb

Quinze cidades

ro de 1981 DIARIO DE PERNAMBUCO A-7

sem missa dia 7

SIRINHAÉM (De Pedro Francisco e Edvaldo Rodrigues) — Às 15 paróquias dos municípios da zona da Mata Sul não realizarão missas comemorativas ao Dia da Pátria e o prefeito Livaldo Brito da Silva, de Sirinhaém, classificou a decisão como um ato de vingança do bispo dom Acácio Rodrigues Alves, da Diocese de Palmares, ao incidente ocorrido o ano passado com o padre Vito Miracapillo.

Ele disse que o pároco de Sirinhaém, frei Paulo Severino, leu durante a missa do último domingo, a circular de dom Acácio, seu superior, recomendando a não realização de missas de caráter cívico. O prefeito manteve contato com seus colegas de outros municípios da região, sob jurisdição da Diocese de Palmares, confirmando que a proibição era para todas as igrejas subordinadas a dom Acácio. A missa de Ação de Graças pelo aniversário da Independência do Brasil estava programada para a abertura das festividades que se seguiriam com o hasteamento do Pavilhão Nacional em frente à sede da Prefeitura, desfile estudantil e palestras alusivas à data.

Segundo Livaldo Brito da Silva, frei Paulo Severino é "uma figura extraordinária e chegou a chorar quando tomou conhecimento da proibição". Ontem o prefeito iniciou no distrito de Itupiranga as comemorações da Semana da Pátria, com um desfile da Escola Municipal, banda de música e palestras. As comemorações na sede do município, das quais constava uma missa na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, serão realizadas no domingo. O prefeito pretende agora substituir a missa por um culto da Igreja Presbiteriana. Ele disse que mantém com frei Paulo Severino um bom relacionamento e acredita que o pároco irá participar das reuniões alusivas ao aniversário da Independência do Brasil.

O vereador Antônio Bezerra de Siqueira, do PDS local, reafirmou as qualidades de frei Paulo Severino, alegando que ele não tem participação política partidária e mantém junto a comunidade um elevado conceito. A Câmara Municipal de Sirinhaém, composta de seis vereadores do PDS e um do PMDB, segundo Antônio Bezerra de Siqueira, "lamenta a determinação do bispo da Diocese de Palmares, pois este ano seria uma oportunidade para que a Igreja demonstrasse que não guardava rancor do incidente com padre Vito Miracapillo", que foi expulso do País por ter recusado celebrar uma missa em horário estabelecido pelo prefeito, sem consultá-lo.

Para o prefeito Livaldo Brito da Silva, o incidente em Sirinhaém não tem a conotação do ocorrido em Ribeirão, "pois agora a ordem parte do superior hierárquico dos padres e isso só pode ser entendido como vingança".

Frei Paulo Severino, natural de Baern, na Alemanha, está na paróquia de Sirinhaém há mais de 15 anos. Sua naturalidade alemã é quase inexpressiva, pois todos o conhecem como frei Severino, nome que adotou ao professar a ordem franciscana. Ele reside no Convento de São Francisco e apesar de seus 68 anos, tem uma vida muito atuante. As paroquianas Jamte Moreira Silva e Dalva da Conceição Lacerda contaram que inúmeras vezes o "bondoso velhindo", sai da igreja para visitar as famílias adoentadas ou necessitadas de um auxílio. Na cidade, todos adoram o religioso e quando abordadas sobre a proibição da missa em ação de graças pela Independência as pessoas dizem que o frade está cumprindo ordens superiores. As opiniões são de que com frei Severino não se repetirá o caso Miracapillo.

A cidade de Sirinhaém, com seus 33 mil habitantes, terá sem a missa uma ruidosa homenagem à passagem do aniversário da Independência. Desde ontem que o prefeito Livaldo Brito da Silva vem participando de solenidades e desfiles escolares nos distritos do município. Na manhã do domingo, nas sede do município, depois do hasteamento do Pavilhão Nacional desfilarão os estudantes do Jardim da Infância e na parte da tarde será a vez de três mil colegiais desfilarem pelas ruas centrais da cidade.

Mansueto acusa prefeito

O deputado Mansueto de Lavor afirmou, ontem, estar convencido de que o caso do padre de Sirinhaém é parte de "um novo esquema que está sendo montado para criar mais um caso Miracapillo". O parlamentar diz ainda que a intenção daqueles que ele supõe estarem por trás do plano é a de encobrir a grave crise na zona canavieira, achando, também, que o prefeito do município está querendo notoriedade.

Explicou ainda o deputado Mansueto de Lavor que o bispo da Diocese de Palmares, dom Acácio Rodrigues, visando evitar que viessem a se repetir os episódios registrados há um ano — caso Vito Miracapillo — tomou providências naquele sentido, remetendo circular aos padres da diocese, orientando-os para que as missas no Dia da Pátria sejam celebradas nos horários normais, de acordo com a capacidade de afluência dos fiéis.

Mostrando indignação ante o que se noticiou com relação à determinação do vigário de Sirinhaém, padre João, de nacionalidade alemã, o sacerdote-parlamentar afirmou ainda que as determinações fossem cumpridas, desprezando-se as ordens de prefeitos ou de quaisquer outras autoridades. Enfatiza o padre a sua crença de que há, realmente, a tentativa de repetição do caso do sacerdote italiano Vito Miracapillo, expulso do país justamente em decorrência de problema parecido. Mas, o deputado Mansueto de Lavor ressalta que os objetivos dos que querem deflagrar um novo caso não serão atingidos.

Papa faz dois Bispos no Brasil

15. Juni 1978

Cidade do Vaticano — Papa Paulo VI nomeou ontem Monsenhor Epaminondas José de Araújo para Bispo de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, e o Padre Vital Wilderink para Bispo-Auxiliar de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro, como titulo de Bispo de Iunca de Bizancio.

Monsenhor Epaminondas nasceu em Caiçara, a 19 de março de 1922, foi ordenado Sacerdote a 12 de agosto de 1945, designado Bispo de Rui Barbosa a 27 de março de 1960 e transferido para Anápolis a 21 de outubro de 1966. O Padre Vital nasceu em Denver, na Holanda, a 20 de novembro de 1931, estudou no Brasil e em Roma, foi ordenado Sacerdote a 7 de julho de 1957 e sempre trabalhou no Brasil, sendo atualmente Vigário Episcopal de Barra do Pirai.

Bispo vê esperança na consciência da Arena

26. APR 1977

Belo Horizonte — Aplaudido pelos fiéis que assistiam à missa de domingo na igreja da Boa Viagem quando, no sermão, condenou o divórcio, o Bispo-Auxiliar Serafim Fernandes de Araújo lamentou que o fato não vá ter influência no curso dos acontecimentos, e disse que só uma coisa pode salvar o país do divórcio: "A cabeça fria, consciente da Arena".

D Serafim disse ainda que esta foi a primeira vez em que recebeu aplausos dentro de um templo e que o fato revela a existência de um povo muito consciente e muito ferido com a possibilidade de o divórcio vir a ser aprovado pelo Congresso Nacional. Mas lamentou: "Quem devia me ouvir, não estava lá".

O Bispo-Auxiliar de Belo Horizonte criticou a posição do Presidente Geisel de deixar à consciência de cada um o voto dos arenistas no projeto de emenda que institui o divórcio: "Parece que os outros assuntos também não exigem a consciência da cada um".

D Serafim reconhece que opiniões isoladas de membros da hierarquia da Igreja ou da CNBB "terão pouca influência na votação". De qualquer maneira, contra seus hábitos nos sermões, decidiu abordar o assunto, depois de pedir licença aos fiéis, "por se tratar de tema extremamente oportuno".

Concluiu o Bispo perguntando se é justo que o país, que tem tantos problemas a resolver, entre eles o custo de vida, dedique seu tempo à elaboração de "uma lei contra Deus".

INDISSOLÚVEL

Salvador — "Independentemente do sacramento e anterior a ele, o casamento é, em si, indissolúvel, porque a perpetuidade é um atributo do projeto humano de amor conjugal", argumenta o Abade do Mosteiro de São Bento, Dom Timóteo Amoroso Anastácio, acrescentando que com isso "cai pela base todo o arrazoado contra uma suposta intromissão da Igreja".

Ele reconhece que, caso contrário, haveria realmente uma intromissão "totalmente indevida (da Igreja) de impor seu sistema religioso a outros". Na sua opinião, "a questão é que o amor conjugal é, por si, perpétuo, e anterior a Cristo e à Igreja".

Araújo F.
B.H.

CARTA AOS IRMÃOS DE TODAS AS IGREJAS DO BRASIL

Reunidos em Assembléia Diocesana, nós leigos, religiosos, Padres e Bispos, representantes do Povo de Deus nesta Igreja de Goiás, recebemos a triste informação por fonte segura, de que nosso Irmão *Dom Pedro Casaldáliga*, Bispo de São Félix - MT, está ameaçado de expulsão do Brasil por um processo sumário no Ministério da Justiça, sem direito à defesa.

Não é a primeira vez que nos vem a notícia de perseguições à Igreja de São Felix. Mas esta agora é a mais grave. Não porque as injustiças feitas aos porceiros, peões e índios, que vivem por lá sejam de menor importância. Todos são pessoas com o mesmo direito e valor. Mas desta vez querem mesmo é cortar a cabeça daquele que é realmente uma força patriótica em favor do povo oprimido desta região de Mato Grosso e Goiás.

Os verdadeiros interessados pela expulsão de *Dom Pedro* são os que querem o povo para o trabalho a baixo preço. São os grandes proprietários, brasileiros ou estrangeiros, que tomaram a terra em que o povo vivia há muitos anos. São os que procuram o povo apenas para derrubar a mata e formar o capim. Daí em diante só lhes interessam os bois. Bois que dão pouca mão de obra, não trazem problemas sociais e garantem o lucro.

E qual o destino do povo de posseiros, de peões e de índios? Não parece que as autoridades estejam dispostas a resolver os problemas desses nossos irmãos. Por outro lado patenteia-se, de mais a mais, o acordo entre autoridades e grandes proprietários.

Já faz algum tempo a TV Globo do Rio de Janeiro, paga não se sabe por quem (ou se sabe bem) desencadeou uma campanha caluniosa contra *Dom Pedro*. Como de costume, vem dizendo, que ele é "subversivo e comunista", e que estaria provocando a revolta dos poceiros contra os grandes donos de terras, estes apresentados como os bons brasileiros, cristãos exemplares e novos "bandeirantes".

Nós, amigos e conhecedores do trabalho de *Dom Pedro* e de sua Igreja e companheiros da mesma causa evangélica, por amor à Verdade e à Justiça denunciamos toda esta iniquidade e repudiamos energicamente em nome do Senhor Jesus. E sabemos que se silenciarmos este mal seremos coniventes com ele, deixando, por coverdia, a mentira tomar o lugar da Verdade, o mal ser aceito como Bem, e prepotência como Justiça.

Da mesma forma denunciamos a campanha de difamação que está envolvendo *Dom Ivo Lorscheiter*, Secretário Geral da CNBB, e *Dom Paulo Evaristo Arns*, Cardeal Arcebispo de São Paulo, e queremos deixar bem claro que não nos iude a impostura que foi maquinada contra ambos e que testemunhamos nossa grande estima e profunda amizade por eles.

Escrevendo aos nossos irmãos de todas as Igrejas do Brasil queremos, também, chamar a atenção para o fato da realização, no caso, da profecia de Cristo a respeito dos seus discípulos e que ao longo da caminhada da Igreja foi sempre sinal de sua vitalidade e fidelidade ao Evangelho. *"Se me perseguiram, perseguirão também vocês" (Jo 15,20).*

Queremos, finalmente, fazer um apelo no sentido de nos envergonharmos de nossa condição de irmãos e responsáveis uns pelos outros e, desta maneira, nos unirmos fraternalmente, neste momento pela causa Verdade e Justiça, conforme nos manda o Senhor Jesus: *"Se tiverem amor uns pelos outros, todos saberão que vocês são meus discípulos" (Jo 13,35).*

Goiás, 13 de setembro de 1975

Dom Tomás Balduino, O.P.

Bispo Diocesano.

TRANSCRITO DO "ALVORADA" - FOLHA DA PRELAZIA DE SÃO FELIX - MT

20 de setembro de 1975

Ass. Pela Equipe Pastoral da Prelazia de São Felix
de Araguaia - MT

QUEREM EXPULSAR NOSSO BISPO PEDRO

Por informações seguras, tanto da Igreja quanto do Governo, sabemos que está em andamento o processo de expulsão do nosso Bispo, *Dom Pedro Casaldáliga*.

O Governo está encaminhando este processo como se *Dom Pedro* fosse apenas um cidadão estrangeiro, não levando em conta seu caráter de Bispo da Igreja. As autoridades fariam, desse modo, para não criar confusão entre a Igreja e o Governo, porque a Igreja é considerada como uma força mundial e porque a maior parte do povo brasileiro se diz católico.

A verdade é que este estrangeiro é Bispo. A verdade é que também a injustiça é um crime seja contra um Bispo, seja contra um simples cidadão.

Essa perseguição a *Dom Pedro* e à Prelazia não é de hoje. Faz anos que vem acontecendo. Sempre, por parte de autoridades locais, estaduais, e federais; por parte de fazendeiros, militares, polícia, políticos e outros poderosos. Todos nós estamos cientes disso. E todos nós lembramos muito bem os momentos mais duros desta perseguição:

- as calúnias, as ciladas, os riscos de morte;
- as invasões da casa e arquivo do Bispo, e de tantas outras casas de toda a região;
- as prisões, os maus tratos e torturas sofridas por tantas pessoas do povo, por padres e outros colaboradores de *Dom Pedro;*
- a prisão domiciliar do Bispo e o inquérito a que ele foi submetido pela Polícia Federal, com desesseis horas de interrogatório;
- as dificuldades e pressões de todo tipo a que certas autoridades do Exército, da Segurança, do Ensino e da Saúde vêm colocando no trabalho da Prelazia, fechando ambulatórios, impedindo lecionar, proibindo atendimento aos índios, e até ameaçando a quem participasse de reuniões, encontros e celebrações organizados pela Prelazia.

Já anteriormente o Governo quis expulsar o nosso Bispo. E o Padre *Francisco Jentel* foi condenado a dez anos de prisão, passou, de fato, um ano na cadeia e, por fim, foi afastado do Brasil.

Últimamente a campanha de difamação contra o nosso Bispo agravou-se bastante, preparando já este processo de expulsão que está correndo.

A TV Globo, em programas nacionais, por três vezes, nos meses de junho e julho deste ano, fez um ataque direto à pessoa de *Dom Pedro*, apresentando-o como Bispo subversivo e comunista que excitaria o povo à luta armada através dos sacramentos. Para isto a TV Globo até mostrou ao público uma falsa folha "Alvorada".

É importante notar que essa campanha pública da TV começou justamente na ocasião em que se realizaria em Goiânia o Encontro Pastoral da Amazônia sobre Terras e Retirantes, como nosso Bispo explicou em seu último documento de 27 de julho de 1975.

Todos nós lembramos como no dia 19 de agosto de 1973, durante aquela missa celebrada à beira do Araguaia, em que tantos Bispos nos acompanharam, as forças da repressão espalharam covardemente por São Felix um panfleto calunioso contra a Igreja, querendo confundir o povo.

Agora, em julho e agosto, o delegado de Polícia em São Felix e outros oficiais vindos de Barra do Garças e Cuiabá procuraram com insistência fotografias de *Dom Pedro*. E alguns deles anunciaram que em breve ia estourar algo muito grave contra o Bispo e os Padres de São Felix.

Elementos oficiais alertaram *Dom Pedro* que sua vida corria perigo, / que da parte do Governo se armava um processo contra ele e que poderia / ser preso a qualquer momento.

Também, a Presidência da FUNAI recentemente proibiu a *Dom Pedro* e / mais dois missionários entrar em áreas indígenas; dando ordem de prisão / caso visitassem essas áreas.

A expulsão de *Dom Pedro* seria um fato muito grave não somente para / nossa Prelazia, mas também para toda a Igreja do Brasil. E é por esse motivo que a Igreja de todo o País está reagindo com a maior solidariedade em apoio ao nosso Bispo e contra essa injustiça e opressão.

No dia 17 de agosto de 1975, por ocasião da sagração de nossa Igreja Catedral, *Dom Aloísio Lorscheider*, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil CNBB, fez questão de estar presente entre nós e celebrar com nosso Bispo. Demonstrava, assim, a comunhão da Conferência dos Bispos do País com nosso Bispo e da Igreja do Brasil com nossa Igreja.

Nestes dias a Presidência da CNBB acaba de tomar uma atitude oficial e pública, com as necessárias medidas, contra esse intento de expulsão de *Dom Pedro*. Vários Bispos do Brasil por intermédio do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, *Dom Paulo Evaristo Arns*, levaram ao Papa um documento de protesto contra essa manobra de expulsão e plena amizade com *Dom Pedro*.

Esses senhores Bispos afirmam em seu documento:

"... Em nossas reflexões não nos foi difícil avaliar as grandes proporções das consequências negativas, no Brasil e no Exterior, da expulsão de *Dom Pedro Casaldáliga*. Visto que ele seria alcançado por esta punição oficial em razão de se ter colocado coerentemente ao lado dos oprimidos / de sua Igreja, fato este conhecido da opinião pública nacional e internacional, sua expulsão irá desencadear um descontentamento muito grande em amplos setores, não só dentro como fora da Igreja, que vem acompanhando a luta deste fiel Pastor.

Não deixa de ser notado, também que se a repressão oficial consegue atingir Bispos negando-lhes a possibilidade de defesa, é sinal mais do que claro que ela vem impunemente esmagando desde longa data, inúmeros cidadãos mais anônimos aos quais não assistem as mesmas possibilidades de / sensibilizar a opinião pública. Sentindo, por isso, no caso de *Dom Pedro Casaldáliga*, não apenas a causa de um colega no episcopado, mas a causa / da justiça em prol do marginalizado da Amazônia, sertanejo ou índio, causa esta providencialmente assumida por uma larga faixa de uma população / adulta e jovem consciente, de dentro e de fora de nosso País, resolvemos, como Arcebispos de várias Províncias Eclesiásticas do Brasil tomar uma atitude de firme solidariedade com *Dom Pedro Casaldáliga*, manifestada em / gestos públicos ao alcance de cada um de nós.

E achamos da mais alta urgência e oportunidade dirigir um apelo conjunto à Santa Sé para que, de algum modo, se manifeste a respeito deste / grave incidente da história de nossa Igreja do Brasil..."

Ao mesmo tempo, outros muitos amigos de *Dom Pedro* e da causa que ele defende dentro e fora do País estão se manifestando com documento e atos de solidariedade. E, não podendo a Imprensa Nacional se manifestar por / causa da Censura que tantas vezes corta a voz da Justiça e da Verdade, a Imprensa Internacional já está tomando partido em favor desta justa causa.

Todos nós sabemos muito bem, como dizem esses Bispos no seu documento, qual é o motivo da perseguição levantada contra *Dom Pedro*. Ele, desde o início de sua missão pastoral, neste Mato Grosso, colocou-se ao lado / dos pobres e oprimidos. E mais particularmente dos posseiros, dos índios e dos peões.

A causa de *Dom Pedro* é a causa do povo. O Evangelho que segue é o Evangelho da Justiça e da Libertação. Na sua vida, nas suas pregações, nos seus escritos, nas suas visitas ao povo do sertão, nos seus apelos às autoridades, nos seus conflitos com os poderosos, ele sempre lutou por esta causa e por este Evangelho. É lógico que venham sobre ele essas perseguições. Jesus as sofreu e as anunciou para seus discípulos. A Igreja as conhece em sua história de todos os tempos.

Irmãos da Prelazia: esta hora *"é tempo de prova, mas também de fé, de unidade e de firmeza"*, como dizia nosso Bispo nas perseguições de 1973.

E é nesta hora que nós todos, que formamos o Povo de Deus nesta região; devemos nos unir conscientes e corajosos.

Quanto mais cresce e nos envolve o poder das trevas mais deve brilhar a luz de nossa fé.

Quanto mais perseguida for a nossa Igreja, mais viva deve ser a nossa esperança. Saibamos assuntar a Palavra do Senhor: Também agora, como no processo contra Jesus, os inimigos estão querendo *ferir o Pastor para espalhar as ovelhas...* (Mc 14,27).

O povo desta Prelazia será devidamente informado sobre o que for acontecendo. Ninguém dê ouvidos a boatos e fofocas. *Dom Pedro* continua sendo o nosso Bispo e prossegue com o seu ministério no meio de nós. Em qualquer circunstância ele continuará sendo o nosso Bispo.

MESMO SE UM DIA FOSSE EXPULSO, DOM PEDRO CASALDÁLIGA, DENTRO OU FORA DO PAÍS, CONTINUARIA SENDO O ÚNICO BISPO LEGÍTIMO DESSA PRELAZIA DE SÃO FELIX.

Nenhum poder deste mundo pode tirar de *Dom Pedro* o caráter de Bispo nosso que o Espírito Santo lhe deu naquela consagração de 23 de outubro de 1971 que todos nós acompanhamos emocionados. Nossa força é o Senhor, cantamos nos Salmos. *Ele estará sempre no meio de nós, se nos mantivermos reunidos no seu nome* (Mt 18,20).

A ele entregamos ainda hoje com a maior confiança sua Igreja desta Prelazia de São Felix. A Mãe de Jesus que é nossa mãe da Igreja, nos agasalha com o maior carinho nesta hora.

=.=.=.=.=
=.=.=.=

-6. Juli 1977

Fé não basta

A simples conversão dos indígenas à fé cristã — um postulado defendido e praticado por correntes da Igreja Católica praticamente desde a descoberta do Brasil — deixa cada vez mais de se afirmar como uma prioridade na atuação dos missionários em seu trabalho nas selvas. Um significativo exemplo dessa nova tendência poderia ser extraído dos debates desenvolvidos durante o I Encontro de Pastoral Indigenista Pan-Amazônica, encerrado no último dia 26 em Manaus.

Ao fim dos trabalhos, os participantes do Encontro, religiosos de seis países latino-americanos, aprovariam por unanimidade as três novas diretrizes que, em sua opinião, deverão pautar a atuação da Igreja junto aos indígenas do continente. São elas: 1) ajudar os grupos nativos na obtenção do reconhecimento legal dos territórios ecologicamente suficientes para sua sobrevivência, que ocupam com pleno direito e que lhes são injustamente usurpados; 2) defender os grupos em situações de emergência e riscos de destruição ou extermínio biológico-cultural; e 3) facilitar e estimular os encontros entre nativos.

Na opinião dos dois mais ativos participantes brasileiros — dom Thomas Balduíno, bispo de Goiás Velho e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia —, a principal conseqüência da reunião deverá ser a intensificação das assembléias indígenas e a preparação dos silvícolas para que possam enfrentar diretamente seus problemas de relacionamento com as sociedades civilizadas.

LUIS HUMBERTO

Dom Thomas: índios sem fronteiras

Mão-de-obra — Dom Thomas, por exemplo, considera os índios latino-americanos "vítimas da ganância e espoliação de suas terras e explorados como mão-de-obra barata", e admite que o objetivo básico a ser perseguido pelos missionários é "adequar as comunidades indígenas para o relacionamento com o homem branco, do qual dependerá sua sobrevivência física e sua identidade cultural". Já dom Pedro vê o problema indigenista duplamente relacionado. "As fronteiras entre países", argumenta ele, "não podem dar caráter exclusivamente a este ou àquele aspecto da questão, pois o problema terá de ser visto como um drama enfrentado pelos indígenas do Brasil, Bolívia ou Peru, que têm a identificá-los a essência comum de serem indígenas e enfrentarem o mesmo problema de relacionamento com o homem branco em todas as áreas". Para dom Pedro, as mesmas causas do problema indígena impedem a integração cristã e digna das camadas mais pobres da população.

Assim, em sua opinião, "não se pode esquecer das causas comuns que atingem o índio e toda a sociedade brasileira". Justamente com o objetivo de divulgar tantos problemas, o documento da Pastoral Indigenista defende a utilização dos meios de comunicação para "difundir, na sociedade circundante, a publicação indigenista, pesquisas e experiências culturais, e para a denúncia sistemática das injustiças cometidas em nome da civilização e do progresso".

Balduino

JB 17/8/77

D Tomás diz que é vigiado em Goiás mesmo antes da acusação de ser comunista

Juiz de Fora — O presidente do Conselho Indigenista Missionário e Bispo de Goiás Velho, D Tomás Balduíno, afirmou que existem em sua diocese pelo menos 40 pessoas designadas para vigiar seu trabalho na região, e que isso acontece mesmo antes de o Arcebispo de Diamantina, D Geraldo Sigaud, acusá-lo de atuação comunista.

"Mesmo assim" — afirmou o Bispo — "não encontro obstáculos que me impeçam de desenvolver um trabalho em favor dos marginalizados. A resistência maior, encontro entre os grupos de ricos, que, de maneira geral, se manifestam em desacordo com essa orientação, pois esperam uma Igreja que atue em benefício de uma sociedade estabelecida. Uma Igreja que assume uma atitude profética contraria uma mentalidade estática".

EQUILÍBRIO

Em Juiz de Fora, D Tomás Balduíno fará conferência sobre a Pastoral entre os índios, no Instituto Santo Tomás de Aquino. O Bispo considerou a ligação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) "um projeto positivo, que irá beneficiar o Conselho numa tarefa que ele não pode se dar ao luxo de realizar sozinho, num país tão grande e em uma atividade tão complexa, que, no fundo, é papel de toda a Igreja".

A política desenvolvida pelo Cimi, segundo D Tomás, pretende oferecer condições para que os índios se tornem protagonistas de sua luta. "Não podemos adotar o papel de protetor" — explicou — "ditando normas, mas devemos dar-lhes a chance da voz. Muitas vezes, essa tarefa se torna impossível, em virtude da insegurança da sociedade e do Governo, que vê no índio uma ameaça, em sua vida sem tutela".

D Tomás Balduíno afirmo que "a Igreja está exprimindo hoje um clamor de todo o continente. São séculos de marginalização, que agora começam a ser encampados por ela, numa linha evangélica. No plano da Pastoral indianista, podemos dizer que os missionários começam a ver claro que a convivência tribal, embora longe e pequena, tem um valor de dimensão mundial, no sentido de propor a este mundo louco uma alternativa de vida solidária".

Para o presidente do Cimi, o peso maior "dessa sociedade que idolatra o dinheiro e, consequentemente, o poder, são as jóias e pérolas que descobrimos — os índios — que possuem o pleno equilíbrio consigo, com a natureza e com Deus. Ao contrário do homem branco que repudiou Deus, poluiu a natureza e se isolou de si mesmo".

"Em minhas experiências concretas" — disse — "constatei que, quando os índios têm a oportunidade de decidir por si, apresentam sempre as soluções mais humanas e mais pacíficas, sempre respeitando as outras culturas".

O Bispo de Goiás Velho revelou que o trabalho do Cimi se divide em dois aspectos: "Em primeiro lugar, a defesa do índio, de suas terras, e de sua integridade física e cultural. No temos poupado esforços no sentido de denunciar as arbitrariedades, mesmo que isso desagrade ao Governo. A questão indígena é da opinião pública e deve ser encarada como um campo aberto".

Na segunda parte, está o trabalho desenvolvido entre os missionários: "Procuramos atualizá-los, dentro do fluxo da cultura atual. Proporcionamos também uma vinculação entre eles, tirando-os, algumas vezes do isolamento".

Desde a criação do Cimi, já foram realizadas 10 assembléias entre os índios, "todas com saldo positivo", segundo D Tomas. Ele afirmou ainda que, após o encontro realizado em Manaus, foi decidido que os missionários não mais se reunirão sem a presença do índio: parece-me um total desrespeito ao índio tratar de seus problemas na sua ausência, o que já faz o Governo, em seus laboratórios secretos da Funai".

JB 17.3.77

Curitiba

Dom Tomás Balduíno, entre índios do Sul, pediu o testemunho deles sobre a missão da Igreja

Bispo nega conivência da Igreja na miséria indígena

Porto Alegre — O Bispo de Erexim (RS), Dom João Hoffmann, em cuja jurisdição episcopal se situa a reserva indígena de Votouro, contestou ontem as acusações do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) de que a Igreja Católica no Rio Grande do Sul é conivente com o extermínio e a miséria das populações de índios no Estado.

— As acusações não são procedentes, porque a Igreja sempre fez o que pôde, disse Dom João Hoffmann, ao concordar com as declarações de Dom Vicente Scherer, que acusou o Cimi de falsificar a história e de faltar à verdade. "No melhor estilo do anticlericalismo furioso de tempos remotos".

Omissão

Depois de lembrar que há mais de 10 anos que sua diocese realiza assistência religiosa no Toldo de Votouro, onde vivem mais de 200 kainkangues, Dom João Hoffman disse que "no plano de pastoral do Rio Grande do Sul, a Igreja está voltada especialmente para os marginalizados e para a velhice. E os índios que, pela sua própria história, são marginalizados, estão incluídos neste atendimento". Considerou "injustas" as acusações do relatório do Cimi, de que a Igreja acumulou privilégios e posses muitas vezes à custa deste povo e ainda hoje assume posições etnocêntricas, se omitindo ante os apelos e as angústias desta gente oprimida.

Manifestou o Bispo de Erexim que "existe uma preocupação da Igreja em relação aos índios, mas na nossa área enfrentamos problemas, por nos faltarem pessoas habilitadas no trato com o índio, no conhecimento de sua língua", reconheceu. Por um tratamento específico ao índio, já que sempre os tratamos em conjunto, como a outros grupos marginalizados. Mas lembrou que a Igreja atende também outras minorias, como a dos imigrantes, e enfrenta inúmeras dificuldades, inclusive de pessoal, no atendimento ao índio.

Cimi quer evitar polêmica

Curitiba — "A posição oficial do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) é não fazer crescer a polêmica . Não estamos a fim de guerrear entre nós mesmos. O nosso próprio trabalho é a resposta". As declarações são do presidente do Cimi, Dom Tomás Balduino, feitas durante a terceira assembléia regional do órgão, nesta Capital que ontem teve seu segundo dia de trabalho. Na pauta os membros do Cimi discutiram a evangelização e presença da Igreja no meio indígena.

Apenas sete índios estavam presentes até ontem nos trabalhos do Cimi. Dois são do Mato Grosso, quatro do Rio Grande do Sul e um de Santa Catarina. A ausência dos índios paranaenses foi explicada pelo Padre Natalício Wessenfelder, "terça-feira à tarde a sede regional da Funai, recebeu telegrama da direção nacional proibindo a saída dos índios do Estado para este encontro", informou ele, acrescentando que "mesmo os que vieram dos outros Estados estão aqui por conta própria e não pediram autorização da Funai para sair das suas reservas".

Resposta

— Com o Cimi assumido pela CNBB, ele próprio em sua caminhada vai ser uma resposta às críticas que se levantam aqui e acolá. Em vez de procurarmos responder ponto por ponto todas as acusações contra nós, que o Cimi seja, na sua própria vivência, a própria resposta", afirmou Dom Tomás Balduíno. Ele acrescentou também que "neste nosso princípio de dar vez. dam uma voz aos índios, caberia a eles responder a quaisquer críticas que sejam feitas contra nós". Para o religioso "Dom Vicente Scherer voltou a criticar o Cimi na forma que ele estava sendo visto antes da assembléia. O documento de Iguí levanta duas coisas: o problema das terras e a situação aflitiva dos índios. Em segundo lugar houve uma autocrítica que a Igreja sempre faz e que Dom Vicente chama de anticlerical mas não é, apesar de ser contundente". Para ele uma discussão em torno do assunto "enfraquece a causa indígena".

Anexação

Com a vinculação do Cimi à CNBB, tornando-o um órgão oficial Dom Thomaz revela que "existem exigências bilaterais. A CNBB quer uma comunhão das atividades com a pastoral. O Cimi quer um compromisso com a CNBB. Um apoio logístico de assumir e se comprometer. O Cimi tem que conceder e a CNBB tem que conceder. Vamos trabalhar juntos para descobrir esta filosofia. Esta pastoral indígena".

Ele reconhece que existem setores na Igreja que discordam das atividades do Cimi e revela que para enfrentar a resistência que existe hoje "só mesmo com uma corrente, um trabalho de fermentação que começa nas bases, nos missionários, que nunca vêm para o Cimi sob pressão, mas por sua própria vontade".

Já Dom José Gomes, Bispo de Chapecó, Santa Catarina, com uma reserva indígena na sua área de atuação afirma que "as críticas não estão nos assustando. Isso não nos preocupa e nem nos deixa magoados" e cita o exemplo do religioso francês Léfebre dizendo que "ainda existe gente que é contra as determinações do Concílio".

Relacionamento

Dom Tomás Balduíno comentou também o relacionamento entre o órgão oficial do Governo, a Funai e o Cimi. "Eu acho que na caminhada do Cimi tem que haver o diálogo de uma forma ou outra. As tensões havidas levaram a um certo mal-estar. A gente gostaria que esta liberdade de criticar fosse sempre garantida. Não vamos fazer um pacto de silêncio por motivos de estado. Agora, dentro disso, a gente acha importante continuar o relacionamento e vamos continuar com a generosa liberdade de apontar as falhas, estudá-las, pois a Funai não é um todo. Ela é um meio cujo fim é o índio. Vamos continuar a ser o porta-voz oficial das reclamações indígenas", concluiu Dom Tomás Balduíno.

JB 19.6.78

Bispo considera anistia pré-condição para a redemocratização do país

Brasília — D Tomás Balduíno, presidente do Conselho Indigenista Missionário — CIMI — considerou ontem como pré-condição para a redemocratização do país "a concessão de anistia ampla e irrestrita a todos os punidos políticos, sem confundirmos esta anistia com a benesse de indulto que é reconhecimento do crime e a generosidade em perdoá-lo".

Defendeu também a necessidade de serem atingidas pela anistia "as causas legais e estruturais que provocaram o estado de exceção". O pronunciamento foi feito durante a solenidade de instalação pública do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção de Brasília, que contou também com a participação de representantes dos comitês pela anistia de São Paulo e do Rio de Janeiro. Para o presidente do CIMI, a "anistia tem que ter o sentido do novo, tem que ser imposta pelo novo e não ser outorgada. Se não vier como conquista do povo nunca virá".

A instalação do Comitê pela Anistia em Brasília, segundo definiu seu presidente, jornalista Pompeu de Souza, tem o sentido catalizador, já que pretende centralizar todas as atividades dos comitês criados por todo o país. "Isso porém, ressalvou, não significa que seremos um comitê pró comitês. Também iremos atuar concretamente no Distrito Federal, tentando tornar consciente a população da necessidade de participar dessa luta".

Durante a reunião de ontem, que durou cerca de quatro horas, D Tomás Balduíno defendeu a atuação da "nova Igreja cristã, que deixa de ter um objetivo de conversão individual mas de atuação nas estruturas sociais. "A Igreja, disse ele, como instituição não tem um projeto político, mas acredito que deva ser devolvido a quem de direito a função de ser protagonista de uma nova libertação. Esse protagonista é o povo. Não podemos e, ninguém pode substituí-lo, mas podemos nos transformar em fermento para que o povo reconquiste o direito de formar suas próprias lideranças".

Segundo ele, "existe uma cisão nas Forças Armadas. Isto nós estamos vendo, e é muito importante para o que pretendemos construir". D Tomás Balduíno, ao caracterizar esta divisão, disse que "os militares são como todos os outros brasileiros, apenas estão armados e agora impacientes começam a se insubordinar contra determinação profissional que os impede de se pronunciarem publicamente sobre assuntos políticos".

Balduino, Thomás

Arquivo/4-3-83

Ao reconhecer o padre Ernesto Cardenal, Ministro da Cultura da Nicarágua, ajoelhado para recebê-lo, o Papa — dedo em riste — o aconselhou: "O senhor tem de acertar sua situação com a Igreja"

D Balduíno defende Manágua

Lyon, França — O Bispo de Goiás Velho, Dom Tomás Balduíno, afirmou ontem que a visita do Papa à Nicarágua foi decepcionante e defendeu a participação de padres no Governo nicaragüense, explicando que "os jovens dirigentes sandinistas que passaram das trincheiras ao Poder tinham necessidade de se apoiar em homens de experiência".

— O Papa não saiu de seu círculo habitual, da hierarquia, e não pôde escutar a voz do povo. Tinha um discurso em favor da obediência contra toda opção libertadora. Buscou a todo custo salvar a unidade (da Igreja) e isso esteve em contradição com o que o povo (nicaragüense) esperava ele — declarou o Bispo brasileiro, segundo a agência France Presse.

No Brasil

Tratando em Lyon da repatriação dos restos de Frei Tito de Alencar, padre dominicano brasileiro torturado em 1970 no Brasil e exilado na França, no Convento de Evreux Sul L'Abresle, onde se suicidou em 1974, Dom Balduíno citou o caso do Padre Tito para justificar a atuação dos padres nicaragüenses:

— O caso de Tito nos mostra que não se pode calar ante a opressão e a repressão que golpeia os pobres na América Latina.

Segundo a agência AFP, Dom Balduíno combate atualmente a política de grandes obras que se aplica no Brasil, a que "promove o chamado progresso e de fato serve aos ricos". O Bispo denunciou, em particular, o projeto Carajás, "cuja construção, ao invés de se realizar em 5 anos com investimentos estrangeiros, poderia ser feita em 15 anos, com a participação de grupos nacionais brasileiros".

— As forças militares estão a serviço do capitalismo, contra todo projeto de libertação que apareça no Brasil e na América Latina. Todas as revoluções militares foram realizadas pelos Estados Unidos, com a desculpa do anticomunismo. Cremos que a Igreja deve estar aberta ao marxismo, para tirar dele o que for positivo, não para passar de um dogma para outro — afirmou.

— A repressão política aparente terminou. Os presos políticos são poucos. Mas atualmente não se reprime os que gritam contra a injustiça, mas sim as vítimas dessa injustiça. Os presos de direito comum são maltratados e disso não se fala — concluiu o Bispo de Goiás Velho.

NTERNACIONAL Tribuna da Bahia - 17.III.83

D. Tomas diz que visita do Papa à Nicarágua decepcionou

LYON, FRANÇA — O bispo de Goiás, Dom Tomas Balduino declarou ontem em Lyon que a presença de padres no governo da Nicarágua se explica porque os "jovens dirigentes, que passaram das trincheiras ao poder, tinham necessidade de apoiar-se em homens de experiência".

O bispo brasileiro considera que a visita do Papa a Nicarágua foi decepcionante. "Não saiu de seu circulo habitual, da hierarquia e não pode escutar a voz do povo. Tinha já um discurso em favor da obediência contra qualquer opção libertadora. Buscou a todo custo salvar a unidade e tal atitude esteve em contradição com aquilo que o povo esperava dele".

O bispo de Goiás encontra-se de passagem por Lyon, para repatriar os restos de Frei Tito de Alencar, dominicano brasileiro, torturado em 1970 no Brasil e logo exilado na França no convento de Eveux sur L'Abresle, onde suicidou-se em 1974.

"O caso de Frei Tito nos mostra que não temos que nos calar diante da opressão e da repressão que golpeia os pobres na América Latina", disse o bispo.

Dom Tomas Balduino combate atualmente a política de grandes obras que se realiza no Brasil, aquela que promove o chamado progresso e de fato serve aos ricos".

Em particular, o bispo de Goiás denunciou o projeto Carajás, no Nordeste do país "cuja construção, em lugar de realizar-se em cinco anos com investimentos estrangeiros, poderia ter-se realizado em 15, com a participação de grupos nacionais brasileiros".

"As forças militares estão a serviço do capitalismo, contra todo projeto de libertação que surja no Brasil e na América Latina. Todas as revoluções militares foram feitas pelos Estados Unidos, com a desculpa do anticomunismo. Acreditamos que a Igreja deve estar aberta ao marxismo para extrair desta doutrina o que ela tem de positivo e não para passar de um dogma a outro" declarou Balduino.

"A repressão política aparentemente terminou. Os prisioneiros políticos são poucos, porém, atualmente não se reprime a quem grita contra a injustiça, senão contra as vítimas desta injustiça. Os presos comuns são maltratados e disto não se fala", concluiu o bispo de Goiás.

INJUSTIÇA SOCIAL

Os problemas da América Central, "são o resultado da injustiça econômica e social e devem ser resolvidos, sem nenhum tipo de intervenção, pelos povos envolvidos", afirmou ontem o novo embaixador do México na França, Jorge Castaneda.

Durante cerimônia de apresentação de credenciais ao presidente francês Francois Miterrand, Castaneda declarou no Palácio do Eliseo que "a história deu razão à França e ao México", sobre a declaração conjunta a respeito de El Salvador de agosto de 1981.

Balduino

Bispo de Volta Redonda reza por presas políticas

14 Nov. 1977

Com a presença de parentes das três presas políticas que durante 20 dias fizeram greve de fome, o Bispo de Volta Redonda, Dom Valdir Calheiros, oficiou ontem, naquela cidade, missa em solidariedade à reivindicação das detentas: transferência do Presídio Talavera Bruce, em Bangu, para uma ala especial do Instituto Milton Dias Moreira, na Rua Frei Caneca.

"A missa foi rezada principalmente para Rosalice Fernandes, que é aqui da diocese, mas, em solidariedade, ela foi dedicada também a Jessie Jane Vieira de Sousa e Norma Sá Pereira", explicou o Bispo. Na homilia, o sacerdote lembrou o capítulo 25 do Evangelho de São Mateus, no qual "ele se identifica com os presos, os enfermos, os que têm fome e os que não têm casa".

A missa foi realizada às 18h na igreja de São Sebastião do Retiro. Entre os parentes das presas estavam o marido de Rosalice, a mãe de Norma e a sogra de Jessie Jane. "Fizemos preces e orações em intenção das detentas e tudo transcorreu na maior tranquilidade", acrescentou o Bispo.

Dom Valdir Calheiros não criticou a greve de fome: "Tem gente que diz que isto é suicídio; ora, se a greve de fome é suicídio, ficar em situação de expor a sua própria vida, através da segurança que lhe cerca, também é suicídio."

Calheiros

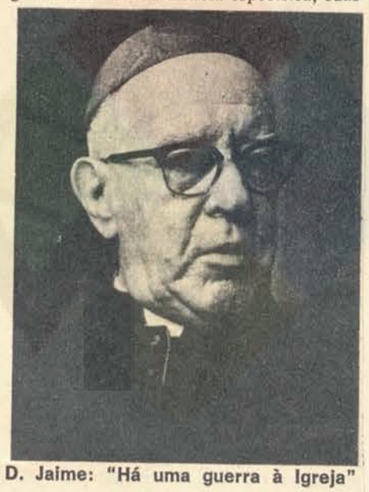
7-10-70

IGREJA Veja 7-10-70

A voz do pastor

Depois de alguns gestos amistosos e das cuidadosas atitudes diplomáticas que marcaram no início do mês passado as relações Igreja-govêrno, alguns setores eclesiásticos já não escondem uma certa preocupação. E é significativo que o próprio dom Jaime de Barros Câmara, o moderado cardeal-arcebispo da Guanabara, se tenha decidido a tratar o assunto de público, através do seu programa "A Voz do Pastor", do próximo dia 9.

Em declarações a jornais, na semana passada, o cardeal disse não pretender citar nomes nem fatos, mas prometeu falar sôbre "a guerra contra a Igreja que existe no Brasil". Mesmo que não chegue a nenhuma denúncia específica, suas



D. Jaime: "Há uma guerra à Igreja"

palavras parecem estreitamente motivadas pelas prisões de nove membros da JOC (Juventude Operária Católica) e ACO (Ação Católica Operária), entre êles quatro padres, ocorridas de 11 a 28 do último mês, na Guanabara.

Márcia de Assis Marques, Teodoro Haag Neto e Vandir Maria Silva foram os primeiros, presos no dia 11, quando se encontravam na sede da JOC, no bairro do Catumbi. Marli Dionísia de Assis e o padre Arnaldo Werlang foram presos dia 20, no mesmo local. No dia 28 foram feitas quatro prisões em dois locais diferentes: padre Mário Prignol (assistente da ACO no Rio) e padre Agostinho Pretto (assistente latino-americano da JOC), na paróquia de La Salete, no Catumbi; padre Manuel de Jesus Araújo Soares (ex-assistente nacional da JOC) e Maria Irony Bezerra Cardoso, na sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (instituição ligada à Igreja), no bairro de Botafogo.

Acompanhado por dom Lucas Neves, secretário do Apostolado Nacional dos Leigos, órgão da CNBB, dom Jaime manteve dois contatos com o general Sizeno Sarmento, comandante do I Exército, durante a semana passada, e estêve com o presidente Medici na sexta-feira. Mas ainda não conseguiu saber — ou pelo menos não quis divulgar — onde estão os presos e de que são acusados. O

Dom Jaime confirma prisão pelo DOPS de três padres e teve encontro com Siseno

O Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Camara, confirmou ontem a prisão de três padres pelo DOPS da Guanabara. Dom Jaime já estêve com o comandante do I Exército, General Siseno Sarmento, e hoje presidirá uma reunião onde o assunto consta das discussões.

— Por enquanto — disse Dom Jaime ao JB — me abstenho de fazer maiores comentários. A única coisa que posso adiantar é que no dia 9, durante meu programa *A Voz do Pastor*, falarei sôbre a guerra contra a Igreja que existe hoje no Brasil de um modo generalizado. Não citarei nomes. Falarei em tese.

A PRISÃO

O assunto vinha sendo mantido em sigilo pela Igreja desde a primeira prisão, ocorrida no dia 26 último. Nesse dia foram presos o padre Mário, vigário da Igreja Nossa Senhora da Salete, no Catumbi; o padre Agustin Pedro, padre Arnaldo (todos seculares) e uma môça de nome Ironi Ferreira. A prisão ocorreu no centro da cidade, quando de uma reunião para debater assuntos da Juventude Operária Católica (JOC).

No dia 28, foi prêso o padre Manuel de Jesus, quando se encontrava na sede do Ibrades, na Rua Bambina, 115. O clero, durante tôda esta semana, se mobilizou para tentar saber o paradeiro dos sacerdotes, que foram levados em camionetas para lugares diferentes.

Dia 28 último, Dom Lucas Neves, secretário do Apostolado dos Leigos, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, comunicou-se com Dom Jaime, e os dois entraram em contato com o comandante do I Exército, que lhes afirmou, no primeiro contato, desconhecer as prisões, pedindo-lhes que voltassem no dia seguinte.

Dia 29, pela manhã, Dom Jaime de Barros Camara e Dom Lucas Neves voltaram a se encontrar com o General Siseno Sarmento. O secretário do Apostolado dos Leigos conversou com o comandante do I Exército durante mais de uma hora. Soube que os presos estavam sendo bem tratados.

UMA POSIÇÃO

Dom Jaime de Barros Camara, depois de confirmar a prisão dos padres, anunciou que falará sôbre o assunto no dia 9, durante seu programa *A Voz do Pastor*.

O Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro mostrava-se tranquilo ao comparecer ontem à Cúria Metropolitana para dar a audiência semanal aos padres da arquidiocese.

— Não quero fazer comentários agora. No meu programa falarei sôbre a guerra contra a Igreja que existe no Brasil. Não citarei nomes nem fatos. Falarei em tese. Por enquanto é só o que tenho a dizer.

A Cúria Metropolitana não sabe onde estão os sacerdotes presos. Segundo monsenhor João D'Avila, vigário-geral do Rio de Janeiro, a Cúria só poderá tomar, ou deixar de tomar qualquer posição, quando Dom Jaime assim determinar.

Alguns religiosos afirmam que as prisões dos padres estariam ligadas ao Congresso da ex-UNE realizado no Convento dos Dominicanos, em 1968. Para outros, a prisão está relacionada com a JOC, organização considerada pelo Govêrno como subversiva.

ASSUNTO EM PAUTA

Dom Jaime de Barros Camara presidirá hoje a reunião do Conselho Prebisteriano, órgão que o assessora na administração da arquidiocese. Segundo se soube, a prisão dos padres será discutida.

A CNBB, oficialmente, não se pronuncia sôbre a prisão dos sacerdotes. Dom Aloisio Lorscheider, secretário-geral, está no Rio Grande do Sul, onde já tomou conhecimento do assunto.

Zeitung	Datum	Nummer
JB	1-10-70	

Camara
Jaime
Rio de Janeiro

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchiv

Zeitung	Datum	Nummer
Tarde	19 - 10 - 70	

Bispos não aceitam renuncia de D. Jaime

Tarde 19.10.70

Rio (Transpress)

Segundo informações de uma fonte credenciada, a Conferência dos Bispo do Brasil, reunida extraordinàriamente nesta capital nos dias 16 e 17 do corrente, recusou apoiar a idéia de 10 padres que compareceram à reunião a fim de obter apoio em favor do afastamento de Dom Jaime Câmara, que seria solicitado à Nunciatura apostólica.

O mesmo informante acrescentou que apenas 10 padres, entre cêrca de 700 existentes na arquidiocese, manifestaram-se contra a posição assumida pelo Cardeal em relação à prisão de membros da JOC.

Na maioria os bispos que participaram da reunião já retornaram a seus estados, evitando comentários sôbre o pedido de renúncia de Dom Jaime Câmara.

Os Bispos recusaram também falar sôbre a visita de Dom Vicente Scherer ao Quartel da PE, na Rua Barão de Mesquita, onde se encontram quatro religiosos, entre os quais o Padre Mário, pároco da Igreja de Nossa Senhora do Salete, no Catumbí. A visita foi realizada em companhia de um representante do Pregidente da República e do Secretário para assuntos leigos da CNBB.

Padres presos

Porto Alegre (Transpress)

O Cardeal Dom Vicente Scherer regressou a esta capital, após ter pregidido, no Rio, a reunião da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Aos jornalistas disse o prelado gaucho que "esteve em visita aos Padres prêsos há cinco dias, no Quartel da Polícia do Exército. Os prelados — frisou — estavam inibidos e incomunicáveis e a visita só pôde ser concretizada em virtude da intervenção do Sr. Júlio Rose, representante do Rio Grande do Sul, em Brasília e integrante da Casa Civil da Presidência da República e que na ocasião representava o Presidente Médici.

Dom Scherer acrescentou que os Padres estão sendo bem tratados fisicamente, pois a comida é boa e o tratamento idem. O que existe é um abatimento moral em virtude de prisão em cela.

Concluiu o prelado gaúcho que até agora, só se processaram interrogatórios mas nenhum objetivo para esclarecer os motivos exatos da prisão

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchiv

Zeitung	Datum	Nummer
JB	27-10-70	

Dom Jaime visita Gen. Geisel

JB 27.10.70

O Ministro do Exército, General Orlando Geisel, recebeu ontem em audiência especial o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Camara, com quem conversou demoradamente em seu gabinete.

O encontro foi cordial e o Ministro do Exército não divulgou o assunto tratado durante a audiência. Há cêrca de duas semanas Dom Jaime Camara já havia se avistado com o comandante do I Exército, General Siseno Sarmento.

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchiv

Zeitung	Datum	Nummer
JB	7.21.70	

D. Jaime recomenda que cessem as gestões visando à libertação de padres

O Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime Camara, desaconselhou os bispos a prosseguirem nas gestões visando à libertação de padres porque "o I Exército não se mostra propenso a soltá-los."

Os contatos da Conferência Nacional dos Bispos, na área militar, têm sido infrutíferos. Como entidade máxima do episcopado, a CNBB não quer envolver-se no caso e a libertação dos padres vinha sendo tentada através de iniciativas isoladas de bispos.

CONTATOS INÚTEIS

O Cardeal Jaime Camara tem recebido visitas de padres que levam, quase todos os dias, informações sôbre os contatos feitos no I Exército. Êle próprio, recentemente, tentou avistar-se com o General Siseno Sarmento e obteve a promessa de que haveria um entendimento em curto prazo. O Cardeal, entretanto, desiludido com a demora de uma providência prática, acha que os bispos não devem mendigar liberdade para os dirigentes da JOC e o pessoal do Ibrades.

Qualquer gestão neste sentido, a partir de hoje e até decisão em contrário do presidente da CNBB, Cardeal Vicente Scherer, só será feita após deliberação da comissão central. Os conselhos do Cardeal Dom Jaime Camara, acatados por vários bispos, poderão, entretanto, ser recusados por algum religioso, capaz de mobilizar pessoas de suas relações em favor dos presos. Tais iniciativas, porém, não terão o apoio pessoal do Cardeal, em cujo nome ninguém poderá falar, nem a cobertura da CNBB, que se mantém em expectativa.

Jornal católico paulista comenta as detenções

São Paulo (Sucursal) — O jornal *O São Paulo*, da Cúria Metropolitana, circulará hoje com um editorial afirmando que "as prisões indiscriminadas, as violências policiais atentatórias à honra, integridade e direitos individuais, os crimes dos Esquadrões da Morte e a miséria de tantos — reconhecida, aliás, pelo próprio Presidente Médici — são os maiores responsáveis pelo desfiguramento da imagem do Brasil."

"Somente superando tôda e qualquer radicalização e extremismo de súditos e autoridades, mereceremos no futuro a recomposição da imagem até agora de "grande nação considerada como livre e sensata", no dizer do próprio Santo Padre Paulo VI" — acrescenta o editorial do semanário católico.

radicalizações, de um lado ou de outro, sempre são contraproducentes. Mais existem, realmente, certas áreas que precisam ser contidas, com a maior presteza, para que o Govêrno, politicamente, consiga melhorar a própria imagem."

Segundo *O São Paulo*, "são essas áreas extremadas as responsáveis por um discutível assessoramento ao Govêrno central, pela recente onda de prisões e, também, pelos sempre mais numerosos e perigosos atritos *periféricos* entre Igreja e Estado. O desgaste do Executivo federal é enorme, a cada gesto precipitado e excessivo de tais áreas."

PRISÕES

Intitulado *Terrorismo e Terrorismo*, o secretário cita o fato de que a descoberta de documentos comprometedors no *aparelho* no líder terrorista Joaquim Camara Ferreira "ensejou aos órgãos de segurança nacional o desencadeamento de uma onda de prisões em todo o país." Fala, em seguida, do "clamor contra tais detenções", a ponto de "o próprio Presidente da República, em intervenção pessoal e pesando os prós e os contras, decidir sustar o processo."

Citando o empenho das autoridades em "fazer crer que no Brasil ninguém é preso apenas por suas convicções políticas", o editorial diz que "os fatos acabam de demonstrar o discutível de tal ponto-de-vista, contribuindo, mais que o reconhecimento da verdadeira situação, para desfigurar a imagem do país."

RADICALIZAÇÃO

"A autoridade moral do poder constituído, com certeza, saiu arranhada dos últimos acontecimentos. E se confirma, igualmente, o que dissemos e repetimos em mais de uma oportunidade:

ADVERTÊNCIA

Sob o intertitulo *Uma Advertência Não Ouvida*, o editorial lembra que a Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ao apreciar a prisão de sacerdotes e leigos ligados à Juventude Operária Católica (JOC), advertira que "o terorismo da subversão não pode ter como resposta o terrorismo da repressão."

"Naquela oportunidade, a Comissão Central não tomou apenas a defesa de sacerdotes e leigos seus mandatários, mas dos direitos da pessoa humana enquanto tal, seja ela quem fôr, perante o poder constituído, tenha êle a orientação que tiver. Nem terrorismo da subversão nem terrorismo da repressão, mas uma ordem inteligentemente; nem "violências ativas" nem "violências institucionalizadas", como métodos de reformas sociais ou de preservação de estruturas vigentes."

"A menos que, urgentemente e quanto antes, se entenda isso, estamos dando motivos para a campanha difamatória do Brasil no exterior. Mais que atribuir a êste ou àquele a responsabilidade de tal campanha, é urgente afastar, no plano interno, quanto possa oferecer aos inimigos da pátria razões de críticas e insinuações", conclui o editorial.

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchiv

Zeitung	Datum	Nummer
JB	22. 11. 70	

D. Jaime Câmara recomenda a padres presos que após libertação sejam prudentes

JB. 22.11.70

Dom Alberto Trevisan contou ontem que o Cardeal Jaime de Barros Camara, durante a visita que fêz quinta-feira aos quatro padres ligados à JOC e ao Ibrades que estão presos desde setembro, recomendou a êles que após a libertação fôssem prudentes em suas manifestações.

O Cardeal e Dom Alberto foram ao 1º Batalhão de Guardas e a visita durou 20 minutos. Na manhã de quinta-feira, antes das solenidades do Dia da Bandeira, Dom Alberto havia dito ao comandante do I Exército, General Siseno Sarmento, que Dom Jaime desejava encontrar-se com os padres e a solicitação foi atendida.

ENCONTRO

No 1º Batalhão de Guardas, Dom Jaime e Dom Alberto foram levados para a sala do comando. Pouco depois chegaram os padres, que se mostraram surpresos com a presença do Cardeal.

Um tenente ficou na sala, mas à distancia. Como Dom Alberto informou aos padres que êles seriam libertados dentro de algumas horas, como lhe havia dito o General Siseno Sarmento, êles não fizeram pedidos. Disse o capelão que os leigos também seriam soltos.

RECADOS

Padre Agostinho Pretto recebeu o recado de que o Cardeal Vicente Scherer, de Pôrto Alegre, quer que depois da liberatação êle vá ser um dos seus auxiliares. O padre disse que já sabia do desejo do Cardeal, pois havia recebido um bilhete.

Quanto a uma gravação que teria aparecido com severas criticas à Igreja e que estava sendo atribuida ao padre Arnoldo Werlang, êste pediu a Dom Trevisan que comunicasse ao Bispo-Auxiliar de São Paulo que êle não era o autor.

TRATAMENTO

Sôbre o tratamento dado aos padres, Dom Alberto afirmou que nada foi dito, nem perguntado, "mas êles se apresentavam aparentemente bem."

— Já mandamos uma Bíblia para cada um, inclusive para os leigos. Tôdas as têrças-feiras remetemos cigarros e frutas, concluiu Dom Alberto.

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchiv

Zeitung	Datum	Nummer
JB	19-2-71	

JORNAL DO BRASIL □ Sexta-feira, 19/2/71 □ 1.º Caderno

Dom Jaime morre ao fazer 25 anos como Cardeal

Duas alas de soldados da FAB se perfilaram na chegada do corpo de D. Jaime Câmara ao Rio

Entêrro será na nova Catedral

O Cardeal Dom Jaime de Barros Camara será sepultado às 16 horas de hoje na nova Catedral, em construção na Avenida Chile. O corpo sairá da Catedral Metropolitana numa carrêta do Exército e o cortêjo será acompanhado por diversas autoridades civis e militares. O Presidente Médici será representado pelo Vice-Presidente Augusto Rademaker.

Como era de seu desejo, o corpo do Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro não foi embalsamado, o que antecipou o entêrro. A cerimônia de sepultamento será extremamente simples e precedida de missa concelebrada. As homenagens fúnebres foram marcadas para as 10 horas da próxima quinta-feira, na igreja da Candelária.

O entêrro

O Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro terá um entêrro extremamente simples, como era de seu desejo, sem flôres e sem pompa. Como seria de praxe, o corpo deveria ficar durante três dias exposto à visitação pública, mas êle pediu que não fôsse embalsamado, o que obrigou a Cúria a antecipar a cerimônia para hoje.

Empurrada por 10 padres da Diocese, a carrêta conduzindo o corpo de Dom Jaime de Barros Camara deixará a Catedral Metropolitana — onde às 14 horas haverá missa concelebrada — seguindo pela Rua Sete de Setembro, Uruguaiana, Largo da Carioca, 13 de Maio, Evaristo da Veiga e Rua dos Arcos.

Ao chegar à nova Catedral — onde já estarão as altas autoridades do país, o corpo será colocado no centro do altar. Feita a cerimônia do Responsório, o corpo será colocado dentro de um pequeno túmulo. O Cardeal mandara-o fazer há alguns meses e na ocasião disse aos seus auxiliares que ali queria ser enterrado.

Solenidade

As homenagens fúnebres a Dom Jaime serão realizadas na próxima quinta-feira, na Candelária. Tôdas as autoridades civis e militares do país deverão comparecer. Segundo determinação da Cúria, tôdas as igrejas, a não ser entre às 20 horas de ontem e seis de hoje — deverão tocar de hora em hora, e por três minutos, os sinos fúnebres.

O túmulo

O corpo de Dom Jaime ficará entre os restos mortais dos bispos Francisco Jerônimo e Manuel do Monte Rodrigues; os restos mortais de outro bispo, Dom João Esberardo, que viveu no fim do século passado, ocupa um ossário próximo.

O túmulo já está limpo para receber o corpo, porém a cripta ainda não foi terminada; o piso está pronto, revestido de mosaicos, mas troncos de pinho substituem, provisoriamente, as colunas de mármore que serão levantadas até a cobertura. O túmulo é bem no centro da nave, junto ao local onde será erguido o altar-mor.

Para não atrapalhar a cerimônia fúnebre, o estacionamento ao redor da nova Catedral estará fechado amanhã. Para realizar-se o sepultamento na Catedral, o Cabido Metropolitano precisou pedir autorização do Governador Negrão de Lima — que a concedeu imediatamente — de vez que leis estaduais dispõem a secularização dos cemitérios, acabando-se com a separação antes comum entre cemitério de religiosos e de particulares.

O luto

O Governador Negrão de Lima decretou ontem luto oficial por três dias — até amanhã às 24 horas — ressaltando que o resguardo "representa o desejo do povo da Guanabara, que no íntimo de seu sentimento cristão deseja associar-se às manifestações de pesar por tão infausto acontecimento."

Os festejos carnavalescos não serão atingidos, "uma vez que se trata de uma festa sem caráter oficial, promoção de entidades particulares que o Govêrno, através de seus órgãos competentes, tão-somente patrocina e estimula, uma vez que diz respeito ao incentivo turístico", segundo informou um dos assessôres do Governador, Sr. Joaquim Tôrres de Araújo. Lembrou ainda a dificuldade de o Govêrno vetar qualquer manifestação carnavalesca, devido às suas repercussões, inclusive no exterior.

Afilhado recebe corpo no S. Dumont

Seu afilhado, Sr. Jorge Barbosa, dois oficiais (da Aeronáutica e da Polícia Militar, êste representando o Governador Negrão de Lima) e um padre da Igreja Maronita foram os únicos a receber o corpo do Cardeal Jaime de Barros Camara, às 18h15m de ontem, na pista do Aeroporto Santos Dumont.

Quinze minutos depois, transportado em uma kombi da Santa Casa de Misericórdia e guardado pelo secretário particular do Cardeal, cônego Adelino Dias Coelho, o caixão chegava à Catedral Metropolitana, quando monsenhor Virgílio Lapenda, presidente do Cabido Metropolitano iniciou as orações — primeiras exéquias de corpo presente, no Rio — auxiliado pelos monsenhores Bessa e Castelo Branco.

— Êle era o meu maior amigo. Foi uma grande perda para mim.

Cabisbaixo e emocionado, o afilhado do Cardeal, Sr. Jorge Barbosa, iria ouvir mais adiante, ao abraçar-se com o cônego Adelino, que descia as escadas do avião acompanhando o caixão, palavras de confôrto:

— Êle lhe queria muito. Era um grande amigo seu e nunca o esquecia.

O Sr. Jorge Barbosa preferiu não revelar de que maneira tornou-se afilhado do Cardeal, dizendo apenas que o convidou para isso, muitos anos atrás.

Ainda durante as orações encomendadas por monsenhor Virgílio Lapenda, iniciadas depois que o cônego Adelino ajeitou o rosto do Cardeal e colocou a mitra em sua cabeça, as pessoas que já enchiam a igreja começaram a reverenciar o Arcebispo do Rio de Janeiro, colocado em um pedestal elevado, no centro da igreja.

Dona Mercedes Barros Camara, viúva de um irmão do Cardeal, foi a primeira a subir ao pedestal e beijar o rosto de Dom Jaime. Logo depois chegava o irmão, coronel Saul de Barros Camara, faltando apenas mais um irmão, que se encontra fora do Rio, Sr. Joaquim.

O túmulo recebeu os últimos retoques na nova Catedral

Interino espera a nova nomeação

Reunido ontem a portas fechadas, os membros do Cabido Metropolitano marcaram para as 9 horas da próxima quinta-feira a eleição para governador interino da Arquidiocese do Rio de Janeiro, que ficará no cargo até que o Papa Paulo VI nomeie o sucessor do Cardeal Dom Jaime de Barros Camara.

Até quinta-feira a Arquidiocese do Rio de Janeiro será governada pelo Cabido Metropolitano, composto por 14 sacerdotes, e que tem como presidente monsenhor Virgílio Lapenda, Dom José de Castro Pinto, vigário-episcopal da Zona Sul, deverá ser, segundo alguns membros do Cabido, o eleito.

O substituto interino de Dom Jaime de Barros Camara, entretanto, não tem necessàriamente de pertencer ao Cabido Metropolitano, que é composto, entre outros, pelos monsenhores Virgílio Lapenda, João d'Ávila, Guilherme Schubert, Ivo Calliari, Francisco Bessa (secretário de Dom Jaime), Vital Brandão Cavalcanti, Nabal Spencer, Francisco Pinto, Manuel Marx.

Médici envia mensagem de pêsames a Paulo VI

Brasília (Sucursal) — O Presidente Médici enviou telegrama ao Papa Paulo VI: "Em nome do Govêrno e do povo brasileiro, profundamente consternado com a notícia do falecimento de Sua Eminência o Cardeal Dom Jaime de Barros Camara, figura insigne pela sua atuação apostolar e pela atuação na vida pública brasileira, apresento a Sua Santidade a expressão do meu mais sincero pesar."

O Ministro do Exterior, Sr. Mário Gibson Barbosa, enviou mensagem de pesar ao decano do Sacro Colégio, Cardeal Eugênio Tisserand, e afirmou que "a Igreja militante perdeu um grande pastor e o Brasil um grande filho." O Arcebispado de Brasília também se manifestou, destacando o "extraordinário zêlo apostólico" de Dom Jaime.

VIGA MESTRA

No Rio, o Governador Negrão de Lima foi informado da morte de Dom Jaime quando voltava de um velório (da filha do jornalista Oton Paulino). "Não me digam isso." — foi sua primeira frase ao ser informado do fato por um assessor.

Depois, o Governador distribuiu a seguinte nota:

"E' na múltipla condição de cristão e católico, de amigo pessoal, de Governador da Guanabara e de brasileiro que encaro a morte do Cardeal Dom Jaime de Barros Camara, e em tôdas as posições em que me coloco sinto com a mesma forte intensidade essa grande e irreparável perda da Igreja Católica.

A presença de Dom Jaime de Barros Camara na vida da comunidade católica e no destino da Guanabara constituiu-se sempre um fato marcante, com projeção no cenário nacional. A sua vigilante e firme liderança no seio do episcopado e do clero em geral, a sua autoridade moral incontrastável junto a tôdas as categorias sociais, a sua palavra de ponderação e de equilíbrio e sua estrita fidelidade aos supremos objetivos da Igreja iluminaram por muito tempo os caminhos de um numeroso e crescente rebanho.

Como velho e fraterno amigo, dêle recebi demonstrações contínuas de solidariedade e aprêço que jamais poderei esquecer. Como Governador do Estado, o meu depoimento é o de que o seu amor à Guanabara e o cuidado que manifestava com os assuntos do interêsse público dificilmente terão sido superados entre os nossos contemporaneos.

Como brasileiro, entendo que o país se desfalcou, neste dia de luto, de uma verdadeira viga-mestra de nossas estruturas espirituais e cívicas. Consola-nos, apenas, a certeza de que a extraordinária fôrça de seu exemplo será capaz de assegurar a continuidade de sua obra, através de tantos que lhe seguiram apostolarmente os passos em vida e que o guardarão perenemente na memória e no coração."

NO EXÉRCITO

O comandante do I Exército, General Siseno Sarmento, disse que "com a morte do Cardeal Dom Jaime de Barros Camara vê-se o I Exército privado de um inesquecivel amigo."

O presidente do Superior Tribunal Militar, tenente-brigadeiro Armando Perdigão, recebeu a notícia "com profunda tristeza" e manifestou seu pesar "em nome da Justiça Militar."

Também o procurador-geral da Justiça Militar em exercício, Sr. Silvio Barbosa Sampaio, associou-se "como chefe eventual do Ministério Público militar à grande dor da pátria estremecida."

NA TERRA NATAL

Florianópolis (Sucursal) — O Município de São José, a oito quilômetros da capital, decretou luto oficial pela morte de seu mais ilustre natural, D. Jaime, que visitou a terra natal pela última vez em 1º de janeiro de 1970, quando completava 50 anos de vida sacerdotal.

Recebido com grandes festas, rezou missa na pequena matriz da cidade e assistiu à inauguração de seu busto na praça principal de São José.

NA BAHIA

O vigário da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, cuja imagem foi coroada por Dom Jaime em 1946, com legado pontifício, rezou a primeira missa pelo Arcebispo carioca na Bahia, às 18 horas de ontem.

O Cardeal Dom Eugênio Sales disse que Dom Jaime "deixou para nós um exemplo extraordinário do que uma afirmação do Evangelho." O Primaz brasileiro viajará hoje ao Rio para o sepultamento.

EM SÃO PAULO

O Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, afirmou que "a fidelidade do Cardeal-Arcebispo do Rio a tudo que fazia e acreditava foi o que mais admirei em tôda a sua vida."

O Governador Abreu Sodré lamentou "juntamente com a imensa população católica do país, e certamente também os não católicos, a perda irreparável de Dom Jaime de Barros Camara, um dos maiores príncipes da hierarquia eclesiástica brasileira, humano e fraterno pastor de almas."

EM MINAS

Belo Horizonte (Sucursal) — Em Minas, segundo o Arcebispo de Juiz de Fora, Dom Geraldo Penido, a morte de Dom Jaime "foi uma notícia chocante para todos os bispos, porque o Cardeal participara ativamente da Assembléia da CNBB."

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchiv

Zeitung	Datum	Nummer
JB	19-2-71	

JB 19.2.71
Dom Jaime Câmara

Adeus ao Pastor

O Rio de Janeiro perdeu ontem o seu Pastor. Mais de um quarto de século Dom Jaime de Barros Câmara estêve à frente da Igreja em nossa cidade, consagrando-se no respeito e no amor dos fiéis pelas suas virtudes, pela austeridade exemplar, pela incansável devoção ao trabalho, pela inteligência e pela cultura. Há três anos apenas recebia grandes homenagens do Estado da Guanabara pela passagem do seu jubileu arquiepiscopal. Quiseram os desígnios de Deus que fôsse justamente no dia em que comemorava 25 anos de cardinalato o dia de sua morte.

Dom Jaime dirigiu a sua Arquidiocese, sem dúvida a de maior projeção e por isso mesmo a mais carregada de responsabilidades, durante anos difíceis da história brasileira contemporânea. Sua prudência, sua sabedoria, seu discernimento permitiram que o Arcebispo do Rio de Janeiro pairasse sempre acima das paixões, dos tumultos, dos desentendimentos, que marcaram a vida política do Brasil nesse período. Sua voz autorizada e respeitada sempre se ergueu para defender a ordem, para aplacar os espíritos, para restabelecer a paz entre facções em luta. Quando a cizânia da dissensão ideológica se infiltrou até mesmo dentro da hierarquia eclesiástica, Dom Jaime, sem jamais fazer concessões aos que embarcaram na vã empreitada de querer conciliar o Cristo com Marx, foi sempre uma importante influência moderadora, a que se deve, em grande parte, a superação da crise da Igreja, evitando um cisma profundo, de conseqüências imprevisíveis.

O feitio reservado e severo de Dom Jaime fêz que fôsse incompreendido de muitos. Mas os que gozaram do benefício do seu convívio souberam fazer justiça às qualidades dêsse extraordinário sacerdote, que, já velho e doente, jamais faltou aos trabalhosos deveres de sua Arquidiocese, atendendo em tudo às necessidades de suas ovelhas.

No alto da serra, está de luto o casarão do Sumaré, onde vivia, em ambiente de pobreza monástica. A cidade a seus pés, triste, chora o seu Pastor.

Bernardo Lerer e José Carlos Brasil
Enviados especiais

Aparecida do Norte — Dom Jaime de Barros Camara morreu ontem, às 13h30m, aos 76 anos de idade, num quarto pequeno do Palácio Paulino, ao lado da velha basílica de Aparecida do Norte, quatro horas depois de ter celebrado a última missa, em ação de graças pelo 25º aniversário de sua elevação ao cardinalato.

O Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro estava em Aparecida do Norte especialmente para a festa e para, juntamente com o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, receber uma réplica da cruz erigida para a primeira missa no Brasil. A cruz foi trazida por um padre e um leigo de Arquidiocese de Braga, Portugal.

A MORTE RÁPIDA

'As 10h50m o Cardeal Dom Jaime Camara sentiu um ligeiro tremor por todo o corpo, quando era visitado pelo padre João Dávila, que veio do Rio para conversar com êle. O mal-estar progrediu e o padre, que era a única testemunha, chamou às pressas os cônegos Adelino Dias Coelho e Ivo Cagliari.

A situação do Cardeal se agravava. Enquanto um funcionário da Arquidiocese telefonava para o clínico Antônio Fabricio Dias, outro ligava para a Santa Casa e conseguia localizar o cardiologista Eurico da Silva Freitas, que chegou ao Palácio Paulino, pouco depois, com aparelhagem de oxigênio e de eletrocardiograma.

'As 13h30m, sem ter pronunciado qualquer palavra desde o momento do enfarte, Dom Jaime morreu vitima de um edema pulmonar. Meia hora depois, chegou ao Palácio Paulino um caixão encomendado às pressas, os sinos dobraram e os alto-falantes da Rádio Aparecida anunciaram a morte do Cardeal.

Mais tarde realizou-se uma missa de corpo presente, oficiada pelo bispo coadjutor, Dom Antônio Ferreira de Macedo. A missa terminou às 16h30m, quando uma ambulancia da Escola de Especialistas de Aeronáutica transportou o corpo até o aeroporto. Um Avro da FAB, prefixo 2 502, trouxe o corpo de Dom Jaime de Barros Camara para o Rio.

O VELHO TESTAMENTO

No periodo entre o último dia da Assembléia-Geral da CNBB, em Belo Horizonte, e sua morte, Dom Jaime escreveu um nôvo testamento, fêz um sermão na Basílica de Aparecida, deixou gravada uma entrevista exclusiva à Rádio Aparecida, deu uma entrevista de três minutos, por telefone, à Rádio Vera Cruz.

Em seu sermão de nove minutos, o Cardeal afirmou que é fácil o sacrifício em um determinado espaço de tempo, mas que a vocação sacerdotal é o sacrifício para sempre, apanágio dos fortes e dos santos. "E' preciso ter perseverança na missão de Deus, na alegria e no sofrimento e em qualquer situação, não devendo o homem abandonar a vocação."

Dom Jaime celebrou sua última missa tendo como coadjutores um membro da Congregação dos Oblatas, padre Baleeiro, e o padre Adelino, seu secretário particular. A missa, às 9 horas, foi um acontecimento em Aparecida do Norte, com os turistas sendo convocados para ela pelo serviço de alto-falantes. Os hotéis tinham instruções especiais para divulgá-la e muitos padres que deveriam ter retornado a suas dioceses há dias permaneceram em Aparecida para assistir à missa de Dom Jaime.

O PROGRAMA DESFEITO

Com sua morte, foi cancelado um almôço de 30 talheres que seria servido em uma residência de Aparecida. De acôrdo com a programação de seu secretário, o Cardeal deveria retornar às 15h30m de ontem ao Rio e se preparar para presidir o retiro espiritual de carnaval, em Jacarepaguá, dos irmãos de N. S. de Belém.

Passado o carnaval, Dom Jaime orientaria o retiro espiritual do seminário que dirige no Rio. Dia 1.º de março presidiria a reunião mensal do clero carioca, ao qual daria conta do que foi a Assembléia da CNBB. Para o dia 2 de março tinha viagem marcada a Curitiba, onde paraninfaria a turma de formandos da Faculdade de Direito.

Expressão "ainda" é um mistério do testamento

"Êste segrêdo êle levou para o túmulo." Tendo nas mãos o testamento de Dom Jaime, feito de próprio punho, numa letra pequena e cuidada, embora um tanto irregular, pouco antes de morrer, o Cônego Adelino Dias Coelho — secretário particular do Cardeal — não soube explicar o parágrafo inicial do documento: "Testamento definitivo do Cardeal Jaime de Barros Camara, ainda Arcebispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro."

— Por que ainda? Sinceramente não sei dizer, mas posso, com tristeza, conjeturar que de alguma forma Sua Eminência soube que ia ser substituido da Arquidiocese do Rio — aí talvez a razão do *ainda* e, o que é mais grave, a razão da sua morte.

Alto, olhos vermelhos de chorar, o Cônego Adelino Dias Coelho termina de ler o testamento para o microfone de uma emissora de rádio, guarda cuidadosamente o documento em sua pasta e passa a comentar com auxiliares os últimos dias do Cardeal Jaime de Barros Camara.

— Já em Belo Horizonte êle começou a se sentir mal, com dores no peito e suando frio, sem parar. Foi medicado, acalmou-se um pouco e as dores cessaram. Mas na viagem para Aparecida elas voltaram. No momento da crise maior ainda pensamos na possibilidade de examinar o seu sangue para verificarmos se se constatava de uma crise diabética, mas não houve tempo. D. Jaime morreu no entanto sem sentir nada, já que havia tomado um tranquilizante para amenizar as dores.

A integra do testamento é a seguinte, segundo cópia dada pela Cúria Metropolitana:

Aparecida do Norte, 18 de fevereiro de 1971.

Testamento definitivo do Cardeal Jaime de Barros Camara, ainda Arcebispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

E' daqui, de junto ao Santuário Nacional da Celeste Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, onde estou celebrando, com S. Eminência D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, o 25º aniversário de cardinalato, é daqui que envio à minha familia diocesana e aos meus parentes êste meu derradeiro testamento, que anula os prescedentes visto que se modificaram as circunstancias em que foram escritos os anteriores.

Em espirito de gratidão para com a SS. Trindade, perante o Pai, que me criou, e na presença do Filho, que me remiu, e do Espirito Santo, que tantas graças derramou sôbre mim, juro que é meu firme propósito e prometo, confiado nos auxílios divinos, perseverar, até meu último suspiro, na fé católica de meu Batismo, sempre fiel à Santa Igreja de Cristo, à obediência ao Sumo Pontífice e ao sacerdócio de Jesus Cristo, de que sou participante, apesar de indigno pecador.

Leia editorial "Adeus ao Pastor"

O Arcebispo de Belo Horizonte, Dom João de Resende Costa, destacou sua "incansável dedicação ao trabalho, apesar da saúde precária. O Bispo-Auxiliar, Dom Serafim Fernandes de Araújo, informou que Dom Jaime estava muito alegre com os resultados da Assembléia da CNBB, elogiando o clima de união dos bispos e os resultados práticos do encontro.

Institut für Brasilienkunde
Sunderstraße 15
4532 Mettingen

Pressearchiv

Zeitung	Datum	Nummer
JB	19-2-71	

22 — Dom Jaime Câmara JB 19.2.71

Depois de rezar num canto da igreja, D. Helder foi até o esquife

Alegria de Dom Jaime foi votar no Papa João XXIII

O Cardeal D. Jaime de Barros Câmara situou ontem, pouco antes de morrer, em entrevista radiofônica, o fato de haver participado da eleição do Papa João XXIII como o mais importante de sua vida eclesiástica.

E mencionou uma grande preocupação que teve, quando foi elevado ao Cardinalato: ser obrigado a abandonar suas visitas pastorais, que prosseguiram graças a uma autorização do então Papa Pio XII.

A entrevista

Êste é o texto difundido pelo Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, pelas Rádios 9 de Julho e Vera Cruz:

A razão de ter vindo celebrar aqui na Aparecida êste Jubileu de Prata de Cardinalato prende-se a dois fatos: primeiramente, estar junto ao Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil. Em segundo lugar, querer festejar a data com meu companheiro de Cardinalato, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota.

Creio que será interessante indicar alguma coisa a respeito do que se passou há anos. Indo a Roma pela primeira vez em minha vida, não sabia nem sequer como portar-me para obter uma audiência com o Santo Padre Pio XII, que nos havia chamado. Foi o então Núncio Masela, que se estivesse vivo também estaria completando hoje seu 25.º ano de Cardinalato, quem, em contato com o Santo Padre, disse-lhe alguma coisa do meu trabalho no Rio de Janeiro e indicou-me a conveniência de pedir-lhe uma audiência. Recebido por Sua Santidade, teve Pio XII uma palavra amável para comigo, mostrando-se satisfeito com o meu trabalho eclesiástico no Rio de Janeiro. Foi então que me disse: Mas parece que V. Santidade quer que eu interrompa êsse trabalho. "Por quê?", perguntou o Santo Padre. Porque no Rio estão me dizendo que eu não poderei mais continuar a percorrer os morros e as favelas, fazendo as visitas pastorais pelo sistema que estou usando. O Santo Padre prosseguiu: "Pelo contrário, o senhor continua a ser pastor de almas e portanto pode fazer tudo o que tem feito até agora." Isto me tirou uma pedra do coração, e quando saí da audiência e fui interrogado sôbre qual a minha impressão, eu, exuberante, disse: A melhor possível, porque o Cardinalato não vai impedir-me de continuar o trabalho pastoral. Pelo contrário, vou agora mais animado, porque com as bênçãos expressas do Santo Padre. Eis uma memória, para mim pessoalmente, inesquecível.

SAUDAÇÃO

— Saudando, pois, os meus diocesanos, clero e laicato, religiosos e religiosas, seminaristas e todo o povo, especialmente os favelados, porque estive muito no meio dêles, envio-lhes uma bênção de todo o coração. É a minha memória do meu jubileu de prata e do meu Cardinalato.

A minha pastoral, melhor, não a minha mas a de Cristo na sua Igreja, não se modificou, porque Cristo veio para salvar a todos e a questão de métodos e meios é que pode variar com os tempos. Mas não houve para mim alteração alguma neste assunto de métodos e meios porquanto tudo se resume simplesmente em saber aplicá-los. E para dizer a verdade, do Cardinalato, a única coisa que me deu maior alegria foi participar da eleição dos dois últimos Pontífices. Porque devo dizer com a maior sinceridade que tendo estado no conclave que elegeu o Papa João XXIII, portanto o primeiro conclave em que tomei parte, por assim dizer, apalpar a ação do Espírito Santo na Igreja. Para mim, não o Cardinalato em si, mas o fato de ter podido participar daquela eleição foi o ponto alto da minha vida.

Personalidades prestam a sua última homenagem

Depois de passar meia hora sentado num cantinho do último banco da Catedral Metropolitana, rezando, inteiramente desapercebido, Dom Helder Camara foi até o esquife onde estava o corpo de Dom Jaime de Barros Camara, tocou suas mãos, deu os pêsames ao irmão e a uma das cunhadas do Cardeal e retirou-se rapidamente da igreja.

Assim foi também a última homenagem prestada a Dom Jaime por várias personalidades que compareceram ao velório, entre elas o Diretor do JORNAL DO BRASIL, Embaixador José Sette Camara, o conselheiro do Tribunal de Contas, Sr. Álvaro Americano, e o presidente da ADEG, Sr. Abelardo França. Cêrca de 10 governadores telefonaram para a Cúria, dando os pêsames.

ÚLTIMA HOMENAGEM

À medida que se espalhava a notícia da morte de Dom Jaime pela cidade, mais gente comparecia à Catedral Metropolitana. Surpreendido pela notícia do falecimento, o povo chegou vestido como estava: camisetas coloridas, senhoras de calça comprida ou de midi-saias e a maioria dos homens em traje esporte. Um guarda-civil interrompeu sua ronda e, botas empoeiradas e revólver na cintura, foi prestar também sua homenagem, saindo depois de cabeça baixa.

Às 21h50m, um padre iniciou a reza de um têrço em voz alta. A partir daí, várias senhoras começaram a rezar o têrço, acompanhadas por muitos dos presentes.

PRESENTES

E a romaria continuava para o esquife de Dom Jaime, que estava rodeado de rosas vermelhas e de algumas orquídeas. Muitas freiras também compareceram, algumas chorando muito. Estiveram também no velório o vigário episcopal do Centro Pastoral Sul, Dom José Castro Pinto, o vigário episcopal do Centro Pastoral Norte, Monsenhor Vital Cavalcante e o assistente do Movimento Familiar Cristão, padre Leme Lopes.

Às 22h30m, retiraram-se para descansar um pouco o irmão de Dom Jaime, coronel Saul de Barros Camara e uma das cunhadas — viúva de um outro irmão de Dom Jaime — Dona Mercedes de Barros Camara.

Freiras lembram a pobreza e simplicidade do Cardeal

— Dom Jaime vivia muito pobremente. Era uma luta conseguir trocar uma peça de sua roupa quando gasta. Normalmente, era tudo remendado mesmo. Até a sua primeira roupa de cardeal, êle aproveitou de seu antecessor, cortando daqui, apertando ali, pois o outro era muito maior que êle.

Essa é uma das principais recordações das Irmãs Dóris e Adília, duas das freiras que ajudavam no serviço doméstico da casa no Sumaré. Elas se lembram dêle sempre trancado em seu escritório, dedicando-se à correspondência e às cartas pastorais e sempre dizendo que o tempo era precioso e que não queria perder um minuto.

UM MISSIONÁRIO

— Foi o quarto enfarte que o matou. Já tinha tido três e ainda por cima era diabético e sofria de sinusite. Dom Jaime seguia à risca a dieta e tomava todos os remédios, mas tinha horror de ir ao médico. Lembro-me da última vez que foi, lamentando-se antes de sair: "Eu tenho pavor disso; é tempo que vou perder" — relembrou a Irmã Dóris.

Continuou: "Era uma pessoa muito simples, não exigia nada de especial para si. Era muito bondoso, sacrificava-se pelas almas, pelo bem das almas. Sua vocação era a de missionário. Fizeram-no bispo e êle teve de se conformar em permanecer na cidade, mas no íntimo continuava missionário."

A Irmã Adília acrescentou: "Era um homem doente, há muitos anos. Passou muito tempo em dieta de sal e de açúcar. E comia muito pouco, muito pouco mesmo."

11-8-77 DdP

D. Miguel é contra a pílula

MACEIÓ - O arcebispo D. Miguel Câmara, condenou o planejamento familiar sem nenhuma razão e disse que era muito triste saber que se aceitam e se propagam os anticoncepcionais que atentam contra a dignidade da lei moral ou que podem desencadear consequências que a Medicina ainda desconhece.

O planejamento familiar é admitido pela doutrina da Igreja quando há razões profundas que o permitam - acrescentou - e mesmo assim ele deve ser feito com a responsabilidade e a consciência do casal, pois somente os dois, marido e mulher, podem decidir sobre tão delicado assunto.

Câmara, M.

(Maceió)

Papa eleva Pe Carvalheira a Bispo para João Pessoa

Arcebispo João Pessoa

Cidade do Vaticano — O Papa aulo VI nomeou bispo o Monsenhor arcelo Pinto Carvalheira, titular de itilio e Auxiliar de D José Maria Pi-es, Arcebispo de João Pessoa.

O novo prelado, nascido em 1928, natural de Recife e se ordenou sa-erdote em fevereiro de 1953. Estudou eologia na Universidade Gregoriana, e Roma.

300 bispos

Com a nomeação do Padre Car-alheira para bispo o Brasil passou a ontar com 300 bispos e se tornou des-a forma "talvez o país com maior nú-ero de bispos agora em todo o mun-o", segundo o Padre José Dias Gou-rt, da Conferência Nacional dos ispos do Brasil (CNBB).

O Padre Carvalheira, que tem 47 nos de idade e 22 de sacerdócio, com tividade em Recife, se distinguiu co-o assistente da Ação Católica de ernambuco, além de professor, dire-or-espiritual e reitor do Seminário egional. Ultimamente vinha respon-endo, como coordenador, pelas ati-idades da CNBB nos Estados de Per-ambuco, Paraíba, Rio Grande do orte e Alagoas.

A Igreja Católica no Brasil per-eu este ano cinco bispos (por morte) as ganhou 17 outros, nomeados pe-o Papa Paulo VI.

Segundo o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), o Brasil passou a contar, desde ontem, com 219 bispos procedentes do seu próprio clero e 81 do clero estrangeiro. Vinte e seis são italianos, 12 alemães e nove espanhóis. A maioria pertence ao clero diocesano mas 142 vieram de ordens e congregações religiosas. Entre os bispos religiosos 21 são franciscanos (entre os quais, o Cardeal Paulo Evaristo Arns e o Arcebispo Aloisio Lorscheider), 14 salesianos, 11 capuchinhos e nove redentoristas.

Nem todos os bispos no Brasil se encontram porém na ativa. Por saúde ou limite de idade, 33 pediram renúncia. Dois vivem em Roma integrando a Cúria pontifícia: o Cardeal Agnelo Rossi, Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos, e o Bispo Lucas Moreira Neves, presidente do Pontifício Conselho para os Leigos.

A idade média dos bispos que servem a Igreja no Brasil é de 59 anos. O mais novo — Dom Paulo Moretto — é Bispo de Cruz Alta (RS) e conta apenas 39 anos de idade. O mais velho — Dom José Lafeyette Libanio — vive em São José do Rio Preto (SP) e breve completará 90 anos.

DOM MARCELO:

INJUSTIÇA PROVOCA A VIOLÊNCIA NO MUNDO

ENTREVISTA A MARIA JOSÉ LIMEIRA

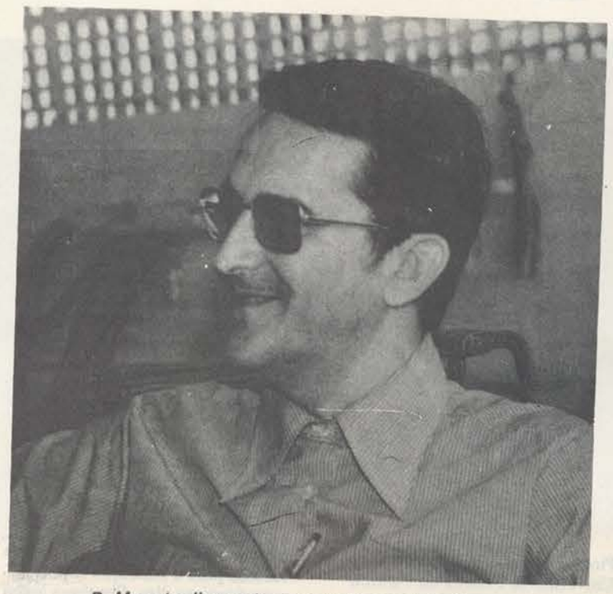
Acreditando que, politicamente, 1976 será "um ano de definições para o Brasil", mas admitindo que "não é fácil prever as forças que levarão a melhor neste complexo quadro de nossa situação", o novo Bispo Auxiliar da Arquidiocese da Paraíba Dom Marcelo Pinto Carvalheira, em entrevista exclusiva, fala ainda sobre diversos aspectos da Igreja de hoje, abordando assuntos como divórcio, celibato dos padres, violência no mundo e outros problemas que o homem contemporâneo enfrenta nos dias de hoje.

Sagrado a 27 de dezembro último, Dom Marcelo Carvalheira explica ainda o trabalho que vai realizar em Guarabira, dentro dos príncípios evangélicos:

OM — Explique, primeiro,por que vai residir em Guarabira?

MC — Pela sua situação economica e cultural,Guarabira é considerada, hoje um dos subpolos do Estado da Paraíba. Há vários anos vem se preparando para ser Diocese autônoma. Em vez de fazê-la, desde já, uma diocese à parte, separada da Arquidiocese de João Pessoa, o Arcebispo D. José Maria Pires decidiu torná-la sede de uma área pastoral e piscopal, a do Brejo do Norte que, além de Guarabira, deve abranger uns 22 municipios. Daí o motivo porque o Bispo Auxiliar desta Arquidiocese de João Pessoa deverá residir em Guarabira, coordenando o trabalho pastoral da área.

OM — Guarabira é considerada uma das áreas da Paraíba onde os conflitos sociais são mais intensos e as desigualdades são maiores. Como V. Revma, vai enfrentar esses conflitos, sem ser atingidos por eles. Que trabalho evangélico pretende realizar em Guarabira?



D. Marcelo diz que Igreja sofre incompreensões.

MC — Pretendo, como Bispo em Guarabira, ser um servidor do Evangelho, isso é, anunciar, pela palavra e pela ação, que Deus ama e salva o seu povo. E que a primeira consequência disso deve ser a real fraternidade entre os homens, capaz de suscitar um tipo de sociedade qualitativamente melhor, em que se superem os egoismos, as explorações do semelhante, as injustiças na distribuição dos bens da criação que o Criador e Pai destinou para todos os seus filhos. É claro, entretanto, que nenhum de nós pode escapar aos conflitos da sociedade em que vive. Em meio a eles, espero ter lucidez e firmeza para assumir sempre o ponto de vista do Evangelho, no seu julgamento a respeito dos acontecimentos e dos comportamentos individuais e coletivos. Pregando a reconciliação e a paz, não através de acordos iníquos, mas como fruto da justiça e do verdadeiro amor. Os discípulos de Cristo, como Ele, não estão isentos de serem atingidos pelos conflitos humanos. Meu trabalho evangélico, portanto, juntamente com os colaboradores padres, fiéis e todas as pessoas de boa vontade, há de consistir em suscitar expressões concretas de uma nova humanidade, fraternal, solidária e dedicada. Assim, poderemos ser instrumentos do Espírito de Deus que trabalha no coração de cada homem.

OM — Como V.Revma. vê o trabalho de assistência aos agricultores que a Igreja vem realizando na Paraíba?

Considero um serviço fraterno necessário o trabalho que a Igreja realiza entre os agricultores, não para substitui-los, mas para que confiem em si mesmos e, conscios de seus direitos humanos, assumam seu papel como sujeitos e não como objetos,da sua promoção e da sua história

OM — Dentro do contexto político atual, V. Revma. acha que o trabalho de conscientização das massas que a Igreja realiza em todo o Brasil, é válido? Isto é, esse trabalho que vem sendo desenvolvido está surtindo algun efeito? Quais os efeitos por exemplo?

MC — O trabalho de conscientização que a Igreja realiza, através da educação da fé, é válido e frutuoso no contexto do nosso país, Mediante o ideal de vida e de dignidade humana apresentado pelo Evangelho, numa pedagogia que procura fazer ligação entre a fé e a existência concreta, o povo vai acteditando no seu valor, confiando nas suas energias e na sua união de esforços, em vista de um mundo diferente, em que todos possam ter acesso aos bens da criação. Nesta visão evangélica, o trabalho vai ter acesso aos bens da criação. Nesta visão evangélica, o trabalho vai surtindo efeito: nos núcleos de fé, as pessoas despertam para a vida, para a ação solidária e se vão fazendo fermento cristão de transformação social, de um mundo de verdadeiro amor, justiça e paz.

OM — O catoliscismo é a religião oficial do país.Como V.Revma. explica as restrições que a Igreja vem sofrendo últimamente pelo regime político implantado no país?

MC — O catoliscismo, desde o inicio da república, deixou de ser religião oficial do país e, embora goze de favores especiais, está colocada, perante a lei, em pé de igualdade com os outros credos religiosos. Entretanto, mesmo no tempo da Colonia e do Império (por exemplo, a expulsão dos jesuitas e dos religiosos durante o regime colonial e o caso de Dom Vital e D. Macedo Costa, na época do Império), isto é, mesmo em épocas de favoritismo legal, a Igreja sempre que procura cumprir, com fidelidade e liberdade evangélicas, como os apóstolos, a sua missão profética de anunciar o designo concreto de Deus para os homens e defender os direitos da pessoa humana, ela tem sofrido incompreensões e perseguições, por parte dos que nada querem com a conversão exigida pelo Evangelho, mas procuram satisfazer aos seus planos egoísticos. Não é de estranhar que hoje a Igreja, em muitos de seus filhos, venha a sofrer vexames pela sua defesa dos oprimidos e marginalizados no país.

OM — Daqui a 10 anos, V. Revma. acha que o Brasil ainda estará nas mesmas condições políticas de hoje, ou haverá ainda alguma perspectiva de abertura política?

MC — É dificil fazer prognóstico do futuro. Às vezes, um acontecimento inesperado muda a marcha de todo um processo histórico. Parece-nos, entretanto, que este ano há de ser um ano de definições, ou para um fechamento ainda maior ou para uma tão desejada abertura democrática. Não é fácil prever as forças que levarão a melhor, neste complexo quadro da nossa situação brasileira.

A razão dessa dificuldade de previsão está na própria natureza da nossa situação histórica e do nosso processo político, econômico e social. Pois as tensões sadias e os pontos nevrálgicos de estrangulamento encontram, frequentemente instrumentos de controle e brechas de escape distensivo fabricados pelo próprio sistema.

OM — Em sua mensagem de Ano Novo, o presidente Geisel diz que o país vai superar suas dificuldades em 1976. Até que ponto vai a verdade dessa afirmação?

MC — Gostaríamos que o nosso Presidente tivesse realmente condições de cumprir o que ele tem dito, às vezes de modo tão claro e sincero. Infelizmente, apesar da sua boa vontade e lealdade, os fatos nos parecem mostrar o contrário, isto é que nem sempre ele consegue realizar o que deseja na condução do processo brasileiro. Assim, por exemplo, no começo do ano, em que se espera com as eleições diretas, um passo decisivo para a redemocratização do país, duas cassações nos enchem de espanto e desencanto.

OM — Os últimos anos vem sendo marcados pela explosão do terrorismo e da violência no mundo inteiro. A onde é que V.Revma. acha que vai nos levar essa situação? Acredita que a humanidade encontrará a paz que muitos desejam?

MC — A situação de violência no mundo é alarmante e nos pode levar aos caos completo e à auto-destruição. Entretanto, há sempre razões dolorosas e profundas para tudo isso e que estão nas tremendas injustiças que se verificam no mundo, por culpa dos grandes que exercem a dominação sobre uma grande parte dos irmãos de humanidade. Como quer que seja, não podemos desacreditar das surpreendentes virtualidades de bem que residem no coração da humanidade. Já há tantos grupos que podem influir na mudança das estruturas de opressão em vista de um mundo mais fraterno e mais humano. A esperança de paz jamais deverá morrer no horizonte dos cristãos.

OM — Durante quase 2 mil anos, a Igreja sempre pregou a felicidade depois da morte e o sofrimento na terra para a remissão dos pecados. Como V.Revma. explica a posição atual da Igreja quando diz que Cristo não veio apenas salvar a alma do homem, mas o homem todo? Historicamente, como se explica essa posição da Igreja?

MC — A posição atual da Igreja se radica na Biblia e na tradição mais veneranda da Igreja, segundo a qual a salvação de Deus é para o homem todo, corpo e alma, já desde esta terra, aqui e agora, devendo, entretanto, se consumar, em plenitude, após esta vida terrestre. Mas, segundo o Evangelho, não se pode ser cristão se não se assume, no amor, a tarefa humana histórica e terrestre, como expressão da esperança e da verdadeira caridade. É claro que houve muitas distorções históricas na compreensão e no praxis da missão da Igreja, muitas vezes até com traição da palavra do Evangelho, sobretudo em épocas e situações de privilégios eclesiástico, quando o clero se aliava aos poderes que nem sempre praticavam a justiça.

OM — V.Revma, é contra ou a favor do divórcio?

MC — Buscando, como crentes sinceros, ser fiéis à Palavra de Deus, não podemos, em principio, ser a favor do divórcio. Conforme o Evangelho, o amor humano entre o homem e a mulher, no casamento, é tão digno e exigente que deve ser uno e indissolúvel. Isto não quer que não devemos procurar compreender certos dramas concretos de tantos cônjuges que não conseguem mais levar adiante sua vida em comum no matrimônio. Só Deus pode julgar as consciências e as situações íntimas das pessoas: competenos ajudá-las e acompanhá-las com solicitude pastoral.

OM — Como V.Revma. vê o celibatc dos padres?

MC - Na doutrina da Igreja, é claro que o celibato não está ligado necessáriamente ao sacramento da Ordem, pelo qual o cristão se torna padre. O que a Igreja afirma é que o celibato, por motivos de ordem mística e apostólica, é de suma conveniência para o exercício do ministério sacerdotal. Não estivesse eu, agora, livre dos laços exigentes e graves de uma familia humana, como poderia, como bispo, partir com plena disponibilidade para outra região, com amor universal, obedecendo as exigências do apelo de Deus? . No entanto, a Igreja poderá, se julgar oportuno, modificar a sua legislação neste particular e admitir também, para o exercicio pleno do ministério sacerdotal, cristãos que vivam no estado matrimonial.

JB 11.2.77 JORN.

Bispo considera a reforma agrária exigência cristã

Castro,

Propriá

São Paulo — "Uma das exigências cristãs mais importantes em relação à ordem sócio-política é a realização de uma reforma agrária justa, pois do contrário o Brasil ficará com um número cada vez maior de marginalizados", advertiu ontem o Bispo de Propriá (SE), Dom José Brandão de Castro, que participa da XV Assembléia-Geral da CNBB em Itaici, Campinas.

Esperando que essa sugestão seja aprovada pela Assembléia, Dom Brandão observa que "a marginalização tende a crescer na medida em que as grandes decisões são tomadas tendo-se em conta interesses de grupos ou de classes e não os do povo humilde e desprotegido". Como exemplo dessas decisões que favorecem grupos, em prejuízo do povo, citou a atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), conhecida e amparada pelo INCRA.

Oportunidade perdida

Segundo o Bispo de Propriá — membro da Comissão da Terra da CNBB pela Bahia e Sergipe — "a bandeira da reforma agrária tem de ser levantada novamente, para que não aumente, ainda mais, o número de marginalizados nas cidades. Não basta dar as terras às grandes empresas, pois se o homem simples não tem terra, a ordem sócio-política não é cristã. O povo de Sergipe quer a reforma agrária e acredito que os dos outros Estados também".

Dom Brandão considera que se perdeu uma oportunidade de fazer a reforma agrária no país com a política nacional do álcool à base de mandioca. "Ao invés de se fazer essa reforma, as grandes empresas foram açambarcando as terras e plantando mandioca com alta tecnologia. Enquanto isso, o povo do campo apronta sua mochila e vai embora, sendo marginalizado na cidade como mão-de-obra desclassificada. E isso não é verdade: o trabalhador rural é mão-de-obra qualificada para o campo".

Dizendo que sua proposta "é um sonho que, espero, não se transforme em pesadelo", Dom Brandão citou entre as decisões tomadas em favor de grupos, pela Codevasf, o plantio de um grande campo de arroz, "num projeto que, segundo dizem, foi feito fora do Brasil e está sendo executado a toque de caixa".

Um dos latifundiários, por exemplo, a Fazenda Betume — prosseguiu o Bispo de Propriá — foi desapropriada por Cr$ 20 milhões. Mas nessa área trabalhavam 430 famílias, que começaram a ser indenizadas de maneira precária, sem serem consultadas. Um coqueiro com frutos, que vale Cr$ 200 a Cr$ 300, foi taxado a Cr$ 80 pela Codevasf; as bananeiras, a Cr$ 10 o pé. As primeiras famílias aceitaram de cabeça baixa, porque o povo tem medo quando se trata de Governo. Aos poucos o pessoal começou a se encorajar, a reivindicar um pagamento mais justo, e aí nós entramos para ampará-los. Hoje, há mais de 600 processos pendentes.

Sem informação

Dom Brandão de Castro destacou ainda que, antes de sair de Sergipe para a assembléia, um grupo estava percorrendo a área da Diocese, dizendo de casa em casa que pagaria Cr$ 300 por tarefa (um terço de hectare), quando seu valor real é de Cr$ 2 mil. E que se decidiu fazer, no cerrado de Sergipe, plantação de cana. Mais uma vez, um grupo sabe dos planos e o povo não.

Voltando às denúncias sobre a atuação da Codevasf, o Bispo lembrou que foi formada uma cooperativa, em sua Diocese, de agricultores sem terra. "Amedrontados, os donos de terra, com apoio do INCRA, formaram uma outra cooperativa em cujo estatuto foi incluído um item que proibia a fundação de qualquer outra cooperativa na área. Por um mecanismo que não posso entender, a Codevasf entrou como sócia dessa cooperativa, com os direitos de uma pessoa física, embora seja pessoa jurídica. E mais: impôs um presidente para a entidade. E os colonos que trabalham para ela serão sócios da mesma cooperativa. E' uma coisa que não posso entender".

O Bispo denunciou ainda que a cooperativa dos donos de terra, onde um dos sócios é a Codevasf, "está tentando encampar a outra cooperativa que obteve financiamento de Cr$ 1 milhão 300 mil para comprar terras. Já foram pagos Cr$ 800 mil desse empréstimo, e a proposta apresentada foi a de assumir o restante da divida e as terras já compradas. Diante do argumento de que o assunto somente seria decidido em assembléia-geral — onde a proposta foi rejeitada — a resposta foi que a cooperativa seria encampada, quer os agricultores quisessem ou não".

Segundo Dom José Brandão, até o momento em que saiu de Sergipe o assunto ainda estava pendente. "Mas me parece que a cooperativa dos donos de terra está amparada pelo INCRA, que sabe de todos esses problemas".

Opção pastoral

Durante a reflexão sobre o tema Exigências Cristãs de uma Ordem Politica — disse Dom José Brandão — "ficou ainda mais claro que a opção pastoral do Bispo, hoje, tem de ser pelos marginalizados, onde quer que se encontrem, seguindo aliás o exemplo do próprio Cristo. A marginalização é um fenômeno que revela, em si mesmo, que o bem comum está longe ainda de ser conseguido".

"É importante" — continuou — "dar atendimento a todas as pessoas e não apenas a determinados grupos, pois todos juntos é que formam a Nação. É importante uma tomada de posição para se entender o que é o bem comum. Muitas vezes, se toma como bem comum o que seria o bem apenas de determinados grupos ou facções.

O Bispo de Propriá destacou ainda que as exigência cristãs de uma ordem politica implicam, também, em que os direitos tradicionais da democracia sejam usufruidos pelo povo, que o povo tenha participação nas decisões, nas eleições, que tenha liberdade de expressão, o que não ocorre uma vez que existe ainda a censura.

Na mesma entrevista, o Bispo de Guarapuava (PR), Dom Francisco Helmel, observou que nos debates de ontem os participantes estavam propondo a apresentação da doutrina cristã em relação ao Estado e ao individuo, em nivel teórico, para dar uma visão clara ao povo das posições da Igreja. "A Igreja não tem o direito nem a capacidade de estruturar o Estado. Nós formamos consciências e não estruturas. E' essas consciências que terão de formar estruturas que estejam de acordo com os principios cristãos".

Segurança nacional

Antes de emitir qualquer opinião sobre segurança nacional — um dos itens do tema de ontem — a CNBB deverá realizar um painel, talvez hoje ou amanhã, convidando especialistas para que informem a todos os bispos qual a conotação atual desse conceito. Segundo Dom José Brandão de Castro, nos debates iniciais "houve um impasse, porque o assunto é muito sério e não se pode tomar decisões sem que todos tenham conhecimento do que se entende por Segurança Nacional. Alguns estão informados, mas outros não. E seria uma ousadia, uma falta de senso, dar opiniões sobre um assunto que todos não estejam bem informados".

Nenhum dos três bispos escalados para a entrevista de ontem adiantou quais seriam os especialistas convidados para o painel. Afirmaram, apenas, que "não serão, necessariamente, membros da CNBB. Poderão ser sociólogos ou outros estudiosos, não sabemos".

A decisão de se realizar o painel para servir de base dos debates foi aprovada em plenário. Um dos nomes cogitados para participar da exposição foi Dom Candido Padim, Bispo de Bauru, que fez um estudo sobre o tema em 1968. Ao ser consultado sobre a possibilidade de participar do painel, Dom Candido afirmou que teria de alterar seu estudo, pois a realidade já se modificou.

Defesa dos índios

"A Igreja não abrirá mão da defesa dos indios contra a invasão de suas terras, pois faz parte de sua essência defender os mais fracos. A Igreja é mais independente para atuar nesse sentido do que a Funai, mais ligada a problemas politicos", afirmou o Arcebispo de Manaus, Dom João de Sousa Lima, ao analisar as possiveis modificações na atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) para que possa haver melhor diálogo com a Funai.

Esclarecendo que não ocorreu problemas com a Funai em si, nem com seus programas, mas com alguns de seus elementos, Dom João afirmou que "os indios têm-se queixado de que a própria Funai colabora com os fazendeiros para ampliar suas terras; até agora, porém, não foi possivel apurar qualquer caso concreto sobre essa denúncia, formulada no congresso dos chefes indigenas, em Roraima, encerrado abruptamente pela própria Fundação".

A situação do Cimi e a possibilidade de vincular o órgão oficialmente à CNBB — até agora é um órgão oficioso — estao sendo debatidas na XV assembléia-geral. Segundo o Arcebispo de Manaus, "o certo é que não se pensa em eliminar o Cimi nem abandoná-lo à sua própria sorte". Disse Dom João de Sousa Lima que acredita existir, tanto da parte da CNBB como do Governo, interesses na harmonia para que o trabalho seja mais produtivo. "A Igreja não quer desmoralizar a Funai. Mas a Funai não pode desrespeitar o trabalho da Igreja."

Sobre a independência da Igreja na defesa dos indios, observou que "muitas vezes funcionários da própria Funai pedem à Igreja para tomar certas atitudes, pois eles não podem fazer nada sem autorização superior".

Para Dom Frederico Helmel, Bispo de Guarapuava (PR), "as restrições da Funai ao trabalho do Cimi se referem mais à metodologia, onde pode haver algumas modificações. Estamos interessados no diálogo e não na guerra com a Funai. Da nossa parte, há muita boa vontade para o diálogo, pois não queremos outra coisa a não ser o bem do indio".

Com quatro postos indigenas em sua Diocese, Dom Frederico reconhece que a realidade do Sul é diferente da Amazônia, dizendo não enfrentar em sua área "qualquer problema com a Funai. Há três semanas, inclusive, fui chamado pelo chefe de um dos postos da Funai para expulsar o *demônio* do posto. A tribo tinha duas meninas epiléticas ou histéricas e achava que era o demônio, estando pronta a matar seis homens para acabar com o problema".

— A pedido do chefe — continuou o Bispo — estive no posto e conheci toda a aldeia, casa por casa. Fiquei satisfeito. Gostaria inclusive que, na integração à comunidade nacional, os indios continuassem sempre juntos, para viver sua vida, preservar seus costumes. Eles têm uma vida humana profunda, bem vivida. Não há brigas de familia, não há infidelidade, não há prostituição. Sem considerar isso um retrocesso, os chamados civilizados poderiam voltar também a esse estado de vida humana mais digno.

Segundo Dom Frederico Helmel, "a CNBB reconhece a importancia do trabalho do Cimi e, diante dos conflitos existentes, poderá haver a vinculação oficial do Conselho. Até agora é órgão oficioso, mas todos os seus pronunciamentos são recebidos como voz oficial da CNBB, o que nem sempre é realidade. Com a vinculação oficial, a CNBB terá maior influência sobre o Conselho, tendo condições de encampar todas as suas posições".

Impedidos de dar entrevistas à imprensa, "por causa de uma condição a nós imposta, para que pudéssemos trabalhar com liberdade e caracterizar o nosso encontro apenas sob o aspecto de pesquisa", os 50 frades da Igreja Católica, vindos de várias partes do Brasil, encerrarão, hoje, a 6a. Semana Teológica, que vem sendo realizada em Petrópolis desde o dia 9 desse mês no Convento Madre Regina.

JB 13 Mai 1977 2º

Castro

Souza

Bispo de Propriá denuncia na CPI empresas estatais pela prática de grilagem

Salvador — O Bispo de Propriá (SE), D José Brandão, depondo na CPI da Camara federal que investiga invasões de terras no Brasil, acusou empresas estatais e grupos particulares de "crime de grilagem", exigindo "a aplicação rigorosa da punição que lhe cabe e o apoio e incentivo às formas justas de resistência contra ele". Pelas denúncias, o Bispo foi acusado de comunista por dois deputados baianos.

Entre as empresas estatais acusadas, o religioso citou a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), a Companhia Hidrelétrica do S Francisco (CHESF) e a Flonibra, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce e que detém 600 mil hectares num projeto de reflorestamento no Sul da Bahia.

DEPUTADOS RECUAM

Só ontem foram distribuidas à imprensa cópias do depoimento de D José Brandão. O documento, que constava do dossiê apresentado à Mesa da Assembléia Legislativa do Estado pelo Deputado Elquisson Soares (MDB), para fundamentar seu pedido de CPI sobre grilagem na Bahia, havia sido retirado há dois dias pelo arenista Stoessel Dourado, contrário à formação da CPI.

O ato de criação da Comissão continua em suspenso, desde que, ontem, foi encaminhado à Mesa um requerimento firmado por 18 deputados retirando suas assinaturas do documento inicial que pedia a CPI, sob a alegação de que esta não se justificava diante das imprecisões constantes do depoimento do Bispo de Propriá.

O autor da idéia e lider do MDB, Deputado Elquisson Soares, encarou a decisão dos seus colegas "como algo que poderá representar, para este Poder, o dia mais negro de sua história". Considerando o requerimento dos 18 dissidentes "extemporaneo", solicitou à Mesa a imediata criação da CPI, o que foi recusado pelo Presidente da Assembléia, Deputado Renan Baleeiro (Arena), que pediu prazo para apreciar o novo documento, "fato relevante, nas atuais circunstancias. Matéria inédita que deve ser apreciada".

A grilagem, segundo afirmou D José Brandão em seu depoimento, "devolve o nosso pais aos tempos précivilizados, da força bruta como forma de relacionamento entre as pessoas'. Ele disse que, mais do que um ato, a grilagem "é um processo que, ao lado dos capangas e seu chefe, com seus auxiliares modestos ou importantes, tem os mandantes e principais beneficiários, diretos ou indiretos, conscientes ou não".

Arcebispo adverte na defesa do Bispo

O Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, D Avelar Brandão Vilela, disse que "o Bispo D José Brandão não é um comunista", em resposta às acusações feitas pelos Deputados arenistas Sotessel Dourado e Jairo Sento Sé. D José, Bispo de Propriá, foi acusado em razão do relatório que elaborou para a CPI da Camara Federal que servirá de base para os trabalhos da CPI que investigará a grilagem na Bahia.

O presidente da Comissão Pastoral da Terra da Regional Nordeste-III da CNBB, padre Freddy Servais, também condenou o comportamento dos dois parlamentares e afirmou que as acusações não merecem maiores comentários, "pois são marcadas pela leviandade". Acrescentou que "esta forma de se reagir a denúncias graves está se tornando muito comum".

NOTA DO CARDEAL

O serviço de imprensa do Arcebispo de Salvador distribuiu a seguinte nota de D Avelar:

"Dom José Brandão de Castro, Bispo de Propriá, foi convidado a depor na CPI do Congresso Nacional e apresentou um vasto documentário sobre o fenômeno social da grilagem no Nordeste e especialmente na Bahia.

Aqui, na Assembléia estadual, levantou-se a idéia de uma CPI para examinar o problema. Em meio às discussões dos srs deputados, alguns chegaram a tachar o Sr Bispo de Propriá de "comunista".

Estão abusando da expressão comunista, que se emprega hoje a torto e a direito. Qualquer discordancia de ordem ideológica, de natureza politica, de interpretação no campo da economia, passa logo a ser identificada como doutrina comunista ou atitude própria de comunista.

Tal procedimento, ao invés de criar indisposição contra o comunismo, está, pelo contrário, lamentavelmente, favorecendo a sua causa.

Dom José Brandão de Castro não é comunista. Poder discordar-se de suas posições, mas não se pode ferir a autenticidade de seu cristianismo.

Quanto às denúncias que faz, com citações explicitas e por vezes contundentes, o melhor caminho será o de proceder-se a uma verificação executiva da situação.

Se os fatos denunciados forem verdadeiros, restaria ainda para os acusados a interpretação de suas causas e efeitos. Se não forem reais, caberia ao Sr Bispo restabelecer a verdade perante à opinião pública, porque, acredito piamente, sua intenção não foi a de caluniar, mas a de denunciar situações injustas.

Quanto ao seu estilo de fazer denúncias, trata-se, evidentemente, de uma metodologia que atende ao seu gosto peculiar. A verdade, porém, é que o problema da terra-homem merece a atenção, o estudo e a contribuição de todas as pessoas e entidades capazes de compreender o valor dos direitos humanos."

Declarações deixam Bispos angustiados

O Bispo-Auxiliar de Itabira, D Lélis Lara, que participa da I Semana de Comunicação Social, em curso no convento do Cenáculo, disse, ontem, que os 15 bispos presentes "estão profundamente angustiados" com as declarações do Arcebispo de Diamantina, D Geraldo Sigaud, sobre a "infiltração comunista na Igreja".

D Geraldo Sigaud é esperado em Brasília nas próximas horas — ele está veraneando na Arquidiocese de Vitória, onde voltou a fazer acusações — para visitar o padre indiano Antônio Vaschapily que sofreu um grave acidente na noite de terça-feira última e será operado hoje, no Hospital Distrital. O sacerdote é vigário de Três Marias, paróquia da Diocese de Diamantina e muito amigo de D Geraldo.

ESPERANÇA

D Lélis Lara disse que os bispos presentes à I Semana de Comunicação Social "preferem nada dizer porque a questão está na instancia superior". Um deles acha que a demora do Papa em se pronunciar — especialmente no que se refere aos Bispos acusados, D Pedro Casaldáliga e D Thomaz Balduino — "pode até ser benéfica, por dar tempo a que passe o calor da discussão".

Com uma insinuação indireta à afirmação do Senador Eurico Rezende (Arena-ES) — que disse recentemente não acreditar em bispo comunista e sim "em comunista vestido de bispo" — o Arcebispo de Vitória, D João Batista da Mota e Albuquerque, em cuja Diocese veranela D Geraldo Sigaud, observou que "o que marca um bispo não são as vestes e insignias, mas a comunhão com os outros bispos e a obediência ao Papa".

A Comissão Organizadora da Associação Nacional de Apoio ao Indio (ANAI) divulgou, ontem, em Porto Alegre, a sua primeira nota oficial, na qual manifesta solidariedade a D Pedro Casaldáliga e D Thomaz Balduino, "vitimas de ataques e acusações equivocadas por parte do Bispo de Diamantina". A ANAI foi criada no final do seminário O Indio Brasileiro: um Sobrevivente, realizado há 15 dias.

JB 13.10.79

Bispo pede garantias de vida

Aracaju — Sentindo-se inseguro, assim como todos os religiosos de sua Diocese, o Bispo de Propriá, D José Brandão de Castro, pediu, ontem, à Secretaria de Segurança Pública e à Superintendência Regional de Policia Federal, garantias de vida e denunciou as ameaças de morte que vem sofrendo por parte de pessoas ligadas à familia Guimarães Brito, proprietária de terras no baixo São Francisco.

Segundo D José ,as ameaças começaram quando 24 famílias de lavradores sem terra ocuparam a ilha de São Pedro, no Municipio de Porto da Folha, sob a alegação de que essas terras pertenciam a seus antepassados, os índios xokos, expulsos da região no século passado. O caso já está na Justiça, através de ação reivindicatória de reintegração de posse, movida por Elizabeth Guimarães Brito, mãe do Prefeito de Propriá, Antônio Brito.

INTERVENÇÃO

Com o apoio da Diocese de Propriá e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Sergipe (Fetase), os caboclos estão tentando garantir a posse da ilha, de cerca de 250 hectares. A partir dai, gerou-se um clima de intranquilidade na região, principalmente pela presença de policiais militares, que, segundo os trabalhadores, tentaram intimidá-los, a pedido da família Brito. Também, agentes da Policia Federal foram vistos realizando "investigações sigilosas", para apurarem acusações da família Brito, segundo a qual a Igreja teria insuflado o povo a invadir a ilha.

Castro Brandão de Propriá

29 Dez. 1978

Bispo processa invasores de catedral

Aracaju — O Bispo de Propriá (SE), D José Brandão de Castro, entra hoje com queixa-crime contra João Guimarães Brito, Ivan José Aires de Freitas Brito e Paulo Resende Figueiredo, por terem invadido a missa que celebrava na catedral da cidade no último domingo, interrompendo-a com palavras injuriosas. O incidente estaria relacionado à questão da posse da ilha de São Pedro, no baixo São Francisco, reivindicada pela família Brito e ocupada por descendentes dos índios xocós, com o apoio da Igreja.

Castro, J. Brandão

Propriá.

01. Okt. 1978

Bispo vê perseguição

Recife — O Bispo responsável pela Pastoral da Juventude da Regional Nordeste II, da CNBB, D Marcelo Pinto Carvalheira, distribuiu, ontem, carta aberta denunciando "a terrivel onda de perseguição que se abate sobre a Igreja do Nordeste e, de modo mais intenso, sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife".

"Não é de hoje", diz a carta, "que a Igreja do Nordeste e, principalmente, a Arquidiocese de Olinda e Recife, se vê acusada e perseguida. Essa é a politica do regime implantado em nosso pais desde 1964. Principalmente no Nordeste, a maioria do nosso povo sofre na pele as graves consequências de um modelo econômico-politico e social injusto, desumano e portanto, antievangélico".

Carvalheira

Exemplos

D Marcelo Carvalheira mostra a situação do estudante Edval Nunes da Silva, *Cajá*, que "depois de sequestrado e torturado, encontra-se mantido em regime de prisão preventiva, num presidio comum, apesar de ser réu primário e ter trabalho e residência certos, o que demonstra a total ilegalidade de sua situação atual".

Em seguida, cita o clérigo salesiano Antonio Medina, "que está sendo acusado de transgredir a Lei de Segurança Nacional que tantos males já causou ao pais". Lembra também o diácono Domenico Corcione, que vem sendo acusado de reorganizar o PCR, e complementa:

"Ao incriminar o nosso coordenador regional, os órgãos de segurança demonstram estar dispostos a tudo para impedir a nossa ação pastoral, procurando, com essas acusações, desacreditá-la perante a opinião pública.

Por lutarmos contra essa estrutura" — prossegue o Bispo-Auxiliar de João Pessoa — "de injustiça e marginalização, por nos colocarmos ao lado dos explorados e oprimidos, destinatários da mensagem de Jesus Cristo, nos vemos perseguidos".

Costa, JP
Uberaba

Uberaba/MG

D José Pedro da Costa põe a culpa de tudo no Catecismo Holandês

Secretário-geral da CNBB acha que D José da Costa não sabe bem o que diz

Porto Alegre — O secretário-geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, lamentou as novas acusações do Arcebispo Administrador Apostólico de Uberaba, Dom José Pedro da Costa e afirmou que ele — o acusador — "nem sabe o que está dizendo, pois se desdiz entre as declarações que fez domingo e as de hoje (ontem)".

"Não se sabe a quem ele ataca", disse D Ivo sobre a afirmação de D Pedro de que a CNBB, em condições minoritárias, tem a pretensão de falar por todos os bispos. "Se ataca a CNBB, com seus 305 bispos, da qual ele é membro, ou se ataca a presidência da entidade", comentou.

QUEM É D JOSÉ

"Lamentamos as declarações de D Geraldo Sigaud, como também as de D José Pedro da Costa. Nós não queremos atirar pedras sobre eles, mas lamentamos essas posições de ataque deles", afirmou D Ivo Lorscheiter. E acrescentou que "o Arcebispo de Uberaba disse outras coisas sobre a cúpula da CNBB mas nem ele sabe o que está dizendo, porque se desdiz de suas declarações de domingo."

O Arcebispo D José Pedro da Costa é Administrador Apostólico *Sede Plena* de Uberaba, quer dizer, responde com todos os poderes pelo Arcebispo Metropolitano D Alexandre Gonçalves do Amaral (praticamente aposentado por motivos de saúde e idade), com direito a sucessão. Nasceu em 19 de outubro de 1913, foi ordenado padre em 6 de dezembro de 1936 e nomeado Bispo em 25 de maio de 1957, tendo sido designado para Caetité (MG). Sua sagração episcopal ocorreu em 15 de setembro do mesmo ano. Em 3 de janeiro de 1969 foi transferido para Uberaba.

Ontem ele declarou que a cúpula da CNBB é "igual a de alguns Partidos politicos": mesmo em condições "rigidamente minoritárias tem a pretensão de falar por todos". E quando isso acontece, acrescentou, "ficamos todos amordaçados, com um esparadrapo na boca." Atribuiu "toda a confusão na hierarquia da Igreja às influências do Catecismo Holandês" (catecismo feito com base na moderna teologia católica a partir do Concílio Vaticano II e que provocou, na época, muita reação dos círculos conservadores da Igreja).

D José Pedro da Costa acha que o Catecismo Holandês "é o responsável por tudo isso que está acontecendo" e que "os padres e bispos do Terceiro Mundo se apegam a migalhas do Evangelho, destacadas por Marx, e querem interpretar o Evangelho com essas migalhas."

29. Sep. 1977

Novo Bispo de Pelotas assume e prega diálogo pela democracia

Porto Alegre — A Igreja não se pode omitir de colaborar para o desenvolvimento integral da pessoa humana" e "dialogar com os que querem reconstruir a democracia", foram palavras de Dom Jaime Chemello ao assumir, ontem, a Diocese de Pelotas, em substituição de Dom Antônio Zatera, que renunciou, alegando sua avançada idade, 78 anos.

A nomeação de Dom Jaime, que já era Bispo-Auxiliar de Pelotas desde 20 de abril de 1969, foi ontem oficialmente anunciada no Vaticano, com a publicação do decreto assinado pelo Papa Paulo VI. Trata-se do mais jovem bispo do Rio Grande do Sul e à cerimônia da posse estiveram presentes Dom Antônio Zatera e todos os padres da Diocese de Pelotas.

SERVIR

A posse realizou-se às 8h, na sede da Diocese. Dom Jaime tem 45 anos, é natural do Município gaúcho de São Marcos, foi ordenado há 14 anos e Bispo-Auxiliar de Pelotas há oito anos. Para ele "não há inconveniente algum no diálogo com o mundo para a ajuda do bem comum, mas vale lembrar que a Igreja se posiciona em termos de princípios e não dá, nem pretende dar orientações concretas".

Em seu breve discurso, destacou que a Igreja "tem uma função servidora para o desenvolvimento integral da pessoa humana e não se pode omitir de colaborar; se a Igreja dialoga com os ateus, por que não dialogar com os que querem reconstruir a democracia?"

Recebeu, também, o cargo de chanceler da Universidade Católica de Pelotas, mas já adiantou que não pretende exercer cumulativamente a Reitoria, e um Reitor será nomeado nos próximos dias.

Chemello, J.

Bispo de Petrópolis afirma que distribuição de pílula é decadência dos costumes

O Bispo de Petrópolis, Dom Manuel Pedro da Cunha Cintra, afirmou que "derramar gratuitamente pílulas para que todo mundo delas se sirva à vontade e com toda a facilidade é promover de modo maciço o desprezo e a desobediência à Lei de Deus, o esquecimento dos princípios morais, o amolecimento e a decadência dos costumes".

Em uma carta circular a seus diocesanos, datada de 30 de julho, Dom Manuel Pedro referiu-se à discussão do "suposto alto risco" e acentuou que "o melhor será perguntar aos corifeus destas desabusadas inovações quando foi que a maternidade deixou de acarretar consigo um alto risco de lazer, de conforto, de saúde e também de vida? Precisamente por isso, a maternidade humana foi sempre aureolada de respeito, de veneração e de amor".

LEI NATURAL

Sob o título *Derrame de Pílulas*, a carta do Bispo petropolitano diz: "Depois do divórcio, a pílula. Ambos infelizmente oficializados. Nenhum deles obrigatório, é claro; mas ambos profusamente propagados por esse Brasil afora. Uma lástima. Todos sabem a posição da Igreja em relação ao uso da pílula. Não o aprovo como meio lícito para a regulação da natalidade. E' que a pílula, mutilando as funções do organismo, viola a lei natural. E, portanto, seu uso com essa finalidade é pecaminoso para todos, sejam católicos ou não".

Depois de lamentar "tão graves desacertos que irão repercutir desastrosamente no panorama moral da família e da Pátria", Dom Manoel Pedro convida a "todos os fiéis a erguer fervorosas preces pedindo a Deus que ilumine nossos dirigentes e afaste de nossos lares o acolhimento de práticas tão funestas".

IMORAL

Belo Horizonte — O Bispo-Auxiliar desta Capital, Dom Arnaldo Ribeiro, reafirmou que são pontos positivos do planejamento familiar a preocupação do Governo federal com a saúde materno-infantil, o respeito à formação cultural e religiosa das pessoas e a preparação do pessoal que vai orientar o programa.

Ressaltou, entretanto, que se esta preparação estiver sendo feita para a distribuição da pílulas anticoncepcionais, ela é imoral, bem como todo método anticoncepcivo contrário à natureza humana. Segundo Dom Arnaldo, paralelamente ao planejamento oficial é preciso executar um programa de educação e promoção do homem, dando-lhe acesso ao trabalho, à alimentação e à assistência maternal. Para a Igreja, disse, o problema é a existência de paternidade responsável.

OUTROS NÍVEIS

Maceió — Ao condenar o planejamento familiar sem nenhuma razão, o Arcebispo de Maceió, Dom Miguel Camara, disse que era muito triste saber que se aceitam e se propagam os anticoncepcionais que atentam contra a dignidade da lei moral ou que podem desencadear consequências que a medicina ainda desconhece.

Para ele, a solução contra dificuldades existentes deve ser procurada em níveis mais profundos, sobretudo na consecução do bem comum geral, em condições de vida que atinjam a todos e permitam que as famílias "tenham com o dever do trabalho e o direito de criar seus filhos, o saldo do espectro da fome, da subnutrição, do analfabetismo, da doença e da insegurança".

Cintra Petrópolis

Bemfam reage contra proibição

Recife — "Proibindo o planejamento familiar do pobre, o Governo dará continuidade ao planejamento da mortalidade infantil", disse o coordenador regional da Bemfam, ao comentar a possibilidade de que venha a ser proibida a celebração de convênios com a Entidade, explicando que a medida não afetará a classe média, que dispõe de recursos para planejar suas famílias.

"Por não ter acesso às informações, ao uso de anticoncepcionais — acrescentou — é que a classe pobre tem filhos sem condições, provocando, em contrapartida, a morte de milhares de crianças em consequência da fome, da desnutrição". Ele rebateu as críticas que a Bemfam tem recebido, "por desinformação ou preconceito", pois o planejamento familiar é adotado no mundo inteiro pelos países desenvolvidos, inclusive os socialistas.

O coordenador regional da Bemfam manifestou a opinião de que o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco, anunciado pelo Governo, é inteiramente inviável e observou que, para a sua instituição, seria necessário "um numeroso quadro de pessoal altamente especializado, o que somente seria possível a um país muito rico e altamente desenvolvido, o que não é bem o caso do Brasil".

Ele disse que deve ser permitido ao pobre o direito humano de optar por um planejamento de sua família e que, ao invés de combater o controle da natalidade, o Governo deveria combater o aborto, cada dia mais comum.

Arcebispo pede mais honestidade

18 Sep. 1976

Belo Horizonte — Ao manifestar-se ontem pela primeira vez, publicamente, sobre as próximas eleições, o Arcebispo Metropolitano, Dom João Resende Costa, alertou sobre os que se valem de recursos de honestidade duvidosa para atingir os primeiros lugares, "os quais, por isso mesmo, são às vezes ocupados por gente de pouca sensibilidade para valores éticos".

"Não seja a campanha eleitoral — advertiu — uma corrida para os primeiros lugares, vistos como oportunidade para dominar os outros, ou como palco de exibição de prestígio, ou como porta para vantagens materiais". Na opinião do Arcebispo de Belo Horizonte, os mais autênticos candidatos são aqueles que estão dispostos a dar atenção aos humildes.

OS MINISTROS

Após referir-se ao Evangelho que será lido amanhã, durante as missas — no qual os apóstolos discutem quem seria o maior dentre eles — Dom João Costa lembra outra passagem em que a mãe de Tiago e João foi pedir ao Mestre que seus dois filhos ficassem um à direita e outro à esquerda do trono do Rei. "Uma espécie talvez de Ministro da Justiça e Ministro da Fazenda, trocando a coisa em termos de hoje e olhando o Reino de Cristo na perspectiva terrena e política em que o estavam imaginando aqueles "aprendizes" de apóstolos".

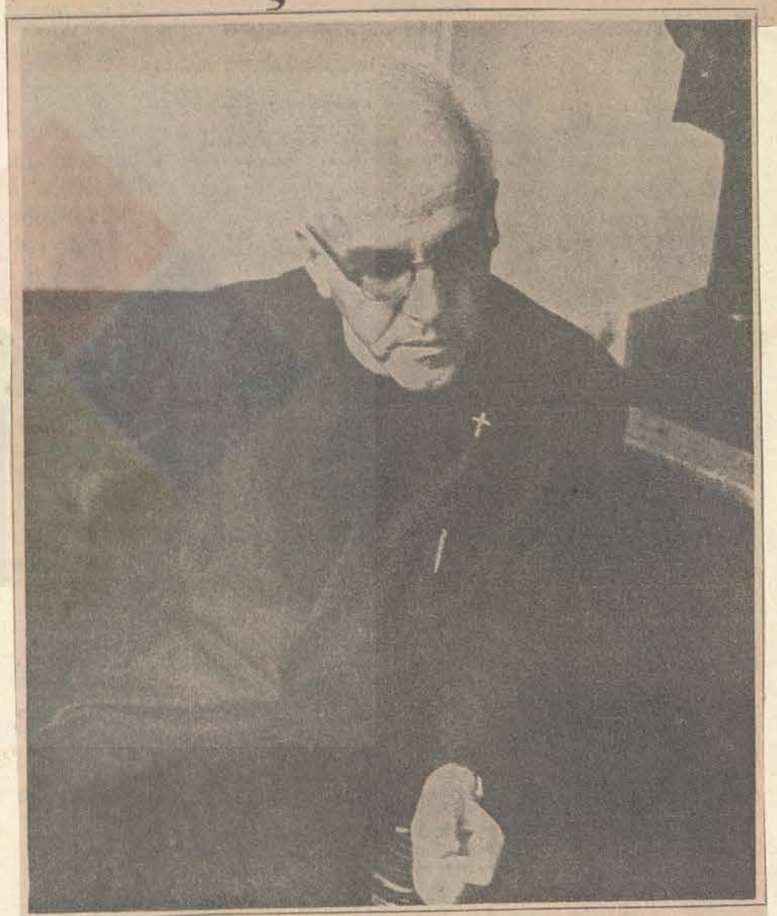
Costa, Resende
B. H

CADERNO B □ JORNAL DO BRASIL □ Rio de Janeiro, segunda-feira, 5 de junho de 1978

D JOÃO RESENDE, 25 ANOS DE VIDA EPISCOPAL

"É IMENSAMENTE GENEROSO O CORAÇÃO DO POVO"

Costa



D João Resende: sempre em disponibilidade para o serviço fraterno

BELO HORIZONTE — "É imensamente generoso o coração do povo. Penso mil vezes nessa multidão dos que vivem fazendo o bem do dia-a-dia, sem aparecer em manchetes, nem pretender ser os salvadores do mundo. Pais e mães de família. Jovens. Operários da roça. Professores modestos... e sábios. Encontrei-os aos milhares no meu caminho. E eles são a maior alegria do trabalho de um bispo".

Estas palavras, proferidas pelo Arcebispo de Belo Horizonte, Dom João Resende Costa, ao celebrar os seus 25 anos de vida episcopal, bem demonstram simplicidade e vocação de pastor, de disponibilidade ao serviço fraterno. Aos 67 anos, voz suave, cabelos brancos — o que lhe dá aspecto de um místico, contemplativo, Dom João é tido pelo clero como "o homem da prudência, do equilíbrio, da serenidade".

Mineiro de Borda da Mata, assimilou do espírito de sua gente a habilidade política e a capacidade de ouvir sempre e falar pouco.

"O bispo de nosso tempo tem a consciência de que é preciso ser menos príncipe e mais pastor", afirma Dom João Resende Costa, ao comentar o acontecimento que mais o marcou nestes 25 anos — o Concílio Ecumênico Vaticano II.

"O Concílio tirou a Igreja da rotina tranquila e a inseriu no clima de ebulições e de reformas, que tanto marcou a década de 1960, num mundo mais complexo, no qual a evangelização se torna uma tarefa árdua, porém valiosa. E a atitude dos cristãos tem sido cada vez mais marcada pela consciência, pela participação e pela responsabilidade".

Na sua opinião, a Igreja pré-conciliar "sentia arder a necessidade da renovação, pois não podia continuar mantendo as normas canônicas atrasadas, enquanto eram outros os apelos pastorais". E foram tais apelos que levaram o Arcebispo mineiro a declarar hoje que "nossa missão é criar condições para que a mensagem do Evangelho penetre no coração do homem e nas estruturas sociais, econômicas e políticas do país".

Mineiro do Sul do Estado, onde nasceu a 19 de outubro de 1910, numa família de muitos filhos, Dom João Resende Costa fez o curso secundário em Lorena (SP) e ingressou na Congregação Salesiana em 1928, cursando Filosofia no Colégio São Manuel em Lavrinhas (SP). De 1932 a 1937, frequentou a Universidade Gregoriana, em Roma, onde se doutorou em Teologia Dogmática.

Ordenou-se padre na Basílica de Santo Inácio, em Roma, no dia 28 de julho de 1935. Em 1952, participando do 17.º Capítulo Geral da Congregação Salesiana, em Turim, foi eleito Conselheiro Geral. Foi nesta função que viajou à Amazônia, em 1953, onde lhe veio a notícia: havia sido eleito Bispo da Diocese de Ilhéus.

Sua sagração se deu no dia 24 de maio de 1953, na Matriz do Liceu Coração de Jesus, em São Paulo. Foi sagrante o Cardeal Dom Carlos de Vasconcelos Motta, e consagrantes dois bispos salesianos: Dom Orlando Chaves e Dom Antônio Campelo de Aragão. Um mês mais tarde, Dom João tomava posse na diocese baiana, onde permaneceu quatro anos.

■

Devido à doença do Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral, Dom João foi transferido para Minas, a 30 de novembro de 1957, na condição de Arcebispo coadjutor, com direito à sucessão. Em novembro de 1967, com a morte de Dom Cabral, tornou-se Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte.

Participou do Concílio Ecumênico Vaticano II, do 38.º Congresso Eucarístico Internacional — realizado em Bombaim, na Índia, em 1964, do 39.º Congresso Eucarístico Internacional — realizado em Bogotá, em 1968, da II Conferência Geral dos Episcopado Latino-Americano, realizado em Medellim, Colômbia, em 1968.

Ao comemorar, no dia 24 de maio último, o 25.º aniversário de sua sagração episcopal, Dom João foi homenageado por cinco mil pessoas que, no Ginásio do Minas Tênis Clube, assistiram à missa por ele mesmo celebrada e concelebrada por 15 bispos e cerca de 180 padres mineiros.

PENSAMENTO DO PASTOR

Alguns tópicos do pensamento de Dom João Resende Costa:

SOBRE O AMOR: "Há muita coisa maravilhosa para se ver. Se quisermos olhar com o olhar sereno, sem falso otimismo: mas também sem o olhar do crítico incontestável, descobriremos as maravilhas da mão de Deus... prolongadas nas mãos de tanta gente que faz o bem. E o mundo será cada vez mais maravilhoso, se dermos sempre mais uma presença de amor. A técnica pode encher a terra. Mas só o amor a ilumina. Porque o amor é a presença de Deus!"

SOBRE O DIÁLOGO: "O diálogo não exige que um concorde com o outro em tudo. Pode haver discordancias e, às vezes, impossibilidade absoluta de aceitar as posições do outro. Mas o que se quer é uma troca leal de idéias, através da qual se chegue a um ponto de encontro, de respeito, mas, ao mesmo tempo, de firmeza e sinceridade que, pelo menos, será o início de uma renovação de vida."

SOBRE O NATAL: "Natal autêntico será o daqueles que souberem caminhar ao encontro dos irmãos. Não apenas num presente eventual, num cartão de festas, na alegria de uma ceia, ou até na dignidade e beleza de uma celebração litúrgica. Mas na acolhida do irmão no coração da gente."

SOBRE A JUSTIÇA: "Deus, Senhor da História e Mestre dos Povos, continua a falar por nós. E sua palavra nos ensinará os caminhos da justiça. Para que os que têm se lembrem dos que não têm. E ninguém pretenda ter sempre mais, se isso for à custa de os outros terem sempre menos."

SOBRE O DIVÓRCIO: "O divórcio é uma espécie de brincadeira perigosa que tenta a mulher cujos braços não embalam, cujo ventre não foi berço, cujo coração egoísta não ajudou o mundo a crescer. E tenta o homem que não assumiu a responsabilidade de dar energia e serenidade ao coração e aos braços da mulher que lhe deu filhos. Pois, quando florescem os filhos nunca casa, aprofundam-se as raízes da fidelidade que os pais juraram um dia, diante do altar."

SOBRE A ORAÇÃO: "Rezar não é simplesmente dizer coisas a Deus. É muito mais pôr a vida em sintonia com Deus."

Sem elitismo

Numa igreja repleta, cercado de parentes e amigos, dom Luciano Pedro Mendes de Almeida celebrou, na terça-feira passada no Colégio Santo Inácio, no Rio, sua primeira missa como bispo — um episódio de certa maneira comum. Para ele e para sua congregação, todavia, a missa oferecia um significado especialmente caro. Pela primeira vez em quatro séculos, desde que os primeiros jesuítas aportaram em terras tropicais capitaneados por Manuel da Nóbrega, um membro da Companhia de Jesus que esteja atuando fora das missões é conduzido ao episcopado no Brasil.

Extremamente cauteloso, dom Luciano, 45 anos, é homem de simplicidade pouco comum. Nasceu no Rio, onde ainda mora sua família (inclusive seu irmão, o professor Cândido Mendes), entrou para o seminário em 1947, ordenou-se padre em 1958 e, em seguida, doutorou-se em Filosofia pela Universidade Gregoriana de Roma, cidade na qual teve oportunidade de exercer seus ministérios sacerdotais para a juventude marginalizada, trabalhando vários anos em reformatórios.

A sagração episcopal encontrou-o em São Paulo, como auxiliar do cardeal Paulo Evaristo Arns para a região leste da cidade — funções que manterá, agora, em outro nível. Revelando não sentir-se em condições de "fazer nenhuma declaração bombástica, já que estou entrando agora para o episcopado", dom Luciano concedeu esta entrevista a Eva Spitz, da sucursal de VEJA no Rio.

ANTÔNIO ANDRADE

Dom Luciano: 400 anos após Nóbrega

VEJA — *Por que só agora um jesuíta não missionário é sagrado bispo no Brasil?*

D. LUCIANO — Há jesuítas que foram escolhidos para a missão episcopal em outras nações. Aqui no Brasil, três jesuítas foram até hoje ordenados bispos para regiões onde ainda não há dioceses constituídas — as chamadas prelazias. Por que terão nomeado um jesuíta para o episcopado numa região urbana, é difícil responder. Para surpresa minha, soube que entre os nomes indicados figurava o meu nome.

VEJA — *Como surgiu sua indicação?*

D. LUCIANO — Fiquei sabendo que foi o próprio povo quem indicou meu nome. Dom Paulo não desejava que a indicação fosse sua, queria que viesse dos fiéis.

VEJA — *De onde vem a acusação de "elitismo", dirigida aos jesuítas?*

D. LUCIANO — Já ouvi várias vezes expressões semelhantes. Há um fundo de verdade, na medida em que, em determinados momentos da história, visava-se a modificar as estruturas de convivência humana através da formação de líderes. Essa liderança foi quase sempre identificada com as classes mais elevadas, o que deu a impressão de que os jesuítas se dedicavam a essas elites. Mas, hoje, sabemos que essas lideranças tornaram-se populares. O nosso trabalho apostólico nada tem de elitista.

12 Mai 1976

Duarte

05. Dez. 1979

Futuro cardeal

O papa amplia poderes do brasileiro dom Lucas

Cumprindo rigorosamente a tradição, na terça-feira da semana passada, um dia antes de partir para a Turquia, o papa João Paulo II nomeou o bispo brasileiro dom Lucas Moreira Neves, 54 anos, para a secretaria do estratégico Sacro Colégio dos Cardeais. Trata-se, na verdade, de uma dignidade historicamente reservada ao secretário da Sagrada Congregação para os Bispos, cargo ao qual o bispo brasileiro fora guindado em meados de outubro. Mas, desta vez, a nomeação teve um acento diferente e, por isso, à Curia Romana, onde ele atua desde 1974, quando Paulo VI lhe confiou a vice-presidência do Conselho de Leigos, afluíram inúmeras mensagens de cumprimentos, procedentes do mundo inteiro. Justificava-se o regozijo: dom Lucas desfruta na Santa Sé a fama de ser um dos mais articulados assessores pontifícios e uma das mais promissoras vocações da política eclesiástica. Agora, como secretário do Sacro Colégio, caberá a ele redigir as atas das reuniões mensais do prestigioso organismo da Cúria Romana e de fazer toda e qualquer comunicação que a Santa Sé tenha aos cardeais do mundo.

O mais velho dos nove filhos que um modesto sapateiro de São João del Rei, a 200 quilômetros de Belo Horizonte, teve com uma professora primária, cedo dom Lucas manifestou sua vocação religiosa. "Em vez de brincar de esconde-esconde, de caçar passarinhos ou jogar bolinhas de gude com os meninos de sua idade", conta sua irmã Elza Moreira, que continua a viver em São João del Rei, "ele preferia celebrar missas e fazer sermões de mentirinha." Aos 14 anos, foi para o seminário de Mariana, realizando o sonho dos pais, já falecidos, de ter um padre na família. Seis anos mais tarde, o então seminarista se transferia para São Paulo e ingressava na Ordem dos Dominicanos, pela qual seria ordenado sacerdote em 1950, em Provence, França. Em 1967, foi sagrado bispo auxiliar de São Paulo, cujo titular era o cardeal Agnello Rossi, hoje prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos.

VÔOS MAIS ALTOS — É nos destinos da Igreja de seu país, no entanto, que dom Lucas passa a ter uma influência capilar. Bispos brasileiros da chamada ala progressista interpretam sua condução à secretaria da Congregação para os Bispos como uma manobra de seu atual prefeito, o cardeal Sebastiano Bagio, ex-núncio apostólico no Brasil, para afastar definitivamente a suposta possibilidade de o cardeal Aloísio Lorscheider, de Fortaleza, vir a sucedê-lo. "O Bagio é um conservador esperto", comentava um deles. "Sabe que o Lucas é um moderado puro, como seu conterrâneo Tancredo Neves, e que o Aloísio, embora também o seja, está mais para Ulysses Guimarães, ou seja, arrasta lá seu séquito de autênticos. . ." E concluía: "Todo o mundo sabe que o papa nunca colocaria dois representantes de um mesmo país numa mesma congregação".

Como secretário da Congregação para os Bispos, dom Lucas passará a influir decisivamente nas nomeações episcopais em geral, salvo as de iniciativa exclusiva do papa. Já a secretaria do Sacro Colégio habilita-o a vôos mais altos. Por isso espera-se para breve sua ascensão ao cardinalato e há até quem aposte em sua designação para Brasília, em substituição ao atual arcebispo dom José Newton de Almeida Baptista, que em outubro atingiu a idade-limite de 75 anos. "O Lucas poderia contribuir muito para o atual momento político brasileiro, pois é alguém capaz de dialogar com o governo e satisfazer aos interesses dos bispos nacionais", observava na semana passada um influente prelado, em clara alusão às pretensões àquele posto do conservador dom Luciano Cabral Duarte, arcebispo de Aracaju. Mas, curiosamente, em cartas a amigos brasileiros, dom Lucas tem repetido que "talvez não mais consiga viver longe das sete colinas romanas". ●

CARLOS NAMBA

Dom Lucas: vocação promissora

Duarte

Entrevista: DOM LUCIANO CABRAL DUARTE

Pela restauração da fé

O arcebispo de Aracaju e vice-presidente do Celam critica os católicos que confundem a religião com a política

Por J. A. Dias Lopes e Ricardo Noblat

Depois de treze anos de episcopado, dom Luciano Cabral Duarte, 55 anos, arcebispo de Aracaju, notabilizou-se como um dos pilares do conservadorismo da Igreja, no Brasil e na própria América Latina. Atual vice-presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano — Celam —, membro, desde o governo Médici, do Conselho Federal de Educação, dom Luciano é homem de trato informal e muito habilidoso. Pelo menos em duas ocasiões liderou os bispos brasileiros mais conservadores: em fins de 1978, quando conseguiu eleger a maioria dos delegados que representaram a Igreja do Brasil na Conferência de Puebla, México; e no ano passado, quando saiu derrotada a chapa que ele apresentou para disputar as eleições da CNBB.

Licenciado em Ciências, Letras e Psicologia pela Universidade de Sorbonne, na França, ex-presidente do Movimento de Educação de Base da Igreja, dom Luciano desenvolve, há onze anos, nas vizinhanças de Aracaju, uma bem-sucedida experiência de reforma agrária. São cinco fazendas comunitárias que ocupam uma área total de 3 344 hectares e geram benefícios para cerca de 1 200 pessoas.

De férias em São Paulo desde dezembro, dom Luciano prepara-se para participar de mais uma assembléia geral da CNBB que se realizará de 5 a 12 de fevereiro próximo em Itaici. O tema central do encontro — que deverá reunir cerca de 240 bispos — é a questão do uso e da posse da terra no Brasil. E, nele, o arcebispo de Aracaju manifestará uma preocupação que o aflige: a de que "a atenção pastoral do nosso episcopado continue a privilegiar sempre e mais os problemas sócio-políticos, em detrimento dos problemas específicos da Igreja".

LUCIANO ANDRADE

D. Luciano: "Fiz uma opção conservadora e caminho por ela"

"A radicalização é má conselheira"

VEJA — *Por que a CNBB escolheu a terra como tema de sua próxima assembléia geral?*

D. LUCIANO — O tema foi escolhido em novembro passado, pela chamada Comissão Representativa — uma espécie de mini-assembléia do episcopado nacional e pela cúpula da CNBB. Os participantes desse encontro dividiram-se em dois grupos: um queria a terra como tema central; outro, a questão das vocações sacerdotais. Na votação, ganhou o primeiro. Acho que a escolha se deveu a sua aguda atualidade. Afinal, não tem havido um trabalho profundo, no Brasil, no sentido de proporcionar uma melhor vida aos camponeses. Por quase toda parte explodem problemas de grileiros, de posseiros, de índios. A meu ver, na base de toda essa questão está a indispensável reestruturação fundiária do país. Mas isso não quer dizer que a terra seja o único tema importante para a Igreja. Há outros que também tocam fundo o coração dos seus pastores.

VEJA — *Quais seriam esses temas?*

D. LUCIANO — A própria questão das vocações sacerdotais. Aflige-me o fato de, nestes últimos dez anos, nós, bispos do Brasil, jamais termos colocado como tema de uma de nossas assembléias algo tão específico e dramático. Somos o maior país católico do mundo, segundo a ambígua estatística feita em cima do número de batizados. Sorrimos, desvanecidos, quando ouvimos que o Brasil tem um dos episcopados mais avançados do mundo. Entretanto, para 115 milhões de brasileiros, dispomos de pouco mais de 12 000 sacerdotes, metade dos quais oriunda de países estrangeiros. Que país católico é esse, incapaz de gerar seus próprios padres, missionários e religiosos! Nossos católicos desfalecem e morrem de anemia espiritual profunda. E nós, com o alimento à mão, não nos mobilizamos para socorrê-los. Finalmente, há também a questão da transforma-

30. Jan. 1980

ção do Brasil no país número um das superstições, dos cultos mágicos, da macumba. Que iniciativa tomou a Igreja para fazer face a essa calamidade religiosa? Mas, enfim, já que venceu o problema da terra, discutamos a terra...

VEJA — *Qual seria o papel da Igreja nessa discussão?*

D. LUCIANO — Nós, bispos, podemos ter idéias, mas não dispomos de instrumentos para implementá-las. Todavia, acho que precisamos defender uma reformulação fundiária, uma reforma agrária que respeite as peculiaridades das diferentes regiões do país. Nós, cristãos, temos como verdade, decorrente de nossa fé, o princípio da destinação universal de todos os bens. A reforma agrária, porém, é da competência do Estado. Não é missão da Igreja oferecer soluções técnicas prontas ao governo.

VEJA — *Mas há bispos que temem que a retomada dessa bandeira possa levar setores do clero a novas radicalizações de esquerda.*

D. LUCIANO — A radicalização é sempre má conselheira. Muitas vezes ela ocorre como um protesto alucinado diante de um problema pelo qual ainda não se fez nada. Não nego que a reforma agrária tenha provocado no passado — e mesmo ainda hoje — comportamentos radicais de setores da Igreja. Mas, atualmente, como o peso do episcopado se inclina muito mais por uma linha de prudência, de bom senso, esses extremismos tendem a ser minimizados, sobretudo nas assembléias da CNBB.

"A Igreja popular é um absurdo"

VEJA — *Recentemente, diante de um conflito de terras, o arcebispo de João Pessoa, dom José Maria Pires, pregou a desobediência "a qualquer ato de autoridade que contrarie os interesses do povo". O envolvimento da Igreja deve chegar a esse ponto?*

D. LUCIANO — Não quero julgar um colega e, além do mais, um amigo a quem estimo. É muito difícil saber a reação que a gente mesmo teria numa situação idêntica. Mas, por formação, eu talvez não tomasse uma atitude tão radical assim. Até porque a experiência ensina que a repressão, quando vem, atinge as pessoas de menor projeção social. Dou um exemplo: por volta dos anos 1962-63, houve uma tendência para a esquerda radical no meio da juventude universitária católica brasileira. Depois, os sacerdotes, os assistentes eclesiásticos responsáveis por isso, acabaram, em sua maioria, indo para fora do país. Quem sofreu as conseqüências por aquelas idéias? Foram os estudantes, os que ficaram.

VEJA — *Qual a influência da política dentro da Igreja no Brasil?*

D. LUCIANO — Acho que não é possível avaliar. Porém, no Brasil, parece-me que andamos, em alguns meios de Igreja, já numa etapa em que a práxis da política é fonte orientadora da fé, quando deveria ocorrer o contrário. E há quem diga que, em certos grupos de vanguarda, a caminhada está chegando perto de uma fronteira onde a fé, julgada alienante, é posta entre parênteses, e a política ocupa todo o campo vivencial. De fato, como no mundo inteiro, a política invadiu os horizontes da Igreja de nosso país. De inúmeros leigos tenho ouvido queixas como esta: "Quando vamos à missa buscando um encontro com Jesus Cristo, freqüentemente lá nos vem o padre a falar de política, de greve, de inflação, de demarcação de reservas indígenas..." Devo reconhecer que, no momento, em numerosos templos católicos parece não haver mais lugar para a transcendência. Falar dos problemas sociais é necessário. Mas esquecer a adoração do Senhor, a urgência de alimentar a vida de fé da comunidade, parece-me uma mutilação do âmago da religião. Quem, hoje, ainda fala em oração, em graça, em vida espiritual?

VEJA — *Mas os que misturam política e fé se dizem inspirados pelo Concílio Vaticano II...*

D. LUCIANO — A partir do Vaticano II, a Igreja baixou suas pontes levadiças com o mundo, saindo de um tempo de separação e de desconfiança com o mundo. Como disse o papa Paulo VI, a Igreja passou a querer, como Jesus Cristo, lavar os pés dos humildes e sofredores. Acontece que, graças à má interpretação do Vaticano II, certos setores do clero passaram a confundir a Igreja e o mundo, o que é errado. Igreja e mundo são realidades que se entrecortam mas que não se recobrem completamente. Haverá sempre uma faixa do mundo que resistirá à ação da Igreja. Por outro lado, a Igreja sempre ultrapassará o mundo com a sua dimensão escatológica, ou seja, de transcendência. Pena que nem todos os religiosos compreendam isso e que muitos, equivocadamente, empenhem-se, por exemplo, em imaginar a substituição da igreja institucional, hierárquica, que tem o papa e os bispos, por uma igreja popular.

VEJA — *E o que seria essa "igreja popular"?*

D. LUCIANO — Seria uma igreja na qual o povo é o lugar teológico. Ele é que receberia a revelação de Deus, e junto dele que se detectaria aquilo que Deus quer — agora — da sua Igreja. A meu ver, a chamada "igreja popular" é um erro, um exagero, um excesso que toca às raias do absurdo. Não é à toa que muitos dos seus arautos achem que as transformações sociais só se tornem eficazes pela via marxista...

"Prestes conhece os seus aliados"

VEJA — *O senhor considera o cristianismo e o marxismo totalmente inconciliáveis?*

D. LUCIANO — Considero, sim. Os elementos da análise marxista, como apontou Paulo VI, não são apenas uma ferramenta intelectual. Eles carregam uma densidade ideológica própria, de modo que é impossível separar uma categoria marxista, no seu aspecto puramente lógico, da sua carga teórica. Por isso temos visto aqui na América Latina tantos movimentos cristãos, sobretudo católicos, que começam adotando a análise marxista e acabam cooptados pelo marxismo, pela sua dialética, pela luta de classes, pela revolução — enfim, por toda a sua parafernália. Ora, cristianismo e marxismo são duas cosmovisões absolutamente divergentes, mesmo porque a primeira parte é de Deus, criador de todas as coisas, enquanto a segunda sustenta que o que existe é a matéria, origem e gestação de tudo.

VEJA — *No Brasil, são expressivos os setores cristãos que tentam uma simbiose com o marxismo?*

D. LUCIANO — Recentemente, o senhor Luís Carlos Prestes declarou à imprensa que a maior aliada do comunismo no Brasil é a Igreja Católica. Alguns líderes religiosos, surpresos, consideraram essa afirmação uma afronta. Acho, porém, que a fala do secretário do Partido Comunista Brasileiro deveria merecer uma meditação mais profunda dos bispos e dos responsáveis pela CNBB. Pelo seguinte: quem conhece os meus aliados sou eu; quem conhece os aliados do senhor Luís Carlos Prestes é ele. Pessoalmente, estou convencido de que nenhum bispo do Brasil quer colaborar com o comunismo. Mas distingo, no caso, a intenção dos atos concretos — e alguns desses atos, principalmente no campo da promoção humana, são interpretados pelo senhor Luís Carlos Prestes como servindo a uma implícita aliança com o seu partido. Não devemos esquecer que os comunistas cunharam a expressão: "Os cristãos da vanguarda são nossos companheiros de viagem". Quer dizer, até a revolução. Ora, sem nenhuma exceção, ao cabo dessa viagem, eles fazem o mesmo que Fidel Castro em Cuba: os sacerdotes que com ele lutaram em Sierra Maestra foram afastados, aprisionados, mortos.

As releituras dos progressistas

VEJA — *Por falar em alianças, o que o senhor acha do fato de a Arquidiocese de São Paulo haver cedido seus templos, no ano passado, para reuniões sindicais?*

D. LUCIANO — Acho, por princípio, que o templo é um local eminentemente sacro. Deve ser reservado às funções sagradas, às reuniões de religião, às assembléias da comunidade eclesial. Se achar, na minha consciência de bispo, que devo ajudar um movimento reivindicatório justo, providenciarei outro lugar para abrigá-lo. A igreja, o templo, não é o lugar adequado para isso. Quem procede assim, substituindo religião por política ou confundindo as duas coisas, dá a impressão de que vinte séculos de cristianismo foram uma bela caminhada para nada. Tudo que a Igreja fez, todo o sacrifício dos missionários, dos jesuítas no Brasil, dos franciscanos no México e no Peru, enfim, tudo isso não valeria nada. Agora é que estaria começando um novo cristianismo. Ora, isso me parece profundamente injusto, falso e sem objetividade. Conclusão: os espaços religiosos que estamos abandonando são ocupados por seitas e outras religiões que respondem à necessidade que o povo tem de oração.

VEJA — *Essa parece ser também uma das grandes preocupações do papa João Paulo II.*

D. LUCIANO — De fato, com João Paulo II, será possível um movimento sério que nos leve de volta à prioridade da adoração — à dimensão adoradora da alma humana, tão descuidada pela Igreja Católica, especialmente no Brasil. Meio submergidos por essa sofreguidão da vida, temos deixado no esquecimento essa dimensão essencial do homem, numa linha da comunidade inteira que procura aquele que é a sua raiz, a sua origem, o seu pai, o seu criador. Retomando uma frase de Lampedusa, "é preciso que tudo mude para tudo continuar igual". O que é uma mudança? É uma nova ordem das mesmas coisas. De modo que na Igreja não pode haver mudança essencial, ao contrário do que pensam os chamados "progressistas".

VEJA — *Quais as correntes existentes no episcopado brasileiro?*

D. LUCIANO — Podemos dividir o episcopado brasileiro, como tendência teológica e pastoral, em três grupos: um mais conservador, outro mais moderado, um terceiro mais progressista. Mas, se a gente fala em termos de engajamento sócio-político, tocando já na fronteira de certas ideologias, a tipologia seria diferente: um grupo mais conservador que somaria de 70 a 80 bispos; um mais progressista que reuniria de 90 a 100; e um último, dos não-alinhados, ora votando com um lado, ora com outro, que seria de 70 a 80. No total, costumam afluir às assembléias da CNBB cerca de 240 bispos. Assim, embora os "progressistas" constituam a maioria, são os não-alinhados que decidem. Nessa perspectiva, sou considerado do bloco dos mais conservadores, embora muitos bispos temam se definir como tal. Eu não. Fiz uma opção e caminho por ela.

VEJA — *O que significa ser um bispo conservador?*

D. LUCIANO — Significa avançar, como dizia São Bernardo, com um olhar para trás e um olhar para a frente. Ou seja: fiel à imutável essência da grande tradição católica, mas, ao mesmo tempo, buscando um rejuvenescimento atualizador que a fará compreendida pelas novas gerações.

VEJA — *De que modo atuam conservadores, não-alinhados e progressistas?*

D. LUCIANO — Os conservadores, geralmente, de maneira tímida. Os não-alinhados, obviamente, seguem seu movimento pendular. Já os progressistas são os mais ativos, desenvoltos. No ano passado, por exemplo, ante a iminência de uma derrota, tentaram por todos os meios adiar a realização da Conferência de Puebla, no México, a pretexto de que o papa João Paulo II acabara de assumir o trono de São Pedro. Mas o próprio papa vetou o adiamento e, em sua fala de abertura da conferência, reafirmou os princípios da tradição católica, desautorizando quaisquer simpatias pelo marxismo e a teologia da libertação. Isso representou uma derrota para os progressistas.

VEJA — *Como eles reagiram a isso?*

D. LUCIANO — De forma muito inteligente. Já em Puebla, um grupo deles preparou em menos de doze horas uma reinterpretação do discurso do papa, tentando dar a entender que a sua primeira parte, sobre Jesus Cristo, não tinha importância; que a segunda, sobre a Igreja, tampouco era essencial; e que a terceira, sobre os direitos humanos, sim, era o coração e a alma de Puebla. Ouvi dizer que um teólogo romano, ao ler o documento progressista, comentou: "Trata-se de algo genial e intelectualmente desonesto". Após a conferência, eles se lançaram à tarefa de desvirtuar o sentido do que lá se decidiu, reinterpretando, no caso, o seu documento final. E, sem dúvida, estão ganhando essa batalha até com a ajuda da cúpula da CNBB, que fez o jogo dos progressistas ao autorizar, no ano passado, a tradução oficial da declaração de Puebla acompanhada de uma introdução que tenta distorcê-la e, portanto, que desorienta o leitor. Mas também nessa questão tenho esperanças de que o papa João Paulo II se esforce para que a Igreja volte ao seu leito natural.

"Não se reinventou o Santo Ofício"

VEJA — *A ofensiva do Vaticano contra teólogos como Hans Küng, Edward Schillebeeckx e Leonardo Boff faria parte desse esforço?*

D. LUCIANO — Em primeiro lugar, não se trata de uma ofensiva — e, isto sim, de uma defensiva. Não a vejo como uma espécie de plano, de estratégia. Parece-me, na verdade, que chegou a hora de a Igreja dizer sim e não ao que é certo e errado do seu ponto de vista. Não estamos diante de uma reabertura ou reinvenção do Santo Ofício. Simplesmente é uma questão de coerência. João Paulo II enfrenta problemas gravíssimos e tem de enfrentá-los. Vivemos agora um momento em que as coisas na Igreja serão chamadas a entrar nos eixos. Por isso, não me surpreenderei se o papa aproveitar sua vinda ao Brasil, este ano, para reafirmar essa linha de pensamento. ●

Duarte

30 APR 1981

Dom Luciano culpa economia pela má saúde do brasileiro

BRASILIA (O GLOBO) — Ao depor ontem na Comissão de Saúde da Câmara, o secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, disse que a desnutrição e a falta de condições de saúde da população de baixa renda do Brasil são conseqüências da atual política econômica, dos problemas sócio -culturais e da questão ecológica.

Observou ele que não há como solucionar o problema da saúde sem a melhoria das condições de higiene, alimentação, habitação, trabalho e lazer. Em sua opinião, é preciso aprimorar o processo de participação politica do povo, para que este aprenda a participar da valorização de sua saúde, reivindicando aos partidos uma melhor atenção para o assunto.

ABORTOS

Dom Luciano acentuou que, atualmente, uma das causas do aborto provocado não é o desvirtuamento moral mas, ao contrário, a alta dificuldade de acolher a vida em uma família pobre. Como conseqüência da atual política econômica, citou ele a desagregação familiar, o aumento do indice de violência nos grandes centros e o crescente número de abortos provocados.

Quanto aos problemas sócio-culturais dom Luciano destacou a falta de educação sanitária nas periferias dos grandes centros e em todas as pequenas cidades no interior do País, assim como a falta de higiene e o desespero no tratamento de doenças contagiosas, quando as próprias pessoas se medicam.

A questão ecológica, apontada também como causa da falta de saúde, foi considerada a menos incidente. Lembrou dom Luciano, entretanto, que na Bahia o mercúrio é encontrado na própria pesca, "ti a poluição dos rios".

Disse ele, ainda: as autoridades poderiam desenvolver quatro grandes serviços com a participação da comunidade: campanha sanitária, ampla divulgação dos métodos naturais para o planejamento familiar, controle do uso de drogas e reeducação para alimentação. Devemos iniciar uma marcha em busca da saúde preventiva, curativa e de iniciativas promocionais que proporcionem a saúde para todos.

Dom Luciano sugeriu à comissão que promova um simpósio sobre métodos naturais para controle da natalidade, dirigido a médicos, para que todos os outros profissionais da área de saúde possam, posteriormente, aprofundar estudos sobre o tema.

CPI sobre a população é instalada no Congresso

A Comissão Parlamentar de Inquérito mista destinada a examinar os problemas relativos ao crescimento populacional brasileiro foi instalada ontem com a eleição do presidente, senador Gilvan Rocha (PP-SC), do vice-presidente, senador Lourival Baptista, (PDS-SE), e do relator, deputado João Alves (PDS-BA).

O deputado Hugo Mardini (PDS-RS), autor da proposta de criação da CPI mista e que seria o relator — tendo renunciado ao projeto alegando falta de tempo para dedicação ao trabalho — disse que a comissão debaterá amplamente o problema por ele considerado "altamente polêmico", do crescimento da população brasileira.

Ele vai sugerir ao relator, João Alves, a convocação para depoimentos não apenas das autoridades ligadas ao assunto — os ministros da Saúde, Waldyr Arcoverde, e da Previdência, Jair Soares — como sociólogos, jornalistas, mulheres do povo e representantes das igrejas, se possível de todos os Estados e Territórios, "para que se tenha, então, ao fim dos trabalhos da CPI mista, uma visão realmente global do problema, bem como suas possíveis soluções".

SIMPÓSIO SOBRE FOME

A Comissão de Agricultura e Politica Rural da Câmara aprovou ontem proposta do seu presidente, deputado Marcus Cunha (PMDB-PE), para realizar, entre agosto e novembro deste ano, um simpósito sobre a fome no Brasil.

O simpósio abrangerá palestras quinzenais, proferidas por um conferencista e dois debatedores, entre eles, o presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (CNA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), CNBB, agroindústrias de alimentos, organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Organização Mundial de Saúde (OMS) e Movimento contra a Carestia.

O objetivo do simpósio é servir como um forum de debates sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais da subnutrição que, segundo Marcus Cunha, atinge cerca de cem milhões de brasileiros.

Aprovada Comissão de Defesa do Consumidor

A Mesa Diretora da Câmara aprovou ontem, por unanimidade, o texto do anteprojeto de criação da Comissão de Defesa do Consumidor. A proposta do presidente da Casa, deputado Nelson Marchezan, deverá agora ser submetida ao plenário, possivelmente na próxima semana.

Diferente das demais comissões técnicas que existem na Câmara, a Comissão de Defesa do Consumidor terá, de acordo com o projeto, poderes para receber e investigar denúncias de atos contrários aos interesses do consumidor.

Falcão/Pe
Teresina

Arcebispo recusa plebiscito sobre divórcio porque lei de Deus não depende do povo

Teresina — O Arcebispo desta Capital, D José Freire Falcão, não aceita a idéia de um plebiscito para decidir se o povo brasileiro quer ou não o divórcio porque — disse — "uma lei de Deus, uma lei fundada na natureza das coisas, não poderá depender da manifestação majoritária de um povo".

Para ele, além disso, "o sufrágio universal não é critério da Verdade", e "a consciência moral de um povo poderá ser facilmente embotada e manipulada pelos meios de comunicação de massa a serviço de interesses de uma minoria, com o desvirtuamento da livre manifestação dos cidadãos".

CAMPANHA NAS MISSAS

Na opinião do Arcebispo de Teresina, o plebiscito proposto pelo projeto do Deputado Nina Ribeira (Arena-RJ) "é inoportuno social e politicamente, por desviar a atenção do povo brasileiro dos problemas fundamentais que dizem respeito à própria Constituição e promoção da família, com dignidade e estabilidade".

Desde o início desta semana os padres da diocese de Teresina fazem pregações, nas missas, contra o divórcio. Dizem que a Igreja "não fará campanha sistemática contra, mas não abre mão do direito de orientar os seus fiéis".

Advogado sugere em Minas recurso a AI-5

Belo Horizonte — O advogado mineiro Antônio Gabriel de Castro, que estuda o problema do divórcio desde os tempos universitários e foi autor de tese sobre o assunto, considera-o remédio que só deve ser aplicado em casos muito especiais, e acha que, para evitar atrito com a Igreja e a desagregação da sociedade, o Governo deveria impedi-lo lançando mão do AI-5.

Ele considera "uma aberração" o fato de a maioria simples do Congresso poder instituí-lo e propôs a formação de uma Constituinte para decidir sobre o assunto. Alegou, ainda, que várias nações que adotaram o divórcio estão procurando dificultá-lo por perceberam o mal que vem fazendo, citando como exemplos União Soviética, Estados Unidos, França e Alemanha.

ENXURRADA

"Jovens despreparados e quase desconhecidos vão se casar com mais rapidez por saberem que podem se divorciar se não se entenderem e os cônjuges que nunca pensaram em divórcio poderão então alimentar a esperança de mudar de companheiro sem que para isso haja uma razão mais forte", disse o advogado.

E acrescentou: "Aprovar o divórcio é como retirar uma pedra de uma barragem. Algum tempo depois a água estará escapando por todos os lados. Poucos anos depois da instituição do divórcio teríamos uma sociedade desagregada, uma enxurrada de filhos sem pais, de casamentos interrompidos, o verdadeiro caos."

FUTURAS GERAÇÕES

Porto Alegre — O Cardeal Vicente Scherer afirmou que a oposição da Igreja ao divórcio "não se inspira somente em motivos de ordem religiosa", mas se justifica pelo bem de futuras gerações "e ainda por exigências da vida de ordem e estabilidade das instituições públicas e sociais. A discussão atual em torno da constituição da família, na realidade, atinge opções que decidem sobre interesses essenciais e o destino da nação".

"Todos nós, de modo particular a representação política do povo, devemos ter a lembrança e a consciência de que as decisões de hoje determinam situações e formas de vida, para o bem ou para o mal, nos dias de amanhã. Se o Parlamento introduzir o divórcio, vá tratando igualmente, e sem demora, das verbas para a construção de asilos, recolhimentos e cadeias para as vítimas certas dos divorciados, os seus filhos, cuja incurável frustração e traumas emocionais, porém, nenhuma medida legal poderá prevenir ou remediar", disse Dom Vicente.

VALORES E IDEAIS

Antes de afirmar que o ambiente social e a publicidade favorável ao divórcio estão destruindo lentamente a própria imagem da família humana, o Cardeal gaúcho lembrou que o desenvolvimento da sociedade, "a convivência em ordem, paz e respeito recíprocos, como também as energias vitais das comunidades cristãs, não dependem apenas, como erradamente afirma o marxismo, de infra-estruturas econômicas, mas muito mais das condições atuais e futuras da família e do fato de ela corporificar, viver e transmitir ou não às novas gerações valores e ideais que determinam os caminhos e a conduta dos povos rumo às grandes metas da existência".

Dom Vicente condenou, a seguir, outros males sociais que são estimulados na atualidade, como "os movimentos de antinatalidade com objetivos econômicos e sociais, particularmente nas classes pobres, supondo-se que do seu meio surgem os assaltantes e criminosos. Não parece boa política. Cumpre elevar o nível geral de vida da família, dar à esposa, ao marido e aos filhos a educação integral de sua personalidade sob o aspecto moral, familiar, profissional e religioso, pois nada disso, via de regra, receberam as classes inferiorizadas". Recomendou a necessidade de "restauração dos valores precisamente da família, à qual o divórcio assenta mais um golpe brutal".

D Ivo condena publicidade que limita liberdade dos meios de comunicação social

Porto Alegre — O secretário-geral da CNBB, D Ivo Lorscheiter, criticou a publicidade que, "na ansia de vender mais", utiliza "imagens provocantes e explora instintos sexuais ou eróticos da população", ou quando com suas grandes verbas "limita ou elimina a liberdade dos veículos de comunicação social, impondo-lhes ou vedando-lhes determinadas posições".

Em palestra semanal da Rádio Medianeira, de Santa Maria, RS, diocese de onde é Bispo, lembrou "os riscos morais da publicidade comercial, que erra quando cria ou intensifica nas massas desejos e gostos artificiais relacionados com produtos desnecessários e supérfluos, gerando uma tonta sociedade de consumo".

LIBERDADE

Após lembrar que a Igreja comemora no próximo domingo o Dia Mundial das Comunicações, D Ivo lembrou que "a propaganda é a alma da indústria e do comércio" e, por isso, "se explicam as enormes quantidades de verbas que a ela se destinam e a fizeram uma completa ciência".

Advertiu que os instrumentos de comunicação social devem "salvaguardar sua liberdade, não sacrificando sua alta missão aos convênios publicitários".

"Todos nos sentimos bombardeados por uma avalancha continua de convites, conselhos e ordens, mas devemos ser criticos, independentes em face de apelos inaceitáveis.

Esse é o grande desafio que a Igreja pretende colocar nas mãos de todos. E que as maravilhas da civilização atual sejam usadas para elevação integral de todos os homens, e não para o lucro de alguns e a degradação de muitos", concluiu D Ivo Lorscheiter.

JB 1/10/77

Fernandes, G

Dom Geraldo rende culto ao equilíbrio

17. Okt. 1977

Curitiba — Mineiro de Contagem, Dom Geraldo Fernandes, de 64 anos de idade, foi sagrado Bispo em janeiro de 1957 para ocupar o recém-criado Bispado de Londrina, até então percencente à Diocese de Jacarezinho, na época dirigida por Dom Geraldo Sigaud. Foi nomeado Arcebispo em 1971, quando a Diocese de Londrina passou à categoria de Arquidiocese.

Em Londrina Dom Geraldo Fernandes é considerado um eclético e, ao mesmo tempo, um controvertido. Há quem diga que ao mesmo tempo em que ele não nega elogios a Dom Helder Camara por suas posições progressistas, é capaz de não admitir em sua Arquidiocese padres com idéias progressistas, havendo até rumores de que ele tenha pedido transferência de religiosos que pregavam essas idéias em Londrina.

Ele próprio diz que procura ser um equilibrado. "Sou muito devoto de Nossa Senhora do Equilíbrio, o que é muito raro hoje em dia numa pessoa. É que não me deixo levar por paixões e por extremos. Na verdade, procuro ficar no meio, não correndo demais com os avançados, nem andando muito devagar com os lentos. Mas também sei parar no momento apropriado".

Na Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), onde é vice-presidente, falam que Dom Geraldo Fernandes representa a ala mais conservadora da Igreja, mas ele nega isso. Primeiro indagando se há alguma ala na Igreja brasileira, e depois dizendo não ser "nem conservador nem adiantado". Diz, ainda, que costuma olhar as coisas com serenidade, "como muitos juristas costumam olhar."

Sarney acha que Igreja está mais democrática

Brasília — O Senador José Sarney (Arena-MA) disse, ontem, que "a Igreja está ficando mais democrática, chegando ao ponto de permitir que um de seus representantes se manifeste contra a orientação oficial da CNBB, que divulgou um manifesto em favor do entendimento como instrumento necessário à normalidade democrática".

O vice-líder arenista se referia à entrevista do Arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes, afirmando que "não acho que o Senador Petrônio Portela esteja tendo insucesso com o diálogo. Afirmou, ainda, que considerava "isolada" a posição do Arcebispo paranaense.

Para o Sr José Sarney "não é possivel que a Igreja se manifeste contra o diálogo no momento em que o presidente do Senado procura ouvir os representantes do clero, com o respaldo do Governo e da Arena, para ampliar as faixas do entendimento".

Fernandes G.

Londrina.

26. Juli 1978

Bispo se surpreende com casais que continuam juntos apesar de nada obrigá-los

O não conhecimento da existência dos tribunais eclesiásticos tem como uma de suas consequências o fato de muitos casais continuarem juntos, apesar de nada obrigá-los a viver unidos ou impedi-los de contrair novas núpcias, admite o Arcebispo de Londrina e vice-presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Dom Geraldo Fernandes.

O religioso canonista, que se encontra desde ontem no Colégio Sagrado Coração de Jesus (Alto da Boa Vista) coordenando um curso de juízes eclesiásticos de todo o país, lembra que, para a Igreja declarar a nulidade (não existência) de um casamento, basta um dos seguintes motivos: falta de consentimento de um dos noivos, falta de forma canônica ou comprovação de qualquer impedimento.

A MAIOR PARTE

Dom Geraldo Fernandes, que preside em nome da CNBB o encontro de juízes, disse não ter dados à mão para dar a conhecer a variedade e maior incidência de processos, mas concedeu que "a quase totalidade" deles é pedido para obter a declaração de nulidade de contratos matrimoniais.

Adiantou no entanto que "a maior parte talvez" daqueles que procuram a Igreja em busca daquela declaração não oferecem as provas necessárias, enquanto que "aqueles que realmente precisam e podiam talvez provar a invalidez do seu casamento" jamais o conseguem, simplesmente porque desconhecem a existência dos tribunais eclesiásticos.

Disse ainda Dom Geraldo que, em sua Arquidiocese, o tribunal conta atualmente apenas quatro processos, "e todos eles com vistas à declaração de nulidade de matrimônio". Em outras áreas, porém, tribunais existem que registram até mais de 150 processos. Além de causas matrimoniais, existem os processos criminais (por exemplo contra os bons costumes ou má administração de bens eclesiásticos), remoções de cargos e questões trabalhistas.

O Arcebispo defende a existência dos tribunais eclesiásticos por motivos práticos e até teológicos, declarando que "qualquer católico, ao querer fazer uma cobrança judicial, melhor é que o faça perante a Igreja do que perante uma instancia civil". Para isto existem os tribunais eclesiásticos: "Para defender os direitos dos cristãos. Lá eles têm a quem recorrer, contra quem quer que seja, até mesmo um simples católico contra o bispo".

O lado teológico foi lembrado quando Dom Geraldo disse que "não basta confessar a nossa fé num Deus bom; é preciso não esquecer que Ele é também um Deus justo; onde não houver justiça, não pode haver caridade".

Não obstante, muitas Dioceses estão ainda desprovidas de seu tribunal. Em contrapartida, com a solidificação e estrutura da CNBB, os interessados ja podem recorrer a qualquer uma das 13 Regionais instaladas no país ou ainda ao tribunal de Campinas (um dos mais bem equipados). Eu, apesar da complexidade e exigências dos processos, "frequentemente eles nada custam ao interessado", garante Dom Geraldo, "já que quase sempre são os mais pobres que recorrem à Justiça da Igreja".

Bispo reclama democracia

19 Aug. 1979

Tiagoso A.

Fortaleza — "Basta de paternalismo, basta de ditadura", é o que diz o Bispo de Crateús — no Sudoeste do Ceará, D Antonio Fragoso, no prefácio do livro *Itinerário da Violência*, de autoria do Deputado Paes de Andrade (MDB-CE), lançado ontem, no plenário da Assembléia Legislativa, cujas galerias estavam repletas de estudantes, populares e políticos.

O Senador Marcos Freire (MDB-PE) fez a apresentação do livro, ressaltando a luta do autor pela redemocratização do país e citando-o como um exemplo de bom político. Ao lançamento, promovido pelo Comitê de Imprensa da Assembléia, compareceram, também, os Deputados emedebistas Freitas Nobre, Fernando Lyra, Jarbas Vasconcelos e Sérgio Murilo, além de representantes dos Comitês de Imprensa da Camara dos Deputados e do Senado Federal.

Ao prefaciar *Itinerário da Violência*, D Antônio Fragoso afirma que a democracia "será, de fato, aquela que democratiza as oportunidades, dando prioridades aos explorados e marginalizados".

1-10-80

Lokal

Bei der „Frühschicht“ ging‘s brasilianisch zu

Dom Fragoso auf Stippvisite in Nienberge

Diocese Crateus

-mh- Münster-Nienberge (Eig. Ber.). Brasilianische Atmosphäre herrschte in den vergangenen beiden Tagen zeitweise in Nienberge: Dom Fragoso, Bischof der Diözese Crateus im Nordosten Brasiliens, war bei der St.-Sebastian-Kirchengemeinde zu Gast. Am Montagabend fand eine offene Gesprächs- und Begegnungsrunde statt und gestern früh um sechs Uhr zelebrierte Dom Fragoso zusammen mit Pater Geraldo und Pastor Waltermann die Frühschicht in der St.-Sebastian-Kirche.

Dom Fragoso – der nun schon das dritte Mal die Nienberger Gemeinde besuchte – kam diesmal direkt aus Rom, wo die Bischöfe aus dem gesamten Nordosten Brasiliens tagten. Bevor er zurück nach Crateus fuhr, wollte er aber noch Pater Geraldo, der seit drei Monaten in Nienberge lebt, und die Pfarrgemeinde besuchte. Diese kurze Stippvisite sollte den Kontakt und die Beziehungen zwischen der brasilianischen Diözese und Pfarrgemeinde auffrischen und vertiefen. Auch das Verständnis und den Zusammenhalt der Kirchen untereinander wollte Dom Fragoso intensivieren, was ihm sicherlich auch gelungen ist.

Am Montag nämlich wurden in der Gesprächs- und Begegnungsrunde im Pfarr- und Jugendzentrum, an der rund 50 Nienberger teilnahmen, sowohl weltliche als auch theologische Themen besprochen. So kam unter anderem der Besuch des Papstes in Brasilien zur Sprache, den Dom Fragoso sehr positiv beurteilte. Er erwähnte, daß der Papst besonders zu den Rechten der Indios Stellung genommen habe und daß die Basisgemeinden sich durch den Besuch in ihrer Arbeit bestärkt gefühlt hätten. Inhalt der Diskussion waren auch die sogenannten Basisgemeinden – wie sie entstehen, ihr Verhältnis zu den herkömmlichen Gemeinden –, die Umstrukturierung der Kirche und die Probleme Brasiliens in der Rolle eines Industrialisierungsstaates in der Dritten Welt. Dr. Goldstein aus Worphausen hatte die Übersetzung übernommen, so daß eine „fließende“ Diskussion stattfinden konnte.

Gestern morgen nun zelebrierte Dom Fragoso zusammen mit dem brasilianischen Pater Geraldo und Pastor Waltermann die Frühschicht. Rund 120 Nienberger – Kinder, Jugendliche und Erwachsene – waren in die St.-Sebastian-Kirche gekommen. Die Eucharistiefeier stand unter dem Motto „Das Verständnis unter den Kirchen von Nienberge und Crateus“.

Einige Jugendliche aus der Kirchengemeinde hatten ein brasilianisches Lied mit Gitarre, Flöte und Schlaginstrumenten einstudiert, das Pater Geraldo den Nienbergern einmal vorsang. Dieses Lied, mit einer einprägsamen und fröhlichen Melodie, soll – so Pastor Waltermann – auch Bestandteil des Liederbuches für die Kinder- und Jugendmessen werden. Nach dem Gottesdienst begann dann im Pfarr- und Jugendzentrum ein gemeinsames Kaffeetrinken, bei dem die Kontakte zu Dom Fragoso noch vertieft wurden.

Am Nachmittag schließlich zeigte Pastor Waltermann Dom Fragoso zwei Bauernhöfe in Nienberge. Diese Besichtigungen trugen ebenfalls sehr zum gegenseitigen Verstehen bei. In der Diözese Crateus lebt überwiegend Landbevölkerung – zum Teil in ärmsten Verhältnissen. Durch den Besuch von Dom Fragoso wurde sicherlich der Kontakt zwischen den beiden Ländern noch mehr intensiviert – denn der Bischof will von seinen Eindrücken der brasilianischen Bevölkerung berichten.

Bei dem gemeinsamen Kaffeetrinken, das gestern morgen nach der Frühschicht im Pfarr-und Jugendzentrum stattfand, konnten die Kontakte zu dem brasilianischen Bischof Dom Fragoso noch vertieft werden. Foto: -mh-

Bispo diz que capitalismo explora o povo

Jornal da Bahia 14.10.82

PARIS — O bispo de Crateus, Dom Fragoso, afirmou ontem em Paris que a prática política é inseparável da fé religiosa, sustentando que, no seu entender, o inimigo do povo brasileiro "não é o maxismo, mas o capitalismo que o explora".

Ao manter reunião com jornalistas especializados em assuntos religiosos, Dom Fragoso, que se encontra em Paris depois de percorrer a Ásia, pronunciou-se a favor de "uma sociedade alternativa e fraternal" e criticou duramente os setores que monopolizam "o ter, o poder e o saber".

Depois de fazer um histórico das mudanças ocorridas na Igreja Brasileira após a conferência de Medellin, Colômbia, em 1968, o prelado disse que para o cristão existem dois espaços, o eclesial e o político, "fato que rege nossa pedagogia pastoral".

Sobre a forma como Roma recebe os posicionamento da Igreja Brasileira Dom Fragoso respondeu: "Não sou vaticanólogo, o Papa é meu bispo e meu irmão, tem um carisma especial, mas não recebe a revelação do Espírito Santo a respeito de situações concretas".

A respeito da condenação da chamada "Igreja Popular" da Nicarágua pelo Papa João Paulo II em junho passado, o bispo disse que "essa Igreja não existe, é um fantasma", o que o levou a interrogar-se sobre quem informa o Sumo Pontífice, e como.

Membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o prelado nordestino é um tenaz partidário das comunidades eclesiais de base. Ele reflete um tipo de sensibilidade religiosa que desperta grade interesse na França, mas cujas prioridades não são sempre compreendidas ou compartilhadas.

Durante os últimos tempos, a França recebeu a visita do presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter; do bispo de Nova Iguaçu, Adriano Hypolito; e para a próxima semana é aguardado o bispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara.

RIO — O bispo de Campos, Dom Carlos Alberto Navarro, reafirmou que a partir do dia 25, punirá gradativamente os 25 padres tradicionalistas de sua Diocese que se recusam a acatar as normas do Concílio Vaticano II. As punições, dentro do código de Direito Canônico, vão desde a exortação pública, a perda do cargo, pelos sacerdotes tradicionalistas.

Dom Carlos Alberto Navarro falou após a missa pelo dia de Nossa Senhora Aparecida, na Catedral local, quando frisou que o problema dos padres tradicionalistas não é com ele mas com o Vaticano, que contestam. Durante a missa, pediu aos fiéis serenidade, compreensão para este momento decisivo porque passa a Igreja no Norte do Estado do Rio de Janeiro.

Dia 25 termina o prazo total de sessenta dias que o bispo concedeu para que os padres tradicionalistas passem a rezar missa de acordo com o missal de Paulo VI e não mais, como vêm fazendo, pelo ritual de Pio XI. Extra-oficialmente comenta-se que eles se negaram a acatar a ordem. Segundo o bispo Dom Carlos Alberto Navarro, não haverá problemas se os 25 padres forem afastados das suas igrejas: Deus dará um jeito, afirmou.

Dom Fragoso
Crateus

Giambelli
(Guamá)

Dom Miguel Maria Giambelli afirmou ter permanecido durante uma semana em retiro espiritual antes de sua ordenação como o primeiro bispo da recém-criada Diocese do Guamá, pedindo a orientação do Espírito Santo em seus propósitos na sua nova função hierárquica dentro da igreja Católica.

Um de seus propósitos, reportando-se a Puebla, é a solução da crise vocacional, e o funcionamento do Seminário Diocesano, criando assim o clero diocesano, já que as paróquias sob a jurisdição de sua Diocese funcionam graças à atuação dos padres barnabitas.

Referindo-se à crise vocacional, Dom Miguel Giambelli teceu críticas aos meios de comunicação, que estão impregnando a população com informaçoes materialistas, incentivando o povo mais ao consumismo que à vida espiritual.

Sempre voltado para o documento elaborado pelos bispos em Puebla, o novo bispo fez questão de ressaltar seu propósito de agir junto aos pobres e desamparados, tentando juntar seus esforços na correção das injustiças sociais, apoiando desta maneira a atuação dos bispos latino-americanos no continente.

Dizendo ser tarefa difícil tentar traduzir as profundas emoções causadas pela sua eleição pelo Papa João Paulo II para liderar uma diocese que congrega grande número de fiéis espalhados por diversos municípios. Dom Miguel Giambelli, há trinta e cinco anos no Brasil, viveu 29 anos atendendo aos fiéis da atual Diocese que comanda, conhecendo portanto o campo de trabalho que lhe foi confiado pela Santa Sé.

Para alguns observadores, a tarefa do novo bispo é das mais espinhosas, visto que em sua Diocese existem sérios focos de conflitos fundiários, como é o caso da comunidade de Santa Luzia, e sua atuação na área muito poderá contribuir para a solução destes conflitos e a correção das injustiças sociais que afetam centenas de lavradores da região.

sagração de dom Giambelli

A comunidade católica de Bragança viveu ontem um de seus dias mais significativos, com a elevação da antiga Prelazia do Guamá a Diocese, e a sagração de seu primeiro bispo residencial, Dom Miguel Maria Giambelli, pelo núncio apostólico no Brasil, Dom Carmine Rocco.

Os dois importantes atos religiosos foram assistidos por uma multidão calculada em aproximadamente oito mil pessoas, vindas das diversas paróquias pertencentes à agora Diocese do Guamá. Desde as primeiras horas da manhã a cidade se viu invadida por caravanas de ônibus, caminhões e carros, numa procissão de fé que mostrou a importância do acontecimento para a comunidade católica da região.

A cerimônia foi assistida por diversos bispos e padres do Pará e outros Estados, e contou com a presença do governador Alacid Nunes e senhora, do vice-governador Gerson Peres, do senador Aloysio Chaves, além de outros políticos e personalidades da vida pública paraense.

TRADIÇÃO RELIGIOSA

Para muitos dos religiosos presentes, as solenidades de ontem em Bragança constituíram um espetáculo que hoje em dia dificilmente se vê em outras regiões, pelo valor das tradições resguardadas pelos fiéis da nova Diocese.

O novo bispo deixou a catedral de Bragança ladeado pelos religiosos presentes, dirigindo-se em procissão até o ginásio da cidade, onde foram celebrados os atos, e onde já era aguardado pela multidão que se comprimia para assistir ao espetáculo, esperado ansiosamente pela população.

Dentro do ginásio, a multidão se dividia conforme as paróquias que representavam, e a entrada da procissão foi longamente aclamada por todos. Todos estampavam a emoção do momento, tão importante para a populosa região que compõe a nova Diocese.

A cerimônia litúrgica foi celebrada pelo núncio apostólico, e concelebrada pelo arcebispo metropolitano de Belém, Dom Alberto Ramos, e pelo bispo de Bragança Paulista, Dom Antonio Pedro Misiara, juntamente com os bispos Dom Aristides Pirovano, da colônia de Marituba, Dom Tadeu Prost, bispo auxiliar de Belém, Dom Guido Casulo, bispo de Cândido Mendes, no Maranhão e Dom Alquilio Alvarez, bispo de Soure.

Após a saudação pelo celebrante, Dom Carmine Rocco, o Rito Penitencial e a Liturgia da Palavra, o núncio apostólico deu início à instalação da nova Diocese do Guamá, ordenando a leitura do decreto do representante da Santa Sé no Brasil, à falta da bula papal, que não chegou a tempo para ser lida durante a cerimônia. Pelo decreto, Dom Carmine Rocco, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Vaticano, constituiu a nova Diocese.

SAGRAÇÃO

Já instalada a Diocese do Guamá com sede em Bragança, Dom Carmine Rocco deu início à cerimônia de sagração de Dom Miguel Maria Giambelli. Obedecendo o ritual católico, inicialmente foi invocada a proteção Espírito Santo sobre o eleito, seguido do pedido de ordenação e da leitura do decreto.

Neste instante, o núncio apostólico fez a exortação sobre a missão do bispo, lembrando ser o mesmo um servo dos servos do Senhor, mais do que uma autoridade, um dos herdeiros da missão confiada por Jesus Cristo aos Apóstolos. Lembrando a próxima visita do Papa João Paulo II ao Brasil, Dom Carmine Rocco citou a humildade necessária ao Sumo Pontífice como um exemplo a ser seguido pelos pastores.

De acordo com o costume dos Santos Padres, o bispo escolhido foi interrogado diante do povo quanto à sua fé e sua missão, afirmando seu propósito de anunciar o evangelho com fidelidade e perseverança, conservar em sua pureza e integridade o tesouro da fé, edificar a Igreja, corpo de Cristo, e permanecer na sua unidade com o colégio dos bispos, obedecer fielmente ao Papa, cuidar do povo de Deus com amor de pai e dirigí-lo no caminho da salvação, mostrar-se afável e misericordioso para com os pobres e peregrinos e todos os necessitados, orar incessantemente pelo povo de Deus e desempenhar com fidelidade a missão do Sumo Sacerdócio.

Prostrando-se num gesto de humildade, Dom Miguel Giambelli ouviu a invocação a todos os Santos pelo seu apostolado. Depois, foi feita a imposição das mãos sobre o eleito pelo Bispo sagrante, e pelos demais bispos presentes, que lhe transmitiram assim os poderes e a plenitude sacerdotal.

Pronunciando a bênção da consagração, Dom Carmine Rocco procedeu à imposição do Evangelho sobre a cabeça do novo bispo. Com a bênção consagratória, o novo bispo foi longamente aplaudido pelos fiéis que lotavam o ginásio. A seguir, obedecendo os rituais da Igreja, o novo bispo teve a cabeça ungida com óleo, repetindo um gesto ordenado por Deus no Velho Testamento e repetido até nossos dias pela Igreja moderna.

Para obedecer à orientação de Cristo, que mandou que seus apóstolos pregassem o Evangelho, Dom Miguel recebeu o livro dos Evangelhos que deverá pregar. Como símbolo da fidelidade com que deverá servir à Igreja, Dom Carmine Rocco fez a entrega dos anéis, e como símbolo do poder episcopal e do serviço pastoral na Igreja, o novo bispo recebeu a mitra e o báculo das mãos do núncio apostólico.

Terminada a cerimônia de ordenação, Dom Miguel Giambelli recebeu o abraço de todos os bispos presentes, e dos párocos da nova Diocese, recebendo, em seguida, presentes dos representantes das paróquias de sua Diocese.

Terminado o rito de sagração episcopal, a cerimônia prosseguiu com a liturgia eucarística, após o que, Dom Miguel Maria Giambelli desceu entre a multidão, abençoando a todos. A cerimônia foi encerrada com a locução de Dom Miguel, a oração e bênção do novo bispo, e a oração e benção do bispo sagrante, Dom Carmine Rocco.

Uma manifestação religiosa que ficará marcada na história de Bragança, agora alçada à condição de sede de uma nova Diocese, com uma área de atuação que agrega alguns dos municípios de maior densidade demográfica do Estado.

Emoções e lágrimas na sagração de dom Giambelli

Pará
15 Jun 1980

Oito mil pessoas estiveram presentes durante a cerimônia de sagração do primeiro bispo diocesano do Guamá, com sede em Bragança, monsenhor Miguel Maria Giambelli, no último dia 15 de junho na quadra de esportes do Instituto Santa Terezinha.

Estiveram presentes ao ato todos os membros das 17 paróquias que compõe a nova Diocese, uma das maiores da Amazônia, e autoridades em geral, tendo à frente o governador Alacid Nunes e o vice-governador, Gerson Peres, além do prefeito de Bragança, Emílio Ramos.

A ORDENAÇÃO

Tomado pela emoção, monsenhor Giambelli, que há três anos vinha desempenhando as funções de administrador apostólico da ainda prelasia, recebeu a sagração episcopal iniciada com a invocação ao Espírito Santo, cujo nome conta do Brazão do novo Bispo "In Spiritu Sancto", afixado sobre o altar onde a cerimônia foi realizada.

Prostado ao chão, D. Miguel Maria Giambelli passa por um dos momentos mais emocionantes da cerimônia, levando às lagrimas não somente o novo bispo, mas também o enorme público que lotava a quadra de esportes do Instituto Santa Terezinha.

Após a imposição do Evangelho sobre sua cabeça e o pronunciamento da bênção de consagração, D. Miguel já era bispo e nesse momento, apenas uma demorada salva de palmas era ouvida pelos presentes, enquanto o coral entoava novos cânticos.

Em seguida foi organizada a entrega de presentes ao novo bispo, já que muitos representantes de paróquias do interior de Bragança, e de outras mais distantes como Irituia, Paragominas, Ourém e até da Paróquia de Nazaré, em Belém, haviam levado presentes. Túnicas, estolas, hábitos do diário e de cerimônias, flores, sobrepeliz, etc. O anel foi presente do casal Afonso (Maria) Freire da Paróquia de Nazaré.

Presidiu a sagração o Núncio Apostólico da Santa Sé no Brasil, Dom Carmine Rocco, que chegara a Bragança na noite anterior à sagração; o bispo de Bragança Paulista, Dom Antonio Pedro Misiará e do arcebispo metropolitano de Belém, Dom Alberto Gaudêncio Ramos. Outros bispos também estiveram presentes: Dom Tadeu Prost, auxiliar de Belém; Dom Aristides Prióvano, resignatário de Macapá e atualmente coordenador da Pastoral dos Hansenianos em Marituba; Dom Frei Aquilio Alvarez, prelado do Marajó, com sede em Soure.

REINICIO DA MISSA

Após a sagração, Dom Alberto cedeu seu lugar ao novo bispo que conduziu a Santa Missa até seu final, ajudado por Dom Carmine Rocco e Dom Alberto Pedro Misiará. A comunhão foi feita por padres provenientes dos mais diversos lugares que distribuiam-na pelas arquibancadas e no centro da quadra, a fim de evitar maiores tumultos entre os fiéis.

Finda a comunhão e os ritos complementares, houve a alocução e bênção do novo bispo, seguida da bênção do Núncio Apostólico e de todos os demais bispos presentes.

Ao final da cerimônia, todos foram recepcionados com um banquete no Sítio as Missionárias de Santa Terezinha, próximo à cidade de Bragança, oferecido pela prefeitura local.

Bispo sugere que antes de criticar as pessoas deviam conhecer a ação da Igreja

08. Dez. 1977

Rio Branco — "Como a Igreja procura estar informada sobre a política agrária do país e sobre o que se passa no meio rural, as pessoas que criticam suas posições e atuação junto aos trabalhadores deveriam estar também melhor informadas sobre os documentos oficiais da Igreja e de sua ação pastoral. Talvez não se surpreendessem tanto ou não fizessem acusações ingênuas ou maldosas sobre o trabalho dos bispos, padres e agentes pastorais".

A afirmação é do presidente da Comissão Pastoral da Terra e Bispo da Prelazia do Acre e Purus, D Moacyr Grechi. Segundo ele, a Comissão e o Conselho Indigenista Missionário "são dois organismos, como tantos outros ligados à CNBB, que se provocam maiores controvérsias é porque atuam em setores nos quais reconhecidamente os problemas emergem com maior gravidade".

Grechi, M.
(Acre & Purus)

MOTIVOS

Segundo D Moacyr, quando alguns de seus membros "tomam uma atitude mais firme ou fazem declarações mais contundentes não é porque existe intenção ou orientação deliberada de tumultuar ou contestar gratuitamente, mas sim devido às situações: invasões de áreas indígenas, expulsão de posseiros, omissão de órgãos públicos, etc."

"As pessoas ou representantes de entidades atingidas" — acrescenta D Moacyr — "ao invés de apurarem os fatos e corrigi-los, acham, às vezes, mais fácil replicar com acusações simplistas, estigmatizando certos elementos da Igreja que atuam nessas áreas de conflitos e que, por dever de consciência e por fidelidade ao Evangelho, não se podem omitir ou calar diante das injustiças".

Gurgel, Itabira - MG

25. Mai 1977 JB

D Mário Gurgel afirma ser grave desrespeito ao Papa quando bispo julga outros

Belo Horizonte — "Se um bispo julga outro, está agindo em desrespeito à autoridade do Santo Padre", que "tem de Cristo o poder supremo", e "lançar acusações pelos jornais, especialmente quando, como no caso, ridículas e infundadas, torna mais grave a atitude, pois não obedece as normas do Evangelho, infringindo gravemente a caridade e a justiça".

Estas são afirmações do Bispo de Itabira, D Mário Gurgel, divulgadas no boletim da diocese sob o título *Esclarecimento*. Na nota não há referência explícita a nomes, datas ou locais, mas fica claro que o prelado trata das denúncias de D Geraldo Sigaud aos Bispos Tomás Balduíno e Pedro Casaldáliga.

DENCIAS

É a seguinte a nota publicada no boletim **Diocese de Itabira**:

No intuito de esclarecer os fiéis desta diocese, bastante desorientados perante as acusações de um bispo do Brasil a outros bispos brasileiros, que ele acusa de "comunistas", sentimo-nos na obrigação de dar os seguintes esclarecimentos":

1 — Mesmo na mais completa fidelidade à fé, podem os bispos ter opiniões diversas sobre a maneira de realizar concretamente essa fé. Uns são mais apegados ao passado; outros, mais desejosos de uma renovação. Ambas as tendências são válidas, quando não se tornam exclusivas. Da complementação de ambas surge a verdadeira e ideal sujeição da Igreja "sempre antiga e sempre nova".

2 — Cada bispo está sujeito diretamente ao Santo Padre, o Papa, cabeça da Igreja, e só pelo Papa pode ser julgado. Nem outro bispo, nem muito menos a autoridade civil tem poder para julgar suas atitudes como bispo, e, por isso, o Canon 2 431, do Código do Direito Canônico, lança excomunhão em quem citar ao juiz civil um bispo.

3 — Feitos esses esclarecimentos, chegamos às seguintes conclusões: a) Se um bispo julga outro, está agindo em desrespeito à autoridade do Santo Padre, único que, como chefe da Igreja universal, tem de Cristo o poder supremo; b) lançar acusações pelos jornais, especialmente quando, como no caso, ridículas e infundadas, torna mais grave a atitude, pois não obedece às normas do Evangelho, infringindo gravemente a caridade e a justiça; c) o escândalo que tal atitude causa nada coopera para firmar a unidade da Igreja desejada por Cristo quando pedia ao Pai: "Que seja um como nós somos um".

4 — Concluindo, apelamos aos fiéis para que não se deixem levar por notícias de jornais, interessados em aumentar o escândalo, e para que rezem, a fim de que o Espírito Santo esclareça as mentes e una os corações, em meio às dificuldades pelas quais a Igreja tem de avançar em sua purificação. (a) D Mario Teixeira Gurgel, SDS".

Arcebispo mostra como se evitar o comunismo

Belo Horizonte — "Não haveria comunismo se a gente tivesse tentado viver como verdadeiros cristãos", afirma o Arcebispo desta Capital, D João Resende Costa, em Mensagem Pastoral divulgada no boletim desta semana da arquidiocese.

"A presença dos cristãos" — diz ele — "deve levar o mundo inteiro a encontrar os caminhos da verdade e da bondade". Adverte ainda que "a melhor maneira de combater o comunismo não é maldizê-lo e agredi-lo".

Para D João Resende Costa, o único modo eficaz de combater o comunismo "é implantar os critérios do Evangelho no mundo do dinheiro, da propriedade, do trabalho, das finanças e da economia".

O Arcebispo lembrou ainda que "os cristãos não devem apenas pedir o "pão nosso de cada dia", mas viver de tal modo que não dificultem a ninguém conseguir o "seu pão" e que consigam, pela sua sensibilidade para com os problemas da Justiça, ajudar a fazer chegar a cada casa o "pão de cada dia".

05. Sep. 1976 77

Gurgel.

Itabira, MG

Bispo em Minas tira casa e funções de padre-candidato

Itabira, MG — O Bispo desta Diocese, D Mário Teixeira Gurgel, destituí de suas funções o vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Saúde — a mais importante da cidade — Padre Joaquim Santana de Castro, e o despejou da residência oficial, numa ação em que foi acompanhada de 11 outros padres, porque o vigário desobedeceu à sua proibição e se candidatou a Prefeito pela Arena municipal.

Padre Joaquim Santana já foi Prefeito de Itabira, entre 1971 e 1973, sendo hoje considerado o único nome com que a Arena local poderá vencer o MDB nas eleições de novembro. Para o Sr João Alvarenga, do Diretório arenista, "o que fizeram com Padre Joaquim, antes de ser um ato de violência, foi verdadeiramente a utilização do poder da Igreja como instrumento político".

Razões pessoais

Depois de viajar, sexta-feira, pela manhã, de Itabira — cidade de 56 mil habitantes a 108 quilômetros de Belo Horizonte — para a localidade de Marliéria, onde reside sua família, o ex-vigário da Nossa Senhora da Saúde decidiu mandar imprimir um manifesto, que à tarde foi distribuído entre seus paroquianos e eleitores de Itabira. Diz que "de novo venho oferecer a Itabira a minha colaboração, se o povo me quiser para Prefeito".

"Esclareço que não deixei e nem deixarei de ser padre; durante este período, a Igreja não quer que eu fique dirigindo uma paróquia; respeito e peço que respeitem essa decisão eclesiástica; agora, disponho de tempo integral para cuidar do povo e só lamento uma coisa: depois de sugar minhas energias durante 15 anos de sacerdócio, de vida paroquial, a Igreja não me deixa celebrar na paróquia minhas bodas de prata sacerdotais, no próximo dia 2 de dezembro. Por isso, eleitor amigo, venho pedir a você: Dê-me, com seu voto, o presente que a Igreja me negou."

Razões eclesiásticas

O Bispo D Mário Gurgel explicou que seu comportamento foi orientado pelo Canon 139, Parágrafo 2, do Direito Canônico, que proíbe clérigos de se candidatarem a cargos eletivos que incluam administração civil.

— O Papa Paulo VI, no documento *Episcoporum Uneribus* proíbe a candidatura e transfere aos Bispos a responsabilidade de evitar isso. Entendo que os padres não devem participar de lutas políticas, as quais, pela sua própria natureza, dividem a comunidade. A função da Igreja e de seus pastores é formar a consciência cristã do povo e daqueles que se apresentam como seus candidatos.

Acrescentou que o Padre Joaquim Santana, caso insista em continuar candidato, estará desobedecendo gravemente a uma lei da Igreja e não poderá continuar exercendo suas funções sacerdotais. D Mário Gurgel retirou do Padre Joaquim as funções de vigário episcopal e de pároco de Nossa Senhora da Saúde, nomeando para substituí-lo o Padre José Casemiro, da Cidade de Ferros, o mesmo que, há anos, escandalizou meios católicos, ao colocar na Igreja-matriz de Ferros um mural da pintora Iara Tupinambá, mostrando Adão e Eva nus.

Não suspendi as ordens do Padre Joaquim para que a população não entendesse que se tratavam de divergências pessoais. A Nunciatura Apostólica informou que o Padre não foi liberado pelo Vaticano para se candidatar".

A diocese de Itabira tem 44 paróquias e 38 padres. Além do Padre Joaquim Santana de Castro, outro sacerdote que já se candidatou a prefeito foi o Padre Henriques de Albuquerque, da Cidade de João Monlevade. "A diferença é que Padre Antônio Henriques foi há quatro anos e meio dispensado das ordens e pode até casar-se, se quiser; entendo que um padre não deveria continuar usando o título conferido pela Igreja se quiser ser candidato", diz D Gurgel.

D Mário, que está em Itabira há cinco anos, transferiu o seu título de eleitor de Fortaleza para aquela cidade e diz que só fez isso porque não poderá ir a seu antigo domicílio eleitoral, para votar ou justificar sua ausência. "Não gosto de atividades políticas e considero que se o Padre Joaquim não tivesse colocado as atividades políticas acima do ministério divino, as coisas estariam melhores para todos".

O clima em Itabira é de calma, em meio às naturais divergências entre Arena e MDB. Quando Padre Joaquim Santana foi expulso da casa paroquial, na tarde de quinta-feira, houve grande comoção na cidade. O ex-pároco de Nossa Senhora da Saúde viajou imediatamente para sua terra natal, a fim de relatar a situação a sua mãe e evitar que ela receba informações distorcidas sobre o que aconteceu. Depois de despejado, o Padre passou a morar com seu irmão, Sr Manuel de Castro.

25. April 1979

IGREJA

Uma manobra contra o clero progressista?

Núncio nomeia bispo de Conceição à revelia da CNBB

Estaria sendo realizada uma hábil manobra para desarticular a chamada igreja progressista na Amazônia, ou ao menos para desestimular as profundas investidas que ela vem realizando no perigoso terreno sócio-político? A dúvida começou a habitar a cabeça de vários religiosos e agentes pastorais da região a partir do momento em que a vaga aberta na prelazia de Conceição do Araguaia, no conturbado Sul do Pará, foi preenchida não por um dominicano (a ordem que administra essa prelazia há vários anos), mas por um redentorista, o conservador irlandês Patrick Joseph, oriundo de Fortaleza.

A Regional Norte II da CNBB havia encaminhado ao núncio apostólico uma lista de três nomes, encabeçada pelo vigário-geral da prelazia, frei Manuel, dedicado auxiliar do bispo Estevão Cardoso Avelar até ele ser transferido às pressas para Uberlândia, depois de indiciado em IPM como co-autor e inspirador intelectual de uma revolta de posseiros. O núncio Carmine Rocco, porém, esqueceu as três indicações da CNBB e fez do padre Joseph o novo bispo de Conceição do Araguaia, uma das áreas de maior tensão social na Amazônia devido aos conflitos pela posse de terra.

Os dominicanos de Conceição e os bispos das prelazias vizinhas, todas no Araguaia (Marabá, Goiás Velho e São Félix do Araguaia – Alano Pena, Tomás Balduíno, Pedro Casaldáliga, respectivamente), concentraram suas críticas menos na figura do bispo recém-nomeado ("Nem o conheço", disse dom Alano) do que nos critérios adotados para o preenchimento do cargo. "O núncio simplesmente ignorou a posição da Regional da CNBB e escolheu quem quis", diz dom Alano. Dom Alano é dos que consideram desnecessária a existência dos núncios, defendendo um entendimento direto do Vaticano com as conferências episcopais.

Outros religiosos acham que a substituição do progressista Estevão Cardoso Avelar pelo conservador Patrick Joseph é a primeira medida no sentido de "desarticular" as prelazias do Araguaia, onde a presença da Igreja, principalmente através das comunidades eclesiais de base, é marcante.

No vale do Araguaia desenvolveu-se um núcleo guerrilheiro e existem dezenas de áreas de litígio fundiário. Nessa região se localizam reservas indígenas, a serra dos Carajás com suas 18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alta qualidade, manganês, cassiterita, cobre, ouro, muito mogno e a esmagadora maioria dos 3.300 projetos agropecuários aprovados pela Sudam, além de muitas outras fazendas não-beneficiadas por incentivos fiscais, mas com financiamento de bancos oficiais.

Presença no vale. A principal ação pastoral da Igreja nesse vale tem-se dirigido para os problemas de terra, em defesa dos posseiros, colonos, pequenos proprietários e índios, e contra os grandes grupos econômicos. A princípio acreditando na incapacidade dos órgãos do governo, aos quais encaminhava os lavradores que a procuravam, a Igreja foi descrendo dessa medição e hoje assume cada vez mais posições diretas e frontais – contra os grandes proprietários e o governo.

O desenvolvimento de ações guerrilheiras no Araguaia paraense permitiu ao Exército agir com toda a força nessa área, mas, mesmo com o extermínio dos grupos guerrilheiros a presença militar não desapareceu. Informantes e outras pessoas da região que auxiliaram as forças militares receberam um lote de terra e toda a proteção institucional do governo, coordenada por uma figura misteriosa e eficiente, um homem jovem, de estatura mediana, que se autodenomina "doutor Cúrio", mas já é conhecido como major Luchini.

Dom Alano (à esq.): irritado com dom Carmine, o núncio, uma figura "desnecessária"

Visitando periodicamente esses lavradores, ajudando-os com remédios e alimentos, distribuindo brinquedos e bombons, levando-lhes assistência oficial e, segundo a Igreja, intimidando-os, o "doutor Cúrio" conseguiu formar núcleos rurais absolutamente sob seu controle. Seria a maneira de evitar a disseminação das comunidades eclesiais de base e, por via dela, a "doutrinação subversiva" dos padres e agentes pastorais, criando uma colonização oficial, mas paralela.

Os estrangeiros. A suspeição do governo – e particularmente das autoridades militares – sempre se concentrou nos padres estrangeiros (espanhóis e franceses) do clero do Araguaia. Eles trariam consigo tradições políticas de seus países e procurariam infiltrá-las no explosivo território amazônico. Em oposição a esse tipo de Igreja, considerada notoriamente subversiva, já que orientada pela "teologia de libertação", o governo contrapunha como exemplo a ação missionária no alto e médio Amazonas, particularmente nos vales dos rios Negro e Tapajós.

Embora também formada majoritariamente por estrangeiros – italianos salesianos e norte-americanos franciscanos –, seriam prelazias mais harmonizadas com o que o governo considera a verdadeira teologia: ajudar materialmente as pessoas, mas cuidar sobretudo de sua alma. No rio Negro, velhos e calejados missionários procuram transformar os índios em caboclos e estes em cidadãos, contando para isso com todo o apoio da FAB. E no Tapajós prevalece uma ação assistencialista, de qualquer modo muito à feição tradicional.

P.F.L.

furtos, vão se envolver em mais de 1.500 ocorrências relativas a tóxicos e vão estar envolvidos direta ou indiretamente em mais de 400 crimes de morte.

Números que mostram a falência do esquema vigente para recuperá-los e a necessidade imediata de rever todo o tratamento que eles recebem nas chamadas unidades assistenciais da FEBEM, à base da repressão comandada por funcionários despreparados. E não é só isso: nos últimos quatro anos, pelas unidades da FEBEM e entidades a ela ligadas no Estado, passaram 255 mil menores com problemas sociais, num regime incessante de vaivém, o que também comprova que a estrutura em que está montado o sistema considerado de "recuperação" não funciona e serve apenas para dar satisfações à sociedade inquieta com a escalada da violência. Ali mesmo os meninos se enchem de recalques e frustrações, e a repressão de funcionários despreparados os estimula à marginalidade, ao revanchismo e ao aumento da violência.

Hummes, Cláudio

11. Okt. 1977

Bispo crê em força de cristãos

São Paulo — O Bispo Diocesano de Santo André, D Cláudio Hummes, em mensagem divulgada ontem, durante a missa de abertura da Semana da Família, disse que "embora ninguém consiga mudar sozinho o mundo, os cristãos, unidos como um povo, o povo de Deus, que compreende e assume sua missão histórica, podem tornar-se a força transformadora das atuais estruturas tão pouco humanas e tão discriminatórias de nosso mundo".

Afirmou também que "as atuais estruturas levam ao esgotamento físico e às doenças, deixando o homem sem treinamento eficaz, um retrato da grave condição das famílias de nossa gente trabalhadora, que entretanto, é a principal criadora do progresso material da sociedade".

Denunciou que "diversas outras injustiças afligem o trabalhador: As preciosas e cansativas horas perdidas nos transportes coletivos insuficientes e precários; o trabalho dos filhos menores para acrescentar algo mais no pobre orçamento familiar, com prejuízos irreparáveis na escolarização destes mesmos filhos; ambientes tantas vezes insalubres e inseguros de trabalho.

D. Cláudio acha que não será indiciado na LSN

SÃO PAULO — Apesar de lamentar a permanência na prisão dos líderes metalúrgicos do ABC, o bispo diocesano de Santo André D. Cláudio Hummes, não quis fazer comentário a respeito da decisão do Superior Tribunal Militar que negou "habeas-corpus" a Luís Inácio da Silva, o Lula, e aos demais ex-dirigentes sindicais.

— Não quero entrar no mérito, pois não estudei o assunto juridicamente — afirmou sobre a possibilidade de seu próprio indiciamento na Lei de Segurança Nacional. D. Cláudio foi otimista: "Acredito que tudo vai parar por aqui mesmo. Não serei indiciado". O bispo de Santo André observou que "os líderes que estão presos não são perigosos para a sociedade, ao contrário, sempre se manifestaram contra a violência".

Ao ser informado de que o comando de greve de Santo André deverá propor o fim da greve na assembléia de hoje, na Igreja do Bonfim, fez um breve comentário: "Minha posição é a de sempre. A decisão não depende de mim. No momento em que a assembléia resolver suspender a greve, evidentemente que a Igreja também cessará de falar de greve".

D. Cláudio acrescentou que "talvez as igrejas continuem distribuindo alimentos por mais algum tempo, enquanto houver pessoas que estiverem passando fome por causa da greve".

O ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André deputado federal Benedito Marcílio (PTB-SP) informou ontem que a partir do término da greve, os próximos passos dos líderes metalúrgicos serão a luta pela libertação dos ex-dirigentes presos ("um ponto de honra") e pela revogação das intervenções nos sindicatos.

Sobre a decisão do STM observou que "as prisões, para mim, ainda foram arbitrarias. As casas foram invadidas sem ordem de prisão, pelo menos no caso dos dirigentes de Santo André".

No final da tarde de ontem, cerca de 130 esposas de metalúrgicos reuniram-se no Salão Paroquial da Igreja do Bonfim em Santo André, para discutir as formas de luta em favor dos metalúrgicos presos. Segundo uma das organizadoras, as mulheres poderão realizar passeata e atos públicos em defesa dos ex-dirigentes. (AJB)

04. Mai 1980
PdP

Hummes, Cl
Santo André

Bischof soll wegen Streikhetze bestraft werden

Die politische Polizei Brasiliens hat bei der Militärgerichtsbarkeit Strafverfolgung des Bischofs von Santo André, Claudio *Hummes*, beantragt. Der Bischof wird beschuldigt, die Metallarbeiter von Santo André zum *Streik* aufgehetzt zu haben. In seinen Predigten hatte Hummes den Streik der Arbeiter unterstützt und sie aufgefordert, auch unter Druck nicht nachzugeben. Die bereits seit Wochen streikenden Metallarbeiter im Industrierevier des Staates São Paulo, zu dem Santo André gehört, fordern mit ihrem Ausstand neben Lohnerhöhungen und Inflationsausgleich vor allem, daß ihre Arbeitsplätze für ein Jahr garantiert werden. Damit soll die von den Unternehmen geübte Praxis, nach ausgehandelten Lohnerhöhungen Massenentlassungen und Wiedereinstellungen zu niedrigeren Tarifen vorzunehmen, gestoppt werden.

Hummes, Cl

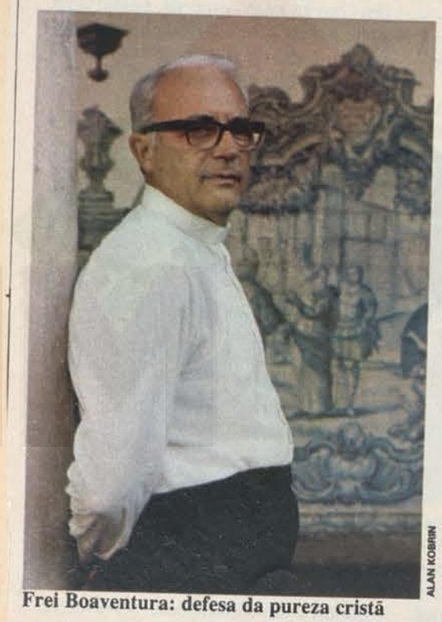
Santo André

21. Juli 1982

Agora no front

Frei Boaventura ataca no reduto do candomblé

Depois de passar boa parte da vida na retaguarda, escrevendo livros de sucesso e fazendo conferências em auditórios religiosos, para demonstrar aos católicos que os fenômenos exercitados pelo espiritismo e pelos cultos afro-brasileiros nada têm de sobrenatural, frei Boaventura Kloppenburg, 62 anos, um franciscano brasileiro nascido na Alemanha, foi finalmente jogado na frente de combate. No próximo dia 1.°, ele será sagrado bispo no Rio Grande do Sul, onde sua família reside desde 1924, ano em que imigrou de Molbergen, na Alemanha. Em seguida, voará até a Bahia, para engajar-se na equipe do cardeal dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador. Suas primeiras atribuições: estudar as forças e os segredos do sincretismo religioso em Salvador, onde existem 1 200 terreiros de candomblé e outros 100 de umbanda.



ALAN KOBRIN

Frei Boaventura: defesa da pureza cristã

Graças a tais cifras, Salvador é a capital brasileira não só do candomblé como do próprio sincretismo religioso — o que não parece preocupar frei Boaventura. "Não tenho idéia da força do candomblé na Bahia", diz, aparentando ingenuidade. "Estou apenas chegando e quero estudá-lo do ponto de vista etnológico, antropológico, sociológico e pastoral." Frei Boaventura só deixa de ser cauteloso para criticar a invocação dos espíritos e a doutrina da reencarnação: "Trata-se de princípios incompatíveis com o Evangelho e, portanto, contrários à vida cristã", sustenta.

A VERDADEIRA LIBERTAÇÃO — Dom Avelar está visivelmente feliz com o novo bispo auxiliar, cuja cerimônia de sagração presidirá, e não esconde que frei Boaventura foi recrutado para enfrentar o sincretismo religioso e o candomblé. "Mas não será um franco-atirador", promete o cardeal. "Não vamos nos insurgir de maneira infantil contra os cultos praticados na Bahia. Estava faltando um estudo de maior profundidade sobre eles. A partir daí, e dentro de uma ótica de compreensão, é que advertiremos os católicos mais frágeis e influenciáveis."

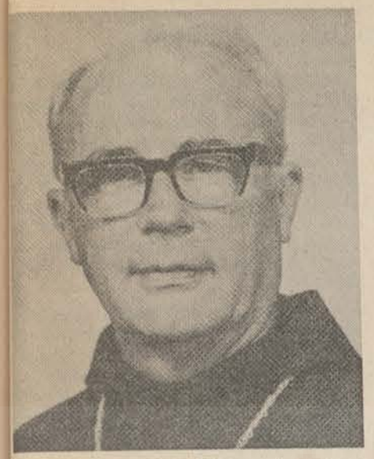
Não é só para essa tarefa que dom Avelar poderá contar com seu novo bispo auxiliar. Teólogo de renome, defensor da pureza da fé cristã, frei Boaventura estacionara ultimamente em Medellin, na Colômbia, à frente do Instituto Superior de Pastoral Latino-Americana, de orientação conservadora, onde estudou a fundo a Teologia da Libertação. Ali escreveu uma crítica demolidora ao livro *Igreja: Carisma e Poder*, do teólogo "da libertação" Leonardo Boff, publicada recentemente pelo *Jornal do Brasil*. "Em certos ambientes da Teologia da Libertação existe uma clara opção pelo socialismo, pelo coletivismo, e isto pode facilmente adquirir cores marxistas", diz frei Boaventura. "Na América Latina, sabemos que existem padres envolvidos em guerrilhas e quem os alimenta é a Teologia da Libertação. Ora, na minha Teologia da Libertação queremos libertar as pessoas do pecado." Participarão da cerimônia de sagração de frei Boaventura, além de dom Avelar, o cardeal dom Vicente Scherer, ex-arcebispo de Porto Alegre, e o bispo colombiano dom Alfonzo López Trujillo, presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Ambos são inimigos públicos da Teologia da Libertação. ●

Kloppenburg B.

24/10/92 Kuk

Oldenburger Bischof in Brasilien

Bonaventura Kloppenburg besuchte seine Heimat



Dom Bonaventura Kloppenburg aus Molbergen (Oldenburg).

Im Frühjahr 1924 war er mit sechs Geschwistern und seinen Eltern aus dem Oldenburger Münsterland nach Brasilien ausgewandert, wo die Familie sich in Rolante im Bundesstaat Rio Grande do Sul eine neue Heimat schuf. Jetzt konnte der Franziskaner Dom Bonaventura Kloppenburg in der St.-Johannes-Pfarrkirche von Molbergen bei Cloppenburg zum ersten Mal als Bischof ein feierliches Hochamt feiern. In der selben Kirche, in der er am 4. November 1919 getauft worden war. Darauf nahm der Anfang Juni vom Papst zum Weihbischof von Sao Salvador da Bahia in Brasilien ernannte Ordenspriester in seiner Predigt Bezug. Er feierte das Pontifikalamt in Konzelebration mit Pfarrer Franz-Josef Göttke und seinem Neffen Karl-Heinz Tabeling, der ebenfalls in Brasilien als Seelsorger in der Nähe von Sao Paulo tätig ist.

Vor Jahren habe er ein Buch geschrieben über die „Gefährliche Kunst, in heutiger Zeit Bischof zu sein", so fuhr Dom Bonaventura fort: „Und nun hat mich der Papst zum Weihbischof von Bahia ernannt, wo ich jetzt auch als Generalvikar tätig bin in einer Diözese, deren Gläubige zu 70 Prozent mehr oder weniger afrikanischer Herkunft sind und in einer Mischreligion zwischen Christentum und afrikanischen Kulten leben – das ist sicherlich die Vergeltung dafür, daß ich vor Jahren einmal in einem Aufsatz die Haltung der Kirche in früheren Jahrzehnten kritisiert hatte, die sich damals nicht genügend um diese erst vor gut hundert Jahren aus der Sklaverei befreiten Menschen gemüht hat, um ihnen das Evangelium zu bringen", fügte der Bischof nicht ohne Ironie hinzu . . .

Indessen muß man sagen, daß Dom Bonaventura sich seit Jahren sehr intensiv um die Modernisierung der Seelsorge in Latein-Amerika bemüht hat. Nicht ohne Grund berief ihn der Rat der Lateinamerikanischen Bischofskonferenz (CELAM) zum Leiter des neu errichteten Pastoraltheologischen Instituts in Medellin (Kolumbien), wo zahllose Ordensleute und Priester seine Kurse besucht haben. Der neue Weihbischof gilt zudem als hervorragender Kenner der in Brasilien weit verbreiteten afrikanischen Kultformen und des damit verbundenen Spiritismus. Schon Papst Johannes XIII. hat ihn 1960 nach Rom berufen zur Vorbereitung des II. Vatikanum – und noch jetzt gehört er der nur 30 Mitglieder zählenden Internationalen Theologen-Kommission unter Vorsitz von Kardinal Ratzinger an.

Dom Bonaventura ist der dritte aus dem Oldenburger Münsterland gebürtige Franziskaner, der in Brasilien ins bischöfliche Amt berufen wurde. Von 1908 bis zu seinem Tod auf einer Romreise in Neapel 1939 amtierte P. Amandus Bahlmann als Weihbischof und Prälat in Santarem am Amazonas. Vor gut zehn Jahren folgte ihm P. Konstantin Lüers aus Holtrup bei Vechta als Prälat von Obidos, ebenfalls im Amazonas-Gebiet gelegen. Da er das subtropische Klima nicht vertragen konnte, wurde er vor einigen Jahren zum Diözesanbischof von Penedo in der Küsten-Region in Nordost-Brasilien ernannt.

H. S.

JORNAL DO BRASIL

17/08/83

Boaventura Kloppenburg

Bispo lança livro contra pedido do Cardeal Arns

São Paulo — O Bispo Auxiliar de Salvador, D Boaventura Kloppenburg, lançou ontem na Casa de Portugal, em São Paulo, a segunda edição do seu livro **Igreja Popular**, em que denuncia influência marxista na Igreja. Estiveram presentes, entre outras pessoas, o Padre Menceslau Valikevicius, do Barreto, Niterói, o Coronel Idino Sardemberg, do Estado-Maior do II Exército — que disse ter comparecido "em caráter pessoal" — e alguns membros da Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

O lançamento foi feito contra o desejo expresso do Cardeal Arcebispo de São Paulo, D Paulo Evaristo Arns, que em telegrama a D Boaventura considerou o lançamento "inoportuno e prejudicial à unidade e pluralidade" da ação pastoral. D Boaventura disse: "Há tensão nervosa na Igreja, pois meu livro é patrocinado pelo Cardeal do Rio de Janeiro, que o define como indispensável".

Padre Menceslau Valikevicius disse que compareceu "para prestar solidariedade a um bispo da Igreja de Deus que não pode ter sua boca calada, seja por quem for, quando defende a verdade da Igreja. A única pessoa que tem poder para calar sua boca é o Papa".

Padre Menceslau provocou protestos de D Paulo Evaristo Arns ao criticar, há dois anos, a atuação da ala considerada progressista da Igreja, durante missa em memória do então Comandante do II Exército, General Milton Tavares de Souza.

"Briga familiar"

— Não creio em cisão ou divisão. O incidente é uma briga familiar — comentou o Bispo-Auxiliar de Salvador, cujo livro tem na capa uma cruz de Cristo com uma rachadura. — Parece uma fissura — acrescentou D Boaventura, ao se referir à ilustração da obra, publicada pela Editora Agir. O bispo denunciou, em entrevista, algumas comunidades de base como "excessivamente politizadas e em estilo revolucionário sandinista", considerando que é "surpreendentemente grande o número dos que apóiam a Igreja Popular, essa filha natural da Teologia da Libertação".

Críticas

D Boaventura Kloppenburg, 60 anos, nascido na Alemanha, radicado no Brasil desde criança, chegou a São Paulo com uma declaração escrita, comunicando acatar o pedido de D Paulo Arns. Contou que, sexta-feira à noite, recebeu, por telegrama de D Paulo, a sugestão de desistir do lançamento formal do livro. Decidiu, também, adiar o discurso do lançamento para amanhã, em Brasília.

— Não concordo que meu livro, patrocinado pelo Cardeal do Rio de Janeiro, seja prejudicial ou inoportuno. D Arns me conhece desde 1943, somos da mesma Ordem (franciscanos), estivemos juntos muitos anos como amigos sinceros. Mas, um incidente como este é perfeitamente possível entre amigos — disse ele.

Sobre a Igreja Popular no Brasil, o Bispo afirmou que ela pode ser sentida na "politização esquerdista nas comunidades eclesiais de base, através de cartilhas e material mimeografado e pela grande simpatia, nesses ambientes, pela revolução sandinista da Nicarágua".

— Será que o Cardeal de São Paulo tomou a carapuça? Não sei — observou D Boaventura Kloppenburg.

Ele afirma que **Igreja Popular** não menciona D Paulo Evaristo Arns, mas dedica duas páginas ao IV Congresso Internacional Ecumênico de Teologia, apoiado pela Arquidiocese de São Paulo, que teve, em 1980, entre os participantes, o Ministro de Relações Exteriores da Nicarágua, Padre Miguel D'Escotto, e o Coordenador da Junta de Governo, Comandante Daniel Ortega, recém-vitoriosos da derrubada do ditador Anastasio Somoza.

Situação

Sempre acentuando que não é contra as Comunidades de Base, e que também não considera que haja cisão na Igreja, D Boaventura Kloppenburg enumerou publicações que, segundo ele, são favoráveis à Igreja Popular e criticam as palavras do Papa João Paulo II em sua recente visita à Nicarágua.

— Há a **Família Cristã**, das Paulinas; **Revista Eclesiástica Brasileira**, dirigida pelo teólogo Leonardo Boff, meu aluno e ex-secretário; **SEAS** — revista dos jesuítas na Bahia; **CIC** — Centro Informativo Católico, de Petrópolis; e a revista oficial da Arquidiocese de Goiânia, cujas críticas ao Papa foram desavergonhadas e ignominiosas.

Nomes? O Bispo de Salvador não quis mencionar nenhum:

— Eles são notórios no país. Posso falar, porém, nos irmãos Boff (Leonardo e Clodovis) e nos seus turibulários (objeto litúrgico que espalha incenso).

Lembrou que "é surpreendente o número de religiosos e religiosas que apóiam a Igreja Popular.

— A **Teologia da Libertação** é recente. Tem uns 12 anos e deve-se permitir sua discussão. Mas eles (seus defensores) não aceitam críticas, ficam furiosos, xingam-nos de "conservadores", "burgueses" e até de "Teologia do Diabo". Lembro que Teologia que quer nascer sob aplauso já nasce doente, condenada.

"De caráter pessoal"

No mesmo instante em que ocorria o lançamento do livro de D Boaventura Kloppenburg, às 19h30min, o Arcebispo de São Paulo, D Paulo Evaristo Arns, lamentava, em sua residência, que seu colega não tivesse atendido a seu pedido de suspender o ato e justificava sua posição: não sou contrário à divulgação e venda do livro de D Kloppenburg, mas à formalização de um lançamento que poderia dar a impressão de contar com nossa aprovação num momento em que pode prejudicar nossa pastoral.

D Paulo assegurou que o telegrama que enviou ao Bispo Auxiliar de Salvador, bem como a correspondência mais detalhada ao seu superior, D Avelar Brandão, eram de caráter pessoal:

— Pensei que isso terminasse tudo, mas, infelizmente, a correspondência veio a público.

Nessa correspondência, o Arcebispo de São Paulo afirma que o lançamento do livro **Igreja Popular** seria "altamente prejudicial à Igreja neste momento" pois a Pastoral paulista "está em outro clima, não de polêmica mas de construção, de ajuda aos mais necessitados".

D Paulo não acha que sua intenção de impedir o lançamento da obra contrarie o pluralismo de idéias e a liberdade de manifestação que sempre defendeu. Em sua defesa, critica o livro do Bispo Auxiliar de Salvador:

— O livro não é pluralista e muito menos favorece a livre manifestação de pensamento. É extremamente autoritária, pois tira frases de contexto de autores com os quais estamos trabalhando, como Leonardo Boff, e cria uma tese que pode confundir e prejudicar os pobres.

Teologia Paulina

JORNAL DO BRASIL 18/08/85

Graças à firme orientação que vem de Roma, a Igreja Católica parece estar caminhando, em todo o mundo, para a superação do período de crise e intenso debate que cercou a realização do Concílio Vaticano II. Isto não impede que persistam turbulências e até manifestações estranhas a lembrarem as tempestades recentes.

Exemplo disso é a perturbação causada na Arquidiocese de São Paulo pelo lançamento da segunda edição de um livro de D Boaventura Kloppenburg dedicado à chamada Igreja Popular. O Cardeal-Arcebispo de São Paulo tentou impedir o lançamento formal do livro, considerando-o contrário ao *pluralismo* que deve existir dentro da Igreja. Explicou, mais tarde, que a sua Diocese está "em outro clima, não de polêmica, mas de construção, de ajuda aos mais necessitados".

Essas afirmações constituem por si mesmas exemplo da confusão que se apossou de alguns espíritos eclesiásticos — até mesmo, como se vê, na mais alta hierarquia. O livro de D Boaventura Kloppenburg não é um panfleto: é um levantamento sério dos exageros e deturpações a que se deixaram levar alguns setores da Igreja no Brasil sob o influxo da Teologia da Libertação. O Bispo-Auxiliar de Salvador, autor do livro, que nada tem de fanático ou radical, explica que não está condenando as comunidades de base em si mesmas, mas aquelas que se tornaram "excessivamente politizadas, em estilo revolucionário sandinista". Exemplo dessa politização foi o envio, há algum tempo, de um religioso da Diocese de Santo André para a Nicarágua, onde integrou-se explicitamente ao processo revolucionário sandinista, contra as determinações neste sentido emanadas de Roma.

Tão forte ainda sopra, entretanto, o vento da contestação em alguns setores da Igreja, que o próprio Papa passou a ser criticado, sem cerimônia, pela sua atitude com relação à mistura entre religião e política na Nicarágua. O livro de D Boaventura cita as publicações brasileiras onde essas críticas são abertas e freqüentes: edições das Paulinas, a Revista Eclesiástica Brasileira dirigida por Leonardo Boff, a revista oficial da Arquidiocese de Goiânia e várias outras. Por diversas comunidades de base — informa ainda D Boaventura — circulam abundantemente cartilhas e folhetos mimeografados em que a revolução sandinista é transformada em modelo de "ação católica"; e esses folhetos podem ser facilmente encontrados em algumas livrarias especializadas.

Por que seria um livro como o de D Boaventura contrário ao "pluralismo" da Arquidiocese de São Paulo? O Cardeal-Arcebispo de São Paulo, que afirma estar trabalhando com pessoas como o próprio Leonardo Boff, torna-se ele mesmo um autor importante da Teologia da Libertação ao sustentar que um clima de "construção, de ajuda aos mais necessitados", autoriza todas as deturpações da doutrina da Igreja; autoriza a "salada doutrinária" em que se apóiam os padres revolucionários da Nicarágua. Essa tese, entretanto, nada tem a ver com a doutrina tradicional da Igreja — e muito menos com a orientação explícita que tem vindo de Roma a esse respeito. Entre Roma e a Teologia da Libertação, a Arquidiocese de São Paulo não está optando por Roma.

Boaventura Kloppenburg

D. Boaventura esclarece entrevista

2ª feira

Com relação à reportagem publicada na edição de ontem de A TARDE sob o título "D. Boaventura comenta a atitude de D. Arns", o bispo auxiliar de Salvador declarou, ontem, que houve uma passagem merecedora de esclarecimentos, constante da referência que fez ao cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns.

De acordo com a publicação, D. Boaventura Kloppenburg teria afirmado que D. Evaristo Arns proibiu o lançamento de seu livro, em São Paulo, pelo fato de ser seu amigo, o que lhe dá plena liberdade de tomar decisões como aquela. Contudo, nega categoricamente que tivesse acrescentado que "se não fôssemos amigos, creio que não teria coragem de se manifestar da forma que fez, **porque temeria minha resposta e o que eu poderia dizer dele**".

D. Boaventura fez questão de frisar que a amizade entre eles remonta ao ano de 1943 e que, durante esses 40 anos, nada viu em D. Evaristo que lhe possa desabonar a conduta e que tem muito apreço pelo arcebispo de São Paulo.

Kloppenburg, B

1983

CEDIM

Bispo chama de criminoso integrado na sociedade a quem vive da especulação

Koaik

Ao abrir ontem, no Palácio São Joaquim, a III Semana da Pastoral Penal, o Bispo-Auxiliar Dom Eduardo Koaik falou de dois tipos de criminosos: o marginalizado que, premido por certas circunstancias sociais, deve ser visto mais como vítima do que culpado; e "o perfeitamente integrado na sociedade" que sonega impostos e vende suas mercadorias por preços exorbitantes. O tema do encontro é o Crime e o Criminoso.

O coordenador da Semana, Padre Bruno Trombetta, ressaltou o "algo incomensurável" que existe em todo o homem, mesmo no criminoso. Como medida prática e admitindo que os delitos são causados geralmente por problemas de ordem social e não policial, o sacerdote sugeriu a designação de assistentes sociais para as delegacias policiais e psicólogos para os presídios.

NÃO CONFUNDIR

Dom Eduardo Koaik explicou que a Igreja se interessa pelo problema da reabilitação do criminoso — objeto de estudo para psicólogos, psiquiatras, criminalistas, promotores públicos, juízes, padres e outros que participam da Semana da Pastoral Penal — não escondendo que o tema é de "rara delicadeza, porque fala de homens, julgados por homens com a lei dos homens".

A explicação — lembrou o Bispo — está na Enciclica *Pacem in Terris*, do Papa João XXIII: "Não se deverá jamais confundir o erro com a pessoa que erra. A pessoa que erra não deixa de ser uma pessoa e nem perde nunca a dignidade de ser humano, e portanto sempre merece estima". Acrescentou Dom Eduardo:

"Este principio deve orientar todo aquele que, numa posição de autoridade e no exercício dela, deixa-se conduzir pelo divino dom de discernimento que impede de confundir o crime de condenação com o criminoso digno de estima".

Disse, ainda, Dom Eduardo que "vivemos numa época da História em que a prática do crime parece escapar ao controle dos poderes encarregados de defender a sociedade". E, segundo ele, "o criminoso é, quase sempre, produto de uma estrutura social cada vez menos aceitável porque geradora de uma crescente população marginalizada da participação nos bens da comunidade".

Disse também que "a grande maioria dos marginais adultos de hoje começou suas atividades quando ainda eram crianças" e que "mais de 90% da população carcerária pertencem à classe pobre".

CULPA DE TODOS

Para Dom Eduardo, essas são as principais causas, ainda que não as únicas, que explicam o delito. E por isso, "o criminoso é mais vítima do que culpado". Vitimas serão também os 3 milhões de menores abandonados que hoje vivem no Brasil. Vitimas todos, porque "vivemos numa sociedade na qual ser criminoso não é uma opção livre de homens livres". O Bispo apontou então a sociedade de consumo, com seus meios de comunicação social, como a grande culpada quando propaga "que o ideal do homem só é alcançável com o dinheiro, incentiva o erotismo, cria mitos, produz idolos e coloca a violência dentro das nossas casas através da televisão".

Dom Eduardo terminou dizendo que "todos são responsáveis" pelo problema da criminalidade e que os cristãos devem solidarizar-se também "com as misérias de todos os homens". Segundo ele, não é só o "criminoso profissional" que encontra dificuldade em usar com responsabilidade de sua liberdade. O que busca o enriquecimento ilicito, sonega impostos e "eleva o preço das suas mercadorias desmedidamente" é por ele classificado também como "criminoso perfeitamente integrado na sociedade".

Wie ein Bischof in Brasilien «behandelt» wurde

«Macht aus mir keinen Helden»

Von Johannes Hermanns

Der Bischof sei innerlich noch sehr betroffen gewesen. Er habe einfach nicht begreifen können, dass die Militärpolizei brutal gegen wehrlose Kleinbauern, die mit ihren Frauen und Kindern eine friedliche Demonstration veranstalteten, vorgegangen sei. So berichtet Alfred Ruppert, beim deutschen Hilfswerk Misereor zuständig für den brasilianischen Norden, über ein Treffen mit Bischof Erwin Kräutler, einem geborenen Österreicher, dessen Fall kürzlich in der brasilianischen Presse Schlagzeilen machte. Was war geschehen? Wieder einmal ging es um Probleme auf dem Land, um Machtmissbrauch, um wirtschaftliche Ausbeutung. Diesmal im brasilianischen Bundesstaat Para, der zum Amazonasgebiet zählt. Und wieder einmal ging es um einen Mann der Kirche, der für die kleinen Leute Partei nahm, der dafür misshandelt und vorübergehend als Geisel festgenommen wurde.

Der Hintergrund der Auseinandersetzung: Neusiedler an der sogenannten Transamazonas-Strasse, die auch durch die Prälatur Xingu geht, in der Bischof Kräutler tätig ist, warteten seit nahezu einem Jahr vergeblich auf das Geld für die an eine grosse Zukkerfabrik der Region abgelieferte Ernte. Nachdem alle Versuche der Siedler, die Behörden, vor allem die Justiz, auf ihren Fall aufmerksam zu machen, fehlgeschlagen waren, veranstalteten sie in der Nähe der Bischofsstadt Altamira eine Demonstration und besetzten für zehn Tage die Strasse. Bischof Kräutler, seine Priester und die Ordensfrauen seines Bistums, solidarisierten sich mit den Bauern.

Nahezu ein Jahr ohne Geld – das war für die Bauern und die Arbeiter der Zuckerfabrik, die von dem Zahlungsboykott der Firma mitbetroffen waren, eine schwere Bedrohung ihrer Existenz. Viele Bauern hatten sich in der Zwischenzeit verschuldet, sie begannen, ihre Habseligkeiten zu verkaufen, ihre Rinder und sogar das Saatgut. Andere waren gezwungen, einen Teil ihres Grund und Bodens preiszugeben – natürlich zu einem lächerlich geringen Preis –, um wenigstens einen Teil ihrer Bankschulden zu tilgen.

Wenn Staat und Kirche im katholischen Brasilien aneinandergeraten, dann ist dies immer ein schlagzeilenträchtiges Thema. In Altamira hatte sich der Konflikt schon seit Anfang 1982 angekündigt, als zwei Bauern, Antonio Raimundo de Silva und Manuel Raimundo de Souza, von zwei leitenden Angestellten der Zuckerfabrik umgebracht wurden. Bischof Kräutler, «Dom Erwin», wie ihn die Einheimischen nennen, hatte dies zum Anlass genommen, einen Hirtenbrief zu schreiben, in dem er die Besitzer der Zuckerfabrik des Mordes anklagte. «Den Opfern wurden Zungen und Ohren abgeschnitten, die Augen durchbohrt und die Schädel eingeschlagen. Die Toten hinterlassen ihre Frauen und acht minderjährige Kinder», hiess es in diesem «Der Götze Geld verbreitet Gewalt» überschriebenen Hirtenschreiben, das in Brasilien grosse Beachtung fand.

Aber alle Proteste der Bauern und Zuckerrohrarbeiter konnten die Behörden nicht bewegen, sich für die kleinen Leute einzusetzen, dafür zu sorgen, dass ihnen ihr vorenthaltener Lohn endlich ausgezahlt wurde. Auch eine Unterschriftenaktion, unterzeichnet von 1269 Bewohnern der Zuckerrohrregion, die erschütternde Zeugnisse über die Leiden und Sorgen von Hunderten von Familien enthielt, schuf keinen Wandel. Die Behörden in Belém, der Landeshauptstadt des Bundesstaates Para, und in Brasilia bestätigten nicht einmal, dass sie dieses Dokument erhalten hatten. Sie zogen es vor, wie der Bischof in seinem Hirtenwort schrieb, «die grausamen und schmerzlichen Fakten einfach zu ignorieren.»

Am 1. Juni 1983 kam es dann zu jenem Konflikt, der mit Gewaltanwendung gegen Bischof Kräutler endete, der aber auch die brasilianische Öffentlichkeit aufschreckte. Die Zeitungen griffen den Fall gross auf. Das Fernsehen hielt im Bild fest, wie die Militärpolizei den Bischof in den Polizeigriff nahm, ihn zu Boden riss und als Geisel abtransportierte. Misereor-Mitarbeiter Alfred Ruppert, der mit sechs brasilianischen Bischöfen den misshandelten Bischof wenige Tage nach diesem Zwischenfall besuchte, berichtete, Bischof Kräutler habe immer gesagt, dass man keinen Wirbel um seine Person machen solle, dass man ihn um Gottes Willen nicht zum Helden stempeln solle. Er habe das getan, was sich für einen wirklichen Hirten gehöre. Er sei bei den Leuten des Bistums gewesen, die ihn am meisten gebraucht hätten, die vor lauter Hunger keinen Ausweg mehr gewusst hätten.

Dankbar sei Bischof Kräutler dafür gewesen, dass sich die Bischöfe der benachbarten Diözesen mit ihm und den betrogenen Kleinbauern solidarisch erklärten. Dass sie nach Altamira und an den Schauplatz des Geschehens, nach Pacal, gekommen waren, um mit ihm die Eucharistie zu feiern, um ihm Mut zu machen, um ihm zu zeigen, dass er in diesem Konflikt nicht allein stünde.

Was die Kirche in Brasilien immer wieder auf den Plan ruft, ist vor allem die oft hoffnungslose wirtschaftliche und rechtliche Situation der ländlichen Siedler und Landarbeiter. Da geht es nicht nur um erbärmliche Löhne oder um Geld, was den Bauern vorenthalten wird, sondern es geht immer wieder um Land. Noch immer ist es in weiten Teilen des riesigen brasilianischen Hinterlandes üblich, dass Bauern – oft schon seit Generationen – ihr Land bebauen, ohne über eingetragene Besitztitel zu verfügen. Obwohl die brasilianische Regierung bereits 1980 eine Landreform ankündigte, die vor allem auch die endgültige Übereignung von Grund und Boden an diejenigen vorsieht, die den Boden seit mindestens fünf Jahren bewirtschafteten, werden die Versprechungen der Politiker nicht eingehalten, sondern immer wieder aufgeschoben. Nach den neuesten Angaben der brasilianischen Bischofskonferenz sind allein im Jahre 1982 weit über 50 000 bäuerliche Familien von gewaltsamen Vertreibungen oder Überfällen betroffen gewesen. 30 Menschen fanden bei diesen Auseinandersetzungen den Tod, denn wenn die kleinen Leute nicht «freiwillig» ihre Äcker verlassen, werden von seiten der Grossgrundbesitzer und Landerschliessungsgesellschaften bezahlte Revolvermänner angeheuert. Polizei

Kräutler, Erwin

Der dritte «Akt»: Befehl erfüllt, Bischof festgenommen.

und Justiz spielen dabei oft genug die Rolle der Komplizen; das Recht ist auf seiten des Stärkeren.

Um Missständen dieser Art zu begegnen, hat die brasilianische Bischofskonferenz schon Mitte der siebziger Jahre die sogenannte Pastoral da Terra ins Leben gerufen, eine Art Rechtshilfeprogramm für Kleinbauern und Landarbeiter, die von ihrem Grund und Boden vertrieben werden. Die Deutsche Kirche gab über Misereor finanzielle Hilfe. Dennoch: Die Übergriffe haben nicht aufgehört. Tatsächlich spricht die Kirche Brasiliens sogar von einer zunehmenden Verschärfung der Situation. Die ungerechten Besitzverhältnisse auf dem Land, Machtmissbrauch und die Rechtsunsicherheit sind nach Meinung der brasilianischen Bischöfe für die bäuerliche Bevölkerung eine unerträgliche Belastung und eine schwere Hypothek für die Zukunft. Ein Gutes hatte der Fall, von dem hier die Rede ist, allerdings. Die Öffentlichkeit reagierte mit aussergewöhnlicher Sensibilität. Und schliesslich: Die überfälligen Schulden, die den Bischof und seine Bauern zu einem Protest veranlassten, der in Brasilien Schlagzeilen machte, wurden inzwischen bezahlt.

Der erste «Akt»: Bischof Kräutler wird festgenommen.

FOLHA DE S. PAULO

28/09/82

Kunz

Bispo prega fim de atos de ufanismo

PORTO ALEGRE — Ao defender a superação dos nacionalismos estreitos, o bispo auxiliar desta capital, d. Edmundo Kunz considerou que "o ufanismo não assenta bem e atesta infantilidade numa hora em que inflação, dívida externa, custo de vida, desnutrição, fome e doença invadem, sem dó nem piedade, as nossas fronteiras".

Na alocução semanal "A Voz do Pastor", transmitida pela Rádio Difusora de Porto Alegre, d. Edmundo salientou que "procurar a ostentação em obras faraônicas, dispensáveis, em edifícios bombásticos, em mordomias caras e vistosas, quando tantos brasileiros não têm casa nem pão, é ufanismo que precisa desufanizar-se".

Para d. Edmundo Kunz, nos tempos atuais "parece anacrônico a proclamação de uma nação-estado totalmente soberana e independente. Nada mais justifica o nacionalismo estreito e arrogante. Urge a constituição de uma autêntica comunidade internacional e a implantação de uma nova ordem econômica internacional", ao lembrar que os problemas contemporâneos têm dimensão planetária. Citou o próprio presidente João Figueiredo no sentido de que nossas dificuldades econômicas não são fenômenos isolados e estão dentro de um contexto mundial.

O bispo auxiliar de Porto Alegre considera que "a própria sobrevivência humana está gravemente ameaçada pela corrida armamentista", e por isso não basta viver, como agora, numa paz de terror, mas em uma paz verdadeira. "Por entre as sombras de medo, são imperativos categóricos da hora presente a ultrapassagem dos nacionalismos fechados e a criação da comunidade dos povos". Por fim, pede que todos tenham um coração de pobre, pois "deles é o reino da verdade, da justiça, da paz, da fraternidade e da presença de Deus".

28/09/82

Igreja denuncia violência em GO

BRASÍLIA — Em carta dirigida ao ministro da Terra, Danilo Venturini, o bispo de Tocantinópolis (GO), dom Aloísio Hilário de Pinho, denuncia arbitrariedades e violências cometidas contra posseiros de Beira do Socó, na região do Bico do Papagaio, norte de Goiás. O bispo informa ao ministro que pistoleiros do fazendeiro Belizário Rodrigues da Cunha expulsram "mais de quinze famílias de posseiros — com dois, quatro, oito e treze anos de posse — da maneira mais cruel possível, incendiando suas roças, casas e cereais colhidos, incluindo um paiol com cem sacas de arroz".

Essas violências, segundo o bispo, aconteceram no dia 24 de agosto, sem qualquer ação judicial "e — diz a carta — ao perguntar pelo recurso à autoridade competente, me foi respondido que aqui não existe autoridade".

"Espanta-me — afirma o bispo — sobretudo a maneira como se resolve uma questão de direito sobre o solo, à revelia dos direitos adquiridos no seu uso e benefício. De outro lado, senti profundamente pela constatação lamentável da total insegurança de uma população inteiramente desprotegida da Justiça. A tendência, por isso, é continuar acontecendo fatos como esse naquela área, inclusive dentro do mesmo latifúndio, onde ainda existem outros posseiros, atemorizados, à espera de igual sorte à que acabo de relatar, que presenciei com meus olhos. Isso é terrorismo, senhor ministro."

Salesiano é novo bispo de Itapeva

30/5/80 38

Legal -

São Paulo — O novo Bispo de Itapeva, São Paulo, Dom Fernando Legal, foi sagrado ontem, numa cerimônia iniciada às 10h, na Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, no bairro do Bom Retiro, pelo Núncio Apostólico no Brasil, Dom Carmine Rocco.

Paulistano, 48 anos, padre salesiano, Dom Fernando Legal toma posse em sua diocese hoje. O episcopado é um serviço e não uma honra; o Bispo deve distinguir-se mais pelo serviço prestado que pelas honrarias recebidas", disse o sagrante, em sua homilia.

CONTROLE NATAL

"Ainda não há nada. Vamos ver. Não se venda a pele do urso, antes de caçá-lo", disse ontem, depois da ceirmônia de sagraçaó, o Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco, a respeito das críticas feitas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a uma possível política oficial do Governo de controle da natalidade.

CEDIM

Bibliothek
10 197
Institut für Brasilienkunde
METTINGEN

Institut für Brasilienkunde